

COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE

Discussões sobre práticas e impactos da comunicação e do cotidiano



Gilson Pôrto Jr.
Darlene Teixeira Castro
Gabriela Pereira Melo
Alessandra Bacelar (Orgs.)



É nessa perspectiva — de entender a sociedade e o cotidiano, entrelaçado pela comunicação — que esse livro se constitui. Entendemos que o cotidiano é um complexo de pensamentos, de aprendizado e vida. Faz-se necessário entendê-lo, como são seus processos e percepções em momentos. Os estudos que se apresentam, são uma “interrogação”, isto é, constituem-se em pistas, não havendo refúgio teórico. É o que propomos, de forma inicial ainda, mas com pistas gerais para àqueles que por essas páginas passarem. Esperamos que as leituras e estudos apresentados aqui possam ser úteis na construção de um conhecimento para a compreensão da sociedade e da comunicação.



COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE



Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE

*Discussões sobre práticas e impactos
da comunicação e do cotidiano*

Gilson Pôrto Jr.
Darlene Teixeira Castro
Gabriela Pereira Melo
Alessandra Bacelar
(organizadores)

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Fotografia de capa: Shōji Ueda

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Comunicação, Jornalismo e Educação — 14

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PÔRTO Jr, Gilson.; CASTRO, Darlene Teixeira; MELO, Gabriela Pereira; BACELAR, Alessandra (Orgs.).

Comunicação e sociedade: discussões sobre práticas e impactos da comunicação e do cotidiano [recurso eletrônico] / Gilson Pôrto Jr.; Darlene Teixeira Castro; Gabriela Pereira Melo; Alessandra Bacelar (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

260 p.

ISBN - 978-85-5696-212-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Comunicação. 2. Cotidiano. 3. Sociedade. 4. Práticas. 5. Jornalismo. I. Título. II. Série.

CDD-177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade 177

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
COMUNICAÇÃO E COTIDIANO: FACES DE UMA MESMA MOEDA?	
CAPÍTULO 1	15
O FOTOJORNALISMO DO SÉCULO XXI COMO FERRAMENTA DE DENÚNCIA À VIOLÊNCIA SOCIAL	
Melânia Kássia Barbosa e Silva; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
CAPÍTULO 2	39
A VIOLÊNCIA NA TV E A FORMAÇÃO DOS PORTA VOZES DAS NOTÍCIAS	
Alessandra Bonfim Bacelar de Abreu Adrian; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
CAPÍTULO 3	51
A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMO ELEMENTO PROPULSOR DO FEMINISMO: ANÁLISE DA FANPAGE NÃO ME KALHO	
Camila Pena de Alencar; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
CAPÍTULO 4	69
DILMA E O SEXISMO NA MÍDIA	
Taianne Santos Moreira de Souza; Cynthia Mara Miranda	
CAPÍTULO 5	97
A MULHER, O COTURNO E A MÍDIA: EXPERIÊNCIAS DE UM COMANDO MILITAR FEMININO	
Luciano Silva Gomes; Cynthia Mara Miranda	
CAPÍTULO 6	121
AMORES LIVRES: PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA DISCUSSÃO DE TEMAS POLÊMICOS	
Maria Lúcia Adriana Silva Gomes; Rodrigo Barbosa e Silva	
CAPÍTULO 7	141
A COBERTURA JORNALÍSTICA DE MATÉRIAS POLICIAIS. A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA EM GURUPI NO TOCANTINS	
Clifton Morais Correia; Rodrigo Barbosa e Silva	

CAPÍTULO 8	151
O EMPREGO DE RECURSOS DA INTERNET: REFORÇO OU CORREÇÃO DA DEMOCRACIA? Darlene Teixeira Castro	
CAPÍTULO 9	163
DO BOA NOITE AOS NOVOS MODOS DE ENDEREÇAMENTO NA BUSCA PELA AUDIÊNCIA: UMA ANÁLISE DO JORNAL DA RECORD E DO JORNAL NACIONAL Taianne Santos Moreira de Souza; Cynthia Mara Miranda	
CAPÍTULO 10	179
LEGITIMAÇÃO DA DEMOCRACIA INFORMATIVA NAS MÍDIAS SOCIAIS: O PAPEL DO JORNALISMO CIDADÃO Lara Francielly Santos Tavares; Darlene Teixeira Castro	
CAPÍTULO 11	197
COMUNICAÇÃO RELIGIOSA NA SOCIEDADE LÍQUIDA: APONTAMENTOS FILOSÓFICOS E TEOLÓGICOS João Paulo Fernandes dos Santos Veloso; Nelson Russo de Moraes	
CAPÍTULO 12	211
160 ANOS DE JORNALISMO DO NORTE DE GOIÁS: UMA COMPILAÇÃO DAS MÍDIAS IMPRESSAS Shara Alves de Rezende; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
CAPÍTULO 13	225
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE JORNALISMO: UM OLHAR SOBRE O CURRÍCULO NA FORMAÇÃO DO JORNALISTA NA UFT Nataly de Sousa Dias Daher; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	

APRESENTAÇÃO

COMUNICAÇÃO E COTIDIANO: FACES DE UMA MESMA MOEDA?

“O tempo real da inteligência coletiva só pode ser uma emergência; ele sincroniza intensidades de pensamento, de aprendizado e de vida”.

Pierre Lévy

O Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) tem a satisfação de trazer mais uma contribuição ao ensino e aos processos de formação. Trata-se do livro **Comunicação e sociedade: discussões sobre práticas e impactos da comunicação e do cotidiano**.

É nessa perspectiva – de entender a sociedade e o cotidiano, entrelaçado pela comunicação – que esse livro se constitui. Entendemos que o cotidiano é um complexo de pensamentos, de aprendizado e vida. Faz-se necessário entendê-lo, como são seus processos e percepções em momentos. Os estudos que se apresentam, são uma “interrogação”, isto é, constituem-se em pistas, não havendo refúgio teórico. É o que propomos, de forma inicial ainda, mas com pistas gerais para àqueles que por essas páginas passarem.

No Capítulo 1 intitulado O FOTOJORNALISMO DO SÉCULO XXI COMO FERRAMENTA DE DENÚNCIA À VIOLÊNCIA SOCIAL, Melânia Kássia Barbosa e Silva e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior fazem uma abordagem das transformações do fotojornalismo, deixando um pouco mais de lado a concepção de testemunho do real documentado objetivamente na imagem e aceitando a expressividade do trabalho autoral do fotógrafo, além da preocupação estética e subjetiva da representação da ação registrada. Portanto, serão analisadas as fotografias do Prêmio Repórter Esso dos anos de 2012 a 2015 com intuito de identificar

traços de intencionalidade do autor e de subjetividade, bem como até que ponto essas imagens contribuem como ferramenta de denúncia.

No Capítulo 2 intitulado **A VIOLÊNCIA NA TV E A FORMAÇÃO DOS PORTA VOZES DAS NOTÍCIAS**, Alessandra Bonfim Bacelar de Abreu Adrian e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior analisam os programas que trazem a temática da violência ainda perduram como grandes atrativos, principalmente nas camadas populares. A desgraça, a morte, o agir policial são grandes atrativos. Não é de se estranhar que no Estado do Maranhão eles tenham tamanha audiência e que se propaguem da capital ao interior, nos mesmos moldes. Para este estudo foi escolhido o Estado do Maranhão, por possuir diversas nuances que colaboram para a crescente instauração de programas policiais que tratam a violência como o tema principal, situações que ganharam espaço também na mídia nacional.

No Capítulo 3 intitulado **A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMO ELEMENTO PROPULSOR DO FEMINISMO: ANÁLISE DA FANPAGE NÃO ME KALHO**, Camila Pena de Alencar e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior analisam a produção e o compartilhamento de conteúdo da fanpage Não Me Kalho, além disso, a interação das seguidoras com as publicações realizadas na página, utilizando a Netnografia como abordagem metodológica. Verificou-se que, o Coletivo Feminista Não me Kalho promove, por meio das redes sociais, principalmente pelo Facebook, discussões acerca de temáticas abordadas pelo Feminismo, constituindo uma salutar ferramenta de empoderamento. A fanpage propulsiona a interação entre suas seguidoras, viabilizando a construção de um sentimento de pertencimento, em que os diversos atores sociais dialogam sobre assuntos que lhe são afins.

No Capítulo 4 intitulado **DILMA E O SEXISMO NA MÍDIA**, Taianne Santos Moreira de Souza e Cynthia Mara Miranda discutem o Sexismo e como as mulheres são retratadas nos conteúdos de revistas, quando o assunto é a presença feminina na política. Pode-

se inferir que o Sexismo esta sim, fortemente imbricado na mídia, no campo social e até mesmo político, sendo assim, tal estudo não pode ser dissociado dessas esferas, o que justifica a importância do debate em questão. Tal discussão também precisa levar em conta que os campos político e da comunicação estão fortemente imbricados por diferentes jogos de interesses. Em um primeiro momento, o presente trabalho partiu do levantamento dos estudos de especialistas, como a feminista Simone Beauvoir (1970); Moreno (2012); Ferreira (2004); além das críticas de Flavia Birolli e Luís Felipe Miguel (2014) e ainda, Michel Foucault (1997).

No Capítulo 5 intitulado **A MULHER, O COTURNO E A MÍDIA: EXPERIÊNCIAS DE UM COMANDO MILITAR FEMININO**, Luciano Silva Gomes e Cynthia Mara Miranda investigam as questões de gênero no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins, mais especificamente no Quartel do 2º Batalhão em Araguaína. A unidade, uma das mais tradicionais do estado, principalmente pela importância econômica da cidade, que sempre foi comandada por homens, tem, pela primeira vez em sua história, uma mulher exercendo a liderança das ações de policiamento ostensivo.

No Capítulo 6 intitulado **AMORES LIVRES: PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA DISCUSSÃO DE TEMAS POLÊMICOS**, Maria Lúcia Adriana Silva Gomes e Rodrigo Barbosa e Silva refletem sobre a importância de se ter temas polêmicos como esse sendo trabalhados nos grandes meios de comunicação de massa. Assim, a série “Amores Livres”, do diretor João Jardim, lançada em agosto de 2015, produzida e exibida no canal de televisão por assinatura GNT, foi utilizada com pano de fundo para as discussões que serão tratadas por esse trabalho, por trazer à tona um tema ainda pouco difundido e que carrega uma série de implicações morais, religiosas e jurídicas, as quais abalam de certa forma o *status quo* vigente.

No Capítulo 7 intitulado **A COBERTURA JORNALÍSTICA DE MATÉRIAS POLICIAIS. A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA EM**

GURUPI NO TOCANTINS, Clifton Moraes Correia e Rodrigo Barbosa e Silva mostram como o jornalismo tem sido produzindo em especial nas reportagens que envolvam o trabalho da polícia e em casos que os próprios agentes viram notícias por estarem em situação de vítimas ou suspeitos de cometerem algum crime. Quais linhas os veículos têm seguido nessas coberturas.

No Capítulo 8 intitulado **O EMPREGO DE RECURSOS DA INTERNET: reforço ou correção da democracia?**, Darlene Teixeira Castro defende que a democracia só finca suas raízes em um ambiente rico em capital social e, quanto mais capital social, maiores possibilidades de criação de redes de cooperativas e gestão participativa dos governos. O que vem sendo aplicado no Brasil em algumas cidades é a ideia do orçamento participativo pela internet. Verificou-se, nesse estudo, que a internet parece não gerar a diversidade nas vozes e nos pontos de vista na maneira que foi esperada nem o anonimato que ela proporciona libera de todos os medos que temos em enfrentar e encontrar conflitos, fazendo com que haja uma repetição dos que se envolvem nas discussões políticas face-a-face e online.

No Capítulo 9 intitulado **DO BOA NOITE AOS NOVOS MODOS DE ENDEREÇAMENTO NA BUSCA PELA AUDIÊNCIA: uma análise do Jornal da Record e do Jornal Nacional**, Taianne Santos Moreira de Souza e Cynthia Mara Miranda partem de um recorte temporal de três semanas, no período de 28 de março a 16 de abril - o que corresponde a 20 edições de cada telejornal (notou-se uma presença maciça de notícias referentes ao processo de *Impeachment* de Dilma e pré-olimpíadas, o que justifica a escolha do período em questão) - deu-se a fase da inferência, sistematização e interpretação dos dados, ou seja, da Análise de Conteúdo, técnica predominante do nosso estudo, a partir dos conceitos de Bardin (1979).

No Capítulo 10 intitulado **LEGITIMAÇÃO DA DEMOCRACIA INFORMATIVA NAS MÍDIAS SOCIAIS: O PAPEL DO JORNALISMO CIDADÃO**, Lara Francielly Santos Tavares e

Darlene Teixeira Castro discutem como as mídias sociais se tornaram um palco legitimado do jornalismo cidadão no qual a comunidade não somente recebe a informação como também a produz. As plataformas digitais como *Twitter*, *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* e *YouTube* dão condições para que a sociedade participe ativamente na produção de pautas e alimentação de notícias com a postagem de vídeos, áudios e imagens. Ademais, as mídias tradicionais como TV também fazem uso das novas tecnologias para aumentar a audiência e a participação do público-alvo com a utilização de aplicativos nos quais o telespectador pode enviar arquivos e sugestões de reportagens para o *staff* de produção jornalística da emissora.

No Capítulo 11 intitulado **COMUNICAÇÃO RELIGIOSA NA SOCIEDADE LÍQUIDA: APONTAMENTOS FILOSÓFICOS E TEOLÓGICOS**, João Paulo Fernandes dos Santos Veloso e Nelson Russo de Moraes discutem a sociedade líquida preconizada pelo sociológico Zygmunt Bauman, com foco na ação da Igreja Católica. Berço do termo “comunicação”, a Igreja Católica tem procurado compreender o atual fenômeno da democratização dos meios de comunicação, com o advento das redes sociais, para se inserir nesse nicho. Os papas Bento XVI e Francisco traçaram parâmetros de como a Igreja deve utilizar esses espaços para continuar anunciando a sua mensagem milenar.

No Capítulo 12 intitulado **160 ANOS DE JORNALISMO DO NORTE DE GOIÁS: UMA COMPILAÇÃO DAS MÍDIAS IMPRESSAS**, Shara Alves de Rezende e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior resgatam a memória e trajetória do jornalismo do norte de Goiás (1830 data da fundação do primeiro jornal do centro do Brasil a 1989, data da criação do Estado do Tocantins) classificando os jornais que atuaram no norte goiano ou que pautaram assuntos sobre a região. Para isso, foi organizada uma tabela com os nomes dos veículos, o ano de sua fundação, os nomes dos jornalistas responsáveis e como eles eram confeccionados. Este trabalho tentou

reunir todos os jornais que foram fundados na região ou que traziam em sua linha editorial assuntos relativos ao norte de Goiás.

Por fim, no Capítulo 13 intitulado DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE JORNALISMO: UM OLHAR SOBRE O CURRÍCULO NA FORMAÇÃO DO JORNALISTA NA UFT, Nataly de Sousa Dias Daher e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior analisam algumas questões relacionadas à formação do jornalista a partir das diretrizes curriculares dos cursos de formação em jornalismo. Não pretendemos nos debruçar com muito rigor sobre as diversas concepções de currículo, não haveria espaço para todas essas análises de maneira criteriosa.

Esperamos que as leituras e estudos apresentados aqui possam ser úteis na construção de um conhecimento para a compreensão da sociedade e da comunicação. Aproveite e boa leitura!

Palmas, outubro 2017

Gilson Pôrto Jr.
Darlene Teixeira Castro
Gabriela Pereira Melo
Alessandra Bacelar
(Orgs.)

CAPÍTULO 1

O FOTOJORNALISMO DO SÉCULO XXI COMO FERRAMENTA DE DENÚNCIA À VIOLÊNCIA SOCIAL

*Melânia Kássia Barbosa e Silva*¹

*Francisco Gilson Rebouças Porto Junior*²

1 Introdução

O fotojornalismo passou por inúmeras transformações até os dias atuais. Nascido em um ambiente totalmente positivista do século XIX, registrou guerras e nas batalhas se firmou. Surgiu então a fotografia como testemunho da verdade e das transformações sociais arroladas no tempo. No século XX, no entanto, ela mudou seu papel com uma abordagem mais suave que se aproximava do trabalho autoral e se distanciava do registro do real, deixando a subjetividade mais a cargo do foto documental.

Na atualidade, tanto o fotojornalismo como o foto documental tiveram que acompanhar as mudanças e transformações, quebrando preconceitos e postulando iniciativas que atendessem a essas variações, contudo, sem perder a funcionalidade de outrora, a informação.

Por tanto, em um estudo dirigido no contexto da violência urbana, foram selecionadas as quatro últimas fotos vencedoras anual do Prêmio Esso na categoria de fotografia jornalística para identificar se tais fotografias da atualidade conseguem levar a informação e propor uma denúncia social ligados à violência, mesmo com todo aparato estético e autoral que carrega.

¹ Pós - Graduada em Ensino de Comunicação/ Jornalismo: Temas Contemporâneos. E-mail: melk@mail.uft.edu.br.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

A abordagem aqui presente busca identificar se a subjetividade e expressividade autoral, e a intencionalidade do fotógrafo, bem como se esses elementos são passíveis de identificação na imagem, deixando claro a narrativa da violência e denúncia apresentada, mesmo por meio das realidades representadas. Para isso utiliza como método de análise e leitura de composição da imagem e o contexto histórico de sua produção, além de comparativos com a fundamentação bibliográfica de foto documental e foto expressão.

A desconstrução da imagem para uma nova releitura, permitiu perceber que as imagens sempre foram carregadas de uma narrativa intencional de seu produtor. Assim a fotografia ao retratar um momento, e subjetivamente as tensões, rupturas e violências vivenciadas ou sentidas nele, e esta sobrepor ao receptor, ela consegue alcançar seu objetivo, de informar e provocar o leitor.

Contudo, foto documental, expressão ou fotojornalística são capazes de serem ferramentas de denúncia à violência social, uma vez que elencados, seus objetivos informacionais sejam alcançados.

2 Compreendendo a fotografia

A fotografia tem um grande potencial comunicativo pela sua carga informativa e por suas relações nas diversas áreas da competência humana. Presente no jornalismo, na arte, na política, no mundo militar, na administração, na indústria, nas ciências, na informação e na memória como lembrança, conseguindo através da imagem ser uma narrativa com a mesma imposição que um texto escrito (SOUSA, 2004). Assim, seguindo a concepção de Rouillé (2009, p. 18), a fotografia, apesar de escrita no singular, “será sempre pensada no plural, em suas singularidades e transformações, a fim de captar os procedimentos e os acontecimentos em que ela se situa”.

É interessante ver como a fotografia congela um momento em uma folha de papel algo que aconteceu uma única vez e

mecanicamente reproduz o que existencialmente não é mais possível pois, como afirma Roland Barthes (apud LIMA, 1988, p. 34) “toda fotografia é um certificado de presença”. Nada na fotografia é justificado isoladamente, tudo e todos fazem parte de um mesmo processo. Henri Cartier-Bresson (????) já dizia que “fotografar, é colocar na mesma linha, a cabeça, o olho e o coração”.

Para Marques e Martins (2009, p. 24), “o fotógrafo recria o mundo através da fotografia, através da realidade estética, através da sua arte” e, por isso, considera o conjunto de técnicas, elementos e composição como fundamentais, desde que acrescido pela sensibilidade do olhar do fotógrafo.

Já na visão de Lima (1989), a função do profissional de fotografia - tendo consciência que o momento não se repete, pelo menos nunca da mesma forma -, é não deixar passar momentos importantes sem o registro e ficar sempre atento, pois não tem como adivinhar ou mesmo saber com antecedência quando os melhores ou mais importantes fatos se desenrolarão.

A fotografia é um mecanismo de grande alcance e difusão, pois não precisa saber ler para entender uma história contada por imagens, precisa somente ser dotado do sentido da visão. Para Lima (1989), a fotografia desperta um sentimento que a escrita não consegue alcançar, porque, alfabetizado ou não, é possível a todos terem acesso às mensagens contidas na fotografia, porém, com leituras e interpretações diferentes de acordo com as realidades, repertórios e formações culturais de cada um. São momentos registrados em gestos, expressões, ações, emoções com um poder emocional que tem variação de leitor para leitor.

É difícil imaginar que possamos ler uma imagem sem conhecer a história que a envolve. Isso é válido tanto para uma fotografia de família como para uma fotografia de imprensa ou mesmo para uma fotografia histórica. Esses conhecimentos prévios se fazem visíveis na fase de interpretação do fato registrado em imagem (LIMA, 1988; p. 14).

Neste processo de leitura da imagem, o envolvimento afetivo com os conteúdos mostra um instante que diz respeito a uma trajetória histórica, seja em família ou em comunidade, como uma lembrança do passado remontada em uma fração de segundos pela nossa memória ativada pela imagem representada em fotografia, pois “a cada página novos personagens aparecem, enquanto outros desaparecem das páginas do álbum da vida” (KOSSOY, 2001, p. 100).

3 Um pouco da história do fotojornalismo

Nascida no século XIX em um ambiente positivista, a descoberta da câmara clara e câmara escura e a ansiedade da reprodução visual fizeram da fotografia algo único e singular que provocou reações misteriosas e de adaptação para um novo universo de possibilidades que se abria. Assim, em meados do século XX, temos um mundo transformado pela fotografia ao mesmo tempo que pode ser considerado substituído por ela, criando, como considera Kossoy (2001), um mundo portátil e ilustrado.

No século XX, a fotografia alcançou seu ápice na imprensa mundial, sendo utilizada em diversas reportagens fotográficas e conseqüentemente aumentando o número de profissionais específicos da área. Com isso, houve a cobrança às fábricas por equipamentos para melhor desempenho profissional atendendo aos requisitos de leveza e agilidade. Isso acelerou o mercado e despertou o interesse do grande público para as novidades apresentadas pela tecnologia e a beleza das imagens geradas na imprensa dia após dia (OLIVEIRA, 2009).

Para Freud (apud BONI, 2000), se for levar em consideração o fotojornalismo em sua concepção jornalística de somente informar, o mesmo teve seu primeiro passo em 1855 com a Cobertura da Guerra da Criméia pelo fotógrafo inglês Roger Fenton que registrou a guerra sem retratar os seus horrores e assim levar pânico aos familiares dos soldados. Mais tarde, a cobertura da

Guerra da Secessão, ou Guerra Civil Americana (1861-1865) pelo fotógrafo americano Matthew B. Brady, que mostrou sem censuras os horrores de uma guerra.

As sucessivas guerras que ocorreram formaram profissionais de fotojornalismo que viam nelas, além de diversas faces, o impacto e o interesse público e social da caminhada dos combatentes (BONI, 2000). A história deixa o fotojornalismo íntimo das guerras e, conseqüentemente, as transformam em palco das primeiras reportagens, “uma espécie de ponto alto, atestando a convivência com seu uso propagandístico e ideológico pelos militares” (OLIVEIRA, 2009, p. 23).

Em 1933, com Hitler no poder, o fotojornalismo alemão se rompeu e os profissionais fugiram para diversos países do mundo, expandindo a concepção da especialidade até então restrita à França, Reino Unido e Estados Unidos (BONI, 2000).

Assim, surge o fotojornalismo moderno após a II Guerra Mundial, que tem os fotógrafos Henri Cartier-Bresson, Robert Capa e George Rodger como os pioneiros e também fundadores da agência Magnum na França (MARQUES, MARTINS, 2009).

No entanto, o surgimento do fotojornalismo moderno se deu na Alemanha, após o fim da I Guerra Mundial, durante a República de Weimar (1918/1933), em que as novidades técnicas determinavam como utilizar a foto na imprensa. A partir daí, em 1929, surge o flash de lâmpada e, na década de 30, surgem as câmeras Ermanox e Leica, com a inovação das objetivas intercambiáveis e o filme de 35 mm de 36 exposições, facilitando a chamada fotografia “roubada”. Neste patamar o assunto fotografado surge com mais ênfase e consegue transmitir a emoção do momento, por não serem fotos posadas, tornando-se mais vivas e nítidas.

O fotojornalismo moderno, segundo Freund (1995, apud BONI, 2000), é associado à possibilidade de fazer fotos “roubadas”, consideradas aquelas fotos em que o fotógrafo não é percebido pelos envolvidos na cena registrada. E com essa evolução veio a

necessidade de adaptação também dos equipamentos que eram pesados e volumosos, por outros mais leves e discretos.

A história do fotojornalismo é, a priori, impregnada de riqueza, diversidade, vivacidade e mutabilidade, por isso, muito complexa e é também uma história que assiste, gradualmente, ao aumento dos temas fotografáveis, o mesmo é dizer, uma história que assiste à expansão do que merece ser olhado e fotografado. Ao longo dos anos, foram evidentes as transformações no fotojornalismo, com diversas mudanças e muitas aberturas na sua história. Um paralelo longo de quebra de rotinas e combinações profissionais com a oposição vigente entre a objetividade e a assunção da subjetividade.

Para Sousa (2002), alguns autores contam a história da fotografia por um “menu de biografias” dos fotógrafos que se destacaram durante os anos, enquanto outros dão sua versão considerando as correntes artísticas e ideológicas, bem como os condicionantes tecnológicos vigentes de cada época. Uma das referências de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho é o fotojornalismo com sua trajetória no mundo e as várias perspectivas que o mesmo aborda.

Basicamente, o fotojornalismo é prático e nada é disposto com antecedência. Com isso, a função de um profissional é acompanhar o desenrolar dos fatos sem qualquer tipo de interferência, tornando-se quase invisível diante da cena. Antigamente, os fotojornalistas ao mostrar aos jovens a arte de fotografar, aconselhavam “f/8 e esteja lá”, e hoje não mudou muita coisa. Por não precisar perder tempo com os ajustes das câmeras, a grande questão é onde se deve estar? O que só pode ser respondido com o olhar, o instinto e planejamento de cada um (ANG, 2010).

Segundo Oliveira (2009), a profissão de fotojornalista passou a ser cobiçada em toda parte do mundo e com o tempo, profissionais altamente qualificados e admirados foram surgindo, com suas fotografias carregadas de ousadia e criatividade sem desprezar a

técnica, transformando os registros dos fatos em verdadeiras obras de arte que alcançaram milhões de pessoas.

Apesar do atraso, o Brasil também se inseriu no fotojornalismo moderno e tem em Sebastião Salgado, Antônio Augustus Fontes e Gervásio Baptista, dentre outros, reconhecidos como grandes nomes da área. A imprensa no Brasil foi consolidada com a abolição da escravatura e a Proclamação da República, respectivamente em 1888 e 1889, tidos como os eventos mais importantes da sociedade brasileira em meados do século XIX. Mas foi no Brasil dos anos 20 que a fotografia de imprensa teve seu nascimento associado à revista “O Cruzeiro”, umas das principais a sofrer a influência do fotojornalismo moderno na década de 40 através das revistas “Vu” e “Life”, respectivamente francesa e americana (BONI, 2000)

Na década de 70 surge a fotografia em cores no fotojornalismo brasileiro, mas, no entanto, o fotojornalismo continua a crescer juntamente com a falta de definição de suas fronteiras de gêneros fotográficos, proveniente da falta de fortalecimento da categoria que se inicia na vida acadêmica. (SOUSA, 2002).

4 A realidade da violência representada na fotografia

Surgida na França do século XIII, a palavra violência é oriunda do latim *vis* que significa força ou vigor, e caracteriza o sujeito que utiliza desta força para submeter ou constranger o outro.

Segundo Weber (2014), a violência se fez presente desde o surgimento das civilizações, e pode ser considerada a responsável pela modulação cultural do homem, criando estereótipos de virilidade, às vezes sustentada pelas armas. A violência tem maior frequência em questões de direito, reputação, frustrações e problemáticas.

Weber (2014, apud MUCHEMBLED, 2012) esclarece ainda sobre os mais atuais âmbitos populares da violência originário do excesso burocrático, bem como das cobranças de novas taxações,

ampliando as exigências do Estado. Ainda ressalta a constante violação de poder das autoridades gerando indignações populares, que conseqüentemente se revoltam, gerando um ato violento de qualquer espécie a quem se opor a sua proposta de mudanças.

“[...] Essa associação da violência contemporânea ao caos pode ser um indicador de insegurança não apenas em relação às manifestações de violência, mas, também, ao contexto de mundialização, que implica a perda dos limites nacionais e do sentido de cidadania” (WEBER, 2014, apud ALMEIDA, 2006; p. 67).

As fotografias de violência, mais comumente das guerras, carregam consigo uma grande carga dramática que eternizam no sentido físico deixando o espectador com a sensação de proximidade com o acontecido, mas mostrando somente o resultado frio e sério das ações de destruição. Então, o aspecto da realidade da guerra passa a se tornar a representação real da violência e da seriedade dela, tornando as fotografias a principal responsável pela estética do horror (BARBOSA, 2006).

A fotografia é uma linguagem carregada de informação e que, por objetivar transferir uma mensagem, é considerada como princípio básico do fotojornalismo. Torna-se óbvio que o fotógrafo quer a fotografia como linguagem para que o receptor enxergue nela exatamente o que ele viu como testemunha de um dado momento da realidade (BONI, 2000).

Contudo, é importante lembrar que mesmo sendo um país sem guerras, o Brasil não é totalmente pacífico, pois outros tipos de violências nos afligem e são noticiadas dia a dia, e outros até passam despercebidos. Neste momento é que o fotojornalismo assume o seu papel, tornar evidente as problemáticas sociais vigentes, buscando sensibilizar a comunidade para a realidade dos fatos.

Com a ruptura do fotojornalismo no século XX a fotografia de notícias como testemunho da verdade, agregando valor ao se tornar ferramenta de crítica social. Assim, nos Estados Unidos denominaram “fotógrafo engajado” o profissional que era capaz de

usar seu talento, intuição e percepção para denúncias sociais da época (BONI, 2000).

Não se trata de desprezar a técnica fotográfica e mesmo o conhecimento técnico, mas para a fotografia da atualidade é importante às vezes "substituir a capacidade conceitual por uma capacidade imaginativa" (FLUSSER, apud FERNANDES JR, 2006), pois seguir padrões estipulados há anos como uma forma de obediência na fotografia é fadá-la à mesmice de um sistema fechado. Por isso, há a necessidade de quebrar paradigmas para que se avancem os sinais e, com isso, derrubar as barreiras da forma clássica que define as categorias ontológicas da fotografia.

Sousa (2004) deixa bem claro que chegar no jornalismo fotográfico de hoje não se trata de ter uma receita para que ele possa ser uma arte, pois não se deve perder a essência informativa da imagem. Nessas transformações, o fotojornalismo consegue alcançar conhecimentos mais profundos, ao contextualizar e ajudar a perceber e promover a sensibilidade dignificadora para com o indivíduo, a Terra e os seus conflitos. E ressalta:

[...] Estou convicto de que representará uma mais valia para o fotojornalismo e para o público que a atividade se abra a orientações criativas, originais, com ponto de vista, que podem passar pela insinuação da arte na fotografia jornalística e pela fuga do realismo. E que devem passar pela autoria consciente e responsável, mesmo que esta autoria encontre abrigo no realismo (SOUSA, 2004; p. 224).

Tratar as imagens como um retrato da realidade e não como simbólica do real, é como se ignorasse o fato de a fotografia ser fragmentada em um ponto de vista e receber diversas interpretações de acordo com o meio, realidade ou formação do espectador (BIANCO; LEITE, 1998). Para os autores, o que muitos atribuem como realismo na fotografia é uma consequente interpretação cultural, que se der ênfase ao aspecto visual e suas formas sensíveis, descarta as outras extensões que compõem a imagem.

5 Fotografia documental e fotografia de expressão

Durante a abordagem sobre fotografia documental, pode surgir o questionamento: Mas isso não é fotojornalismo? Sim é fotojornalismo e fotojornalismo, sim, é foto documental. Um é ramificação do outro e suas concepções se atrelam, diferenciando-se somente em algumas minúcias defendidas por alguns autores.

Para Ang (2010), a fotografia documental é como um instrumento de vigilância social que deve estar sempre atento às histórias da humanidade e que as conta por meio de fotografias ao denunciar as anormalidades dos padrões sociais, políticos, econômicos, dentre outros, revelando muitas vezes coisas desagradáveis que alguns prefeririam esquecer.

Sousa (1988) relata que Carl Fiedrich Stelzner pode ter sido o autor da primeira foto documental da história em 1842, somente três anos após o surgimento da fotografia no mundo. Tratava-se de uma imagem feita de um incêndio na Alemanha no bairro de Hamburgo através de um daguerreótipo³. O valor dessa fotografia mantém-se em seu uso como suporte de informação e pelo fato de Stelzner ter registrado um evento com a intenção testemunhal.

Segundo Oliveira (2009) as fotografias de Stelzner não se encaixavam em nenhum padrão das desenvolvidas na época, ainda mais que os diferentes usos da fotografia ainda estavam sendo concebidos. Assim o fotógrafo se tornou o precursor da fotografia documental que tem no fotojornalismo a face mais visível. Sebastião Salgado afirma:

³ Daguerreótipo foi o primeiro equipamento fotográfico fabricado em escala comercial da história. Criado em 1837 por Louis Jacques Mandé Daguerre e fabricado por Alphonse Giroux. A captação de imagem era feita através de exposição manual (cerca de 25 minutos), para então grafar uma placa de prata sensibilizada com vapor de iodo. O contato com a luz transforma os cristais de iodeto de prata em prata metálica, formando uma imagem latente, é uma imagem detalhada, em positivo e em baixo relevo. O equipamento foi utilizado na Europa durante a década de 1840 e meados da década de 1850. No Brasil, seu uso se estendeu até o início da década de 1870. Mas foi nos Estados Unidos que a daguerreotopia teve maior popularidade, sendo praticada até a década de 1890.

Não vejo grande diferença entre a fotografia documental e o fotojornalismo. São partes do mesmo todo. O que acho interessante da fotografia é o instantâneo, que tanto o que faz a fotografia documental quanto o que trabalha com um jornal tem. Ele tem de ir em busca da novidade. Captar numa fração de segundo a novidade dessa sociedade em que vive [...] quando vejo as fotografias de estúdio, ou imagens que demoram horas para serem feitas, então acho que essa abertura para as novidades da vida é cancelada (apud CESAR; PIOVAN, 2003, p.42).

A diferença entre fotografia documental e fotografia jornalística talvez não seja tão significativa. Mas, se procurarmos ou observarmos um pouco, veremos que o básico entre elas é a velocidade de execução do trabalho. Enquanto o fotojornalismo acontece mediante uma pauta e com prazos apertados, a fotografia documental se dedica à contemplação do assunto fotografado sem qualquer tipo de imediatismo, podendo acompanhar cada passo da cena, do personagem ou do fato (CESAR; PIOVAN, 2003).

Ao tratar do real na fotografia documental, também a associamos como ferramenta transformadora do real acontecido. Isso para mostrar que o poder desse gênero, ao ser usado como instrumento de denúncias sociais, pode mudar situações imorais que a sociedade vive. Em um consenso de princípios existe a formulação de que o verdadeiro documento fotográfico “presta contas do mundo com fidelidade”, com um peso e credibilidade bem singular do real (DUBOIS, 1993, p. 25). Exemplos de fotografias que atendem ao requisito de transformadora do real surgiu no final do século XIX e início do século XX, com as fotos do jornalista Jacob Riis (1849-1914) e do sociólogo Lewis Hine (1874-1940).

Riis, em 1890, publica um ensaio fotográfico em denúncia à situação de miséria dos trabalhadores nas áreas urbanas das novas cidades norte americanas provocadas pela Revolução Industrial. Já Lewis Hine usou a fotografia como instrumento pedagógico, mostrando que ela, além da denúncia social e transformadora das

condições socioeconômicas, pode ser usada para estudos de problemáticas envolvendo a situação humana (OLIVEIRA, 2009).

Segundo Ang (2010), a sociedade passou a reconhecer a importância da fotografia documental e do fotojornalismo com seus papéis de agentes transformadores da realidade, e esclarece que a distinção encontrada nos dois gêneros ainda não é concisa. A fotografia documental e o fotojornalismo caminharam juntos na história e, por isso, muitas guerras registradas pela fotografia, como a Guerra da Criméia e a Guerra Civil Americana dentre outras, são consideradas entre os dois gêneros de forma paralela por muitos autores.

A fotografia documental registra o acontecimento com discernimento, porém, imparcial, revelando o dia-a-dia da natureza humana. Sua abordagem subdivide-se em duas vertentes, uma mais dramática e a outra suave. No extremo dramático temos as coberturas de guerras, de tragédias ou mesmo tráfico animal. Na outra ponta, o enfoque suave volta-se mais para as histórias de família ou celebrações de eventos: batismo, casamentos e eventos. É interessante deixar claro que com essa segunda abordagem, às vezes fica até difícil distinguir a fotografia documental de outros gêneros da fotografia.

Mas independentemente de como a estabeleça, a fotografia documental desperta a ansiedade das pessoas para vê-la em sua concepção. E como sua difusão começou em todo mundo com a conquista de espaços de publicação em revistas de renomes, não tardou a ganhar espaço na mídia e tornou-se disponível no mundo todo. Hoje temos pessoas do mundo todo usando suas máquinas para flagrantes de cenas que destacam o sofrimento de um povo menos favorecido em seu próprio ambiente (ANG, 2010).

A fotografia documental se baseia na verdade e na credibilidade para que suas imagens, mesmos as de abordagens suaves, não sejam consideradas enganosas ou de entretenimento. Não que a mesma seja totalmente objetiva, pois o profissional busca a melhor imagem combinando o diferencial interno de cada um

associado ao meio que o rodeia, e assim, intenciona o exato momento do enquadramento e registro.

Ang (2010) exemplifica essa questão ao colocar em cheque a visão de dois fotógrafos em uma área violenta de uma favela. Enquanto o primeiro traz as imagens de medo, sombrias e associando à morte, o outro, no entanto, pode fotografar uma mãe na mesma área com a esperança nos olhos e dignidade ao criar seu filho. Aí temos duas visões que têm o mesmo valor (a qualidade das intenções), mas que não são inteiramente objetivas.

Como um processo mágico, a fotografia documental faz uma viagem no tempo, na história, no passado. Essa viagem proporciona indagações, reflexões, ideias, dentre outros, pois o objetivo da fotografia documental é exatamente provocar reações do leitor que o leve a romper paradigmas. Portanto, no registro desse gênero o que importa não é somente um momento chave da história, mais também o significado que ele traz, objetivando, além da técnica e composição, carregá-la com informação.

Segundo Rouillé (2009, p. 197), a fotografia na realidade fica entre “ciência e arte, registro e enunciado, índice e ícone, referência e composição, aqui e lá, atual e virtual, documento e expressão, função e sensação”. Assim, ao associar expressão e documento na fotografia, ela perde o que é entendida como realidade registrada, mas pode ser associada como uma atualização ou mesmo transformação desse real.

A definição de Fotografia-documento e de Fotografia-expressão não se encontram acabadas na produção teórica de Rouillé (2009). O autor vai construindo o sentido dessas terminologias ao traçar o percurso histórico da fotografia e ao apresentar as principais tensões pelas quais ela esteve envolvida desde a sua invenção/descoberta. Nessa construção, o autor estabelece historicamente dois momentos em que cada uma delas esteve em evidência: 1839 à década de 1970, hegemonia do valor documental e, a partir de 1970, declínio da anterior e ascensão dos regimes da fotografia-expressão (ROSSONI, 2011; p.3).

Neste caso, até então, o documento era dado somente como a reprodução técnica de um material, que não tinha consenso com a escrita, com a expressão fotográfica ou mesmo os conhecimentos sobre autoria. Entretanto, Castanheira (2013) afirma que há alguns anos já se percebia a queda da fotografia como documento, e não é por negar o seu valor, mas por entender que ela nunca irá além de uma mera representação, pois até mesmo a fotografia documental passa por processos subjetivos durante a criação.

A discussão, porém, fica por conta do fotojornalismo com clara preponderância de expressividade autoral. Neste caso, a imagem associa de maneira perigosa seu caráter documental e os valores de seu autor. Dependendo do contexto em que essa imagem se apresenta, como é o caso da recorrência dos temas ligados à violência, a expressão autoral na imagem jornalística pode substituir a realidade retratada, passando a ser compreendida como tal. Aqui a fotografia pode, então, não ter relação com qualquer realidade, reproduzindo apenas intencionalidades e abstendo-se de objetos e fatos reais (MARI JR., 2016; p. 14).

Com obras que se situam entre o documento e a arte, nota-se que os novos profissionais de foto documental irão apostar na subjetividade e defender, além de assumir que não existe a documentação sem um processo de criação, com isso podem conseguir estreitar o espaço o documento e a ficção. Assim será eticamente aceito a montagem e construção de cenas pelo imaginário do profissional. E para Cotton (2010 apud CASTANHEIRA, 2013), o resultado desse processo é uma nova maneira de ver e aproximar-se das coisas sem perder o caráter crítico que nos forma, mais é um diferente jeito de enxergar as coisas e mostrar o que pensa.

Rossini (2011) deixa bem claro que essas novas mudanças dão liberdade à fotografia para novos olhares e possibilidades, a ousadia e criatividade, pois a sociedade já não é mais a mesma e tudo é fluido

e líquido. O que era dado como real não é mais eficaz na fotografia, pois ela não pode mais desempenhar o papel de documento e de verdade. Assim, novas práticas, usos e fórmulas já eram necessários.

De acordo com Horn (2010) existe uma linha muito frágil que divide o documento da arte é nessa exata divisa que se encontra a fotografia-expressão. E esta também possui um olhar mais interpretativo e um ótimo alinhamento estético, o que toda esse estilo menos submisso às convenções.

Portanto, segundo Castanheira (2013) é importante ressaltar que por assumir um imaginário nas produções fotográficas e a sua importância, não significa implica-las a uma projeção fantasiosa do real com resultado dos delírios do fotógrafo. Muito pelo contrário, pois tais fotografias só adquirem sentido quando o comprometimento do fotógrafo com seu trabalho, participem como denúncia das problemáticas sociais ou da representação da realidade, que é característico da fotografia documental. Assim alcança o material e o imaterial, o real e o subjetivo.

6 Análises e Discussões

Para este estudo foram selecionadas respectivamente as fotografias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo dos últimos quatro anos, sendo de 2012 a 2015. Portanto, mediante a pesquisa bibliográfica, a análise se dá com o propósito de identificar traços da intencionalidade do autor e da subjetividade, ao mesmo tempo que trabalham como ferramenta de denúncia social.

O Prêmio Esso de Fotografia no ano de 2012 coube ao repórter-fotográfico Wilton Junior, ao registrar a Presidente Dilma Rousseff no momento em que passava em revista à tropa na cerimônia de entrega de espadins aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, estado do Rio. A foto TOUCHÉ (figura 1), publicada pelo ESTADO DE S. PAULO, mostra a presidente na posição em que parece estar sendo trespassada pela espada de um militar. A foto foi tirada em um momento histórico

que o partido da Presidenta Dilma, PT, estava em conflito com o PMDB, do Vice-Presidente Michel Temer.



Figura 1: Touché – Foto vencedora do Prêmio Esso em 2012
Autor: Wilton Junior

A foto portanto foi uma busca do próprio fotógrafo para sintetizar esse momento, dito por ele em entrevista a Casa das Focas⁴, que tinha a certeza que ia ficar na história. Sendo assim, fica clara as intenções do fotógrafo na captura da imagem e alguns detalhes do seu ponto de vista particular. Com um plano semiaberto, a espada passa a ideia de transpassar o coração da Presidenta em representação subjetiva aos conflitos de articulação com o PMDB, que apoiado pela inclinação do corpo e da cabeça fundamenta a realidade visível.

A foto é uma representação da realidade subjetiva assim é considerada como foto expressão, imprimindo a intencionalidade do autor para retratar determinado momento, usando o sentimento como proposta. No entanto, ela assume o comprometimento em seu trabalho, que segundo Castanheira (2013) é também uma foto-documento, pois pega um momento histórico conturbado de crises

⁴ <http://www.casadosfocas.com.br/entrevista-com-o-fotojornalista-wilton-junior-vencedor-do-premio-esso-de-fotografia-de-2012/>

políticas e econômicas, participando da denúncia social das problemáticas sociais vigentes, por meio da representação dessa realidade, que é uma das características da fotografia documental.

Contudo ela se encontra na linha frágil e tênue citada por Horn (2010) ao encontrar espaços nessas duas vertentes do material ao imaterial e do real ao subjetivo.



Figura 2: PM ferido afasta agressores - Foto vencedora do Prêmio Esso em 2013
Autor: Victor Dragonetti Tavares

A figura 2 é a vencedora no ano de 2013 do Prêmio Esso de Fotografia que coube ao repórter-fotográfico Victor Dragonetti Tavares, o Drago, por registrar o instante em que um policial, ferido na cabeça, imobilizava um manifestante e apontava a arma para o grupo que havia acabado de agredi-lo, durante manifestação ocorrida, em junho, em São Paulo.

Isoladamente a imagem deixa transparecer que um só policial tenta lidar com um grupo de vândalos que não compõem a cena. Para isso é necessário observar a direção do seu olhar e da arma ao mesmo tempo que consegue imobilizar um dos envolvidos. Ainda há as pedras no chão que possivelmente simboliza um ataque,

e mesmo tem como comprovação o sangue que escorre da sua cabeça ao rosto. Assim nos transmite a ideia que somente violentamente se combate à violência.

Como um retrato da violência urbana causada por manifestações populares e suas indignações é possível identificar na técnica a intencionalidade e a expressividade do autor, bem como a documentação. Em um ângulo mais linear, dá para perceber que o fotógrafo se abaixou um pouco para registrar o momento dramático, angustiante e de austeridade do policial. Bem como o olhar do policial que vai de encontro do olhar de quem observa a imagem como se acusasse o receptor por tudo que acontece naquele momento.

Como documento, a fotografia conseguiu trabalhar com a denúncia e a violência urbana, levando a expressividade a reconhecer a expressividade quando mostra a austeridade do policial, que mesmo sendo minoria detém o poder e se sente com poder com a arma apontada aos demais, além da subjetiva relação da violência por violência.



Figura 3: Crime à liberdade de imprensa
Autor: Domingos Peixoto

No ano de 2014 foi a vez do repórter-fotográfico Domingos Peixoto, do jornal O GLOBO, receber a premiação Esso de Fotografia. O profissional registrou o momento em que o cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Andrade, é atingido por um foguete disparado por integrantes violentos de uma das manifestações no centro do Rio de Janeiro.

A foto (figura 3) intitulada como Crime à liberdade de imprensa, como documento consegue captar o valor da informação nesse momento de violência urbana que atinge um cinegrafista, ao passo que alguns manifestantes não viam como positivas as divulgações dos movimentos pela mídia. Assim como Weber (2014) esclarece, temos atuais nos âmbitos populares, uma violência causada pelos problemas políticos e sociais, que causando indignação na população, a mesma violentamente se defende de quem opor de suas propostas de mudanças.

A expressividade também está presente por retratar um momento político e ideológico, bem como pela montagem e manipulação da imagem para retratar em uma única foto a sequência dos acontecimentos.

O Prêmio ExxonMobil de Fotografia 2015, coube ao repórter-fotográfico Dida Sampaio, ao registrar o momento em que a presidente Dilma Rousseff se exercitava em sua bicicleta, tendo ao fundo cenário alusivo à operação de combate à corrupção conhecida como Lava Jato (figura 4).

A presidenta Dilma, diante de todo uma crise do mensalão e suspeitas de pedaladas fiscais, foi um prato cheio para a intencionalidade do autor quando flagrada convenientemente em uma pedalada matinal e ao fundo possuía um lavo jato com o nome Planalto, que deu nome a foto. Ficando claro portanto que a intenção de subjetivar o momento, desta também violência aos cofres públicos, encontrou no acaso uma grande oportunidade.



Figura 4: Lava Jato Planalto
Autor: Dida Sampaio

A fotografia é também uma denúncia social da crise brasileira diante da administração presidencial e rombo financeiro do país, é uma realidade subjetiva e também se encontra nos padrões da figura 1 analisada anteriormente.

Portanto também é considerada como foto expressão, imprimindo a intencionalidade do autor para retratar determinado momento, usando o sentimento como proposta. No entanto, ela

assume o comprometimento em seu trabalho, que segundo Castanheira (2013) é também uma foto-documento, pois pega um momento histórico conturbado de crises políticas e econômicas, participando da denúncia social das problemáticas sociais vigentes, por meio da representação dessa realidade, que é uma das características da fotografia documental.

7 Considerações Finais

O fotojornalismo passou por inúmeras transformações ao longo do tempo, deixando pra traz um passado de guerras e desastres que tinha na frieza da morte sua maior glória, e chega a uma concepção mais estética, que mesmo retratando a morte se sobressai a humanidade.

Pouco a pouco o fotojornalismo dito como moderno foi ganhando o seu espaço, e a história do fotojornalismo se transformou em beleza e riqueza, diversidade e mutabilidade, vivaz e complexa, porém informativa. Aos poucos paradigmas foram se rompendo e a objetividade e a subjetividade também podiam andar juntas.

Portanto ao abordar a foto documental que também é ramificação fotojornalística a mesma pode ser estética sem deixar de ser informativa, como é explanada por Roullie (2009, p. 197), a fotografia na realidade fica entre “ciência e arte, registro e enunciado, índice e ícone, referência e composição, aqui e lá, atual e virtual, documento e expressão, função e sensação”.

Contudo, a fotografia-expressão cumpre esse papel da subjetividade representativa da imagem que não precisa registrar o fato em si, mas captar emoções, sensações e situações que represente o conflito em questão, com um caráter mais interpretativo e autoral.

Diante de um cenário de violência social, o fotojornalismo bem como sua extensões conceituais deve ocupar seu papel de formação ou mesmo construção cidadã à medida que lhe ofereça

conhecimento informacional e diversificado da realidade em que vive. Assim pode despertar reflexões e o senso crítico da sociedade que é a premissa da foto informação, bem como obter melhorias a partir das reações destes por políticas públicas adequadas.

No entanto, é evidente que a fotografia teve que acompanhar no tempo as transformações de uma sociedade onde temas fotografáveis não falta. Com estético ou a frieza da informação, o que se faz importante é a informação. Mas lembrando também que o receptor também seleciona o que quer ver e como quer ver, e, neste caso o fotógrafo deve estar atualizado com o seu tempo.

Assim, a fotografia fotojornalística, foto documental ou foto-expressão, objetivamente ou subjetivamente, se conseguir transportar a informação ou despertar reações no receptor da imagem, nesse momento ela cumpriu seu papel de deixar evidente a denúncia social.

Referências

ANG, Tom. **O fotógrafo completo**. São Paulo: Editora Europa, 2010.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A fotografia a serviço de Clio: uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana (1900-1940)**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BIANCO, Bela Feldman/ LEITE, Míriam L. Moreira. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: BITTENCOURT, Luciana Aguiar. **Desafios da imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. - Campinas, São Paulo: Papirus, 1998, pág: 199.

BONI, Paulo Cesar. **O discurso fotográfico: A intencionalidade de comunicação no fotojornalismo**. São Paulo, 2000. Dissertação (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

CASTANHEIRA, Rafael. **Fotografia: documento e expressão**. Intercom - XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013. Disponível em

<http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2013/resumos/R36-0226-1.pdf>. Último acesso: 14/12/2016.

CESAR, Newton; PIOVAN, Marco. **Making Of: Revelações sobre o dia-a-dia da fotografia**. São Paulo: Editora Futura, 2003.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**; tradução marina Appenzeller.- Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

FERNANDES JR, Rubens. **Processos de Criação na Fotografia**: apontamentos para o entendimento dos vetores e das variáveis da produção fotográfica. FACOM - nº 16 - 2º Semestre de 2006. Disponível em http://www.fAAP.br/revista_faap/revista_facom/facom_16/rubens.pdf. Último acesso em 07/06/2016.

HORN, Evelyse Lins. **Fotografia-expressão: a fotografia entre o documental e a arte contemporânea**. XI Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, 2010. Disponível em http://www.poscom.ufc.br/arquivos/fotografia_express%E30.pdf. Último acesso: 12/12/2016.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**; 2º Ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LIMA, Ivan. **A fotografia e a sua linguagem**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988.

_____. **Fotojornalismo Brasileiro**: realidade e linguagem - Rio de Janeiro: Fotografia brasileira, 1989.

MARI JR., Sergio. **Denúncia e esquecimento da violência no fotojornalismo**. Revista Temática. Ano XII, n. 04. Abri/2016. NAMID/UFPB. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>. Último acesso: 16/12/2016.

MARQUES, Fernanda e MARTINS, Reinaldo. **Fotojornalismo em Casamento**: Inspiração e Informação. Santa Catarina: Iphoto Editora, 2009.

OLIVEIRA, Erivam Morais de. **Fotojornalismo: uma viagem entre o análogo e o digital**/ Erivam Morais de Oliveira; Ari Vicentini - São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ROSSONI, Rodrigo. **Entre documento e expressão: a experiência fotográfica da Escola de Fotógrafos Populares na Favela da Maré**. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, 2011. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0646-1.pdf>. Último acesso em 15/12/2016.

RESUMO FOTOGRÁFICO. Máquina do tempo: Daguerreótipo. Brasil, 26 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.resumofotografico.com/2011/09/maquina-do-tempo-daguerreotipo.html>. Acesso em 21 de maio de 2017.

ROUILLE, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**; tradução Constança Egreja.- São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma História Crítica do Fotjornalismo Ocidental**; Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

_____. **Fotjornalismo: uma introdução a história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa**. Porto, 2002. Disponível em www.bocc.ubi.pt/pa/sousa-jorge-pedro-fotjornalismo.pdf - Último acesso em 13/11/2015.

WEBER, Yuri dos Santos. **Fotografia e violência: leituras das imagens da guerra da Líbia na Folha de São Paulo**. Centro Universitário Franciscano. Santa Maria, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em <https://lapecjor.files.wordpress.com/2011/04/fotografia-e-violc3aancia-leituras-das-imagens-da-guerra-da-lc3adbia-na-folha-de-sc3a3o-paulo-yuri-weber.pdf>. Último acesso em 15/12/2016.

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA NA TV E A FORMAÇÃO DOS PORTA VOZES DAS NOTÍCIAS

Alessandra Bonfim Bacelar de Abreu Adrian¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

Desde a década de 1990, o Brasil tem acompanhado a crescente inserção no seu dia a dia de programas televisivos, editorias, sites e blogs tendo como principal temática as notícias colhidas nos plantões policiais que giram em torno da violência. Esse modelo pode ter sido experimentado nos idos dos anos de 1990 com a Rede Globo de Televisão, quando levou ao ar por quatro meses o programa Linha Direta³, que se utilizava da reconstituição de crimes onde os acusados estavam foragidos da justiça, para relembrar o caso e estimular a população a denunciar os envolvidos.

Logo em seguida, surgiu Gil Gomes e o programa Aqui e Agora, levado ao ar pelo SBT – Sistema Brasileiro de Televisão entre os anos de 1991 a 1997. O jornalista e radialista atraiu atenção pela vestimenta chamativa, a voz forte e grave e gestual jocoso como está descrito na bibliografia dele para o site museu da televisão, gostava de utilizar a mão direita para segura o microfone, pois a esquerda era reservada para a famosa gesticulação em horizontal como se alisasse o pelo de um cão, ao mesmo tempo que narrava os fatos na

¹ Mestranda em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo (OPAJE-UFT). Membro do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: alessandrabacelar@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

³ O Linha Direta foi inspirado em programas de sucesso nos Estados Unidos, como Yesterday, Today and Tomorrow e The Unsolved Mysteries. O idealizador do projeto, o jornalista Hélio Costa, pretendia adaptar o conceito dos programas norte-americanos a um formato brasileiro, com doses de suspense e mistério.

cena do crime, a voz arrastada e grave, as vezes baixa, entre sussurros e ou quase chegando aos gritos para caracterizar os momentos mais dramáticos. Usava frases curtas, que às vezes nem chegava a completar e nas entrevistas, dificilmente se mantinha na neutralidade, e costumava se emocionar diante das vítimas ou explodir de indignação diante dos criminosos, sendo mais um personagem do que mesmo um jornalista, agradando o telespectador e aumentando a audiência. Uma fórmula que se esgotou com a aparição de outros programas do mesmo gênero.

Se por um lado o *Aqui e Agora* perdeu espaço a Rede Globo ressuscita o *Linha Direta* em 1999, agora sob o comando do jornalista Marcelo Rezende. Todas as quintas-feiras iam ao ar dois casos policiais, era apresentada a reconstituição por meio de artistas sendo baseada nos depoimentos de testemunhas e ainda também a cobertura jornalística realizada quando da ocorrência do crime. O programa recebia sugestão de pauta do país inteiro, e a equipe de reportagem percorria em busca de casos interessantes e que pudessem atrair audiência. Apesar do serviço prestado a comunidade, com a prisão de vários criminosos, deixou de ir ao ar no início de 2008 sob a pressão de várias entidades ligas aos Direitos Humanos.

Silva (2010) destaca que esses programas foram percussores de uma nova atratividade do público brasileiro, que após anos de ditadura e perseguição podiam se inserir no contexto da violência e acompanhar a barbárie, atraídos pela novidade.

As pessoas mais novas podem pensar que o telejornalismo com editoria policial é um fenômeno recente na televisão brasileira. Certamente, recordam-se do *Aqui Agora*, telejornal do SBT de muito sucesso na década de 1990, e que serviu de inspiração para novas produções, como o *Cidade Alerta* (Record), *Brasil Urgente* (Band) e *Repórter Cidadão* (Rede TV!). Efetivamente, podemos afirmar que em tal período houve um processo marcante de transformação histórica na televisão com a inclusão de programas policiais na grade de programação das principais emissoras

brasileiras. Campello (2008, p. 31) destaca que O universo policial, que até poucos anos atrás era tabu na televisão, a partir daquele momento vai se incorporando ao dia-a-dia do telespectador brasileiro. O que não quer dizer que a televisão não noticiasse fatos violentos antes, mas sempre o fazia de forma suave, sem explorar o potencial de apelo e de sensacionalismo inerentes a esse tipo de cobertura. (SILVA, 2010, p.2)

Desde então temos visto na nossa cotidianidade mais e mais veículos tratando sobre a violência, alguns preocupados mais em atrair audiência, do tipo quanto mais sangue melhor, sem levar em conta o fazer jornalístico, sem observar a técnica, a ética e nem mesmo o efeito devastador que um fato sem a devida apuração pode desencadear, esquecendo da neutralidade e ainda do papel da sociedade em interpretar de forma livre.

Segundo Bahia (2009, p 13-14 apud Souza 2005) é preciso conjugar equilíbrio e honestidade na procura pela informação – “a informação objetiva é, assim, uma resposta à notícia escandalosa, interesseira, imprecisa, manipulada”, a autora lembra ainda que tal movimento é uma tentativa de oferecer por meio de reportagens uma versão mais realista possível, sob a égide do compromisso com a verdade. Nessa vertente de compromisso com a verdade extrapola-se o bom senso e chega as raias do sensacionalismo, a exposição exagerada dos envolvidos na notícia.

Diante desse quadro e levando em consideração os números da violência no país apresentadas pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfsz no Mapa da Violência, que coloca a região Nordeste como a segunda em crescimento da violência no ano de 2015 com 89%, quase o dobro do número dos anos anteriores, figura o Estado do Maranhão e Ceará cujo número de vitimas quadruplicou na década. Se em 2002 foram registrados 286 óbitos por AF – Arma de Fogo, em 2012 esse número saltou para 1.235 representando um crescimento de 331,2% no período de 2002 a 2011, o que pode ser interpretado como o local certo pra a proliferação de programas

abordando a temática e todas as mazelas que circundam os fatos, e signifiquem interesse da população.

Para Nogueira (2011), esse interesse pela violência pode ser justificado ou explicado levando em consideração o que foi destacado por Debord (1997) como a “sociedade do espetáculo” caracterizada pelo interesse crescente da população pelo que é espetacular e ainda a dimensão e visibilidade ofertadas pela mídia, onde o real pode ser substituído pela realidade criada. Aqui nesse estudo pretende ir além, também estudar sobre o perfil de quem trabalha na produção e realização dos programas policiais, revelando o perfil e a formação dos profissionais que atuam no dia a dia para transformar, morte, brutalidade, miséria, horror em atrativo e audiência.

O cenário de violência no estado do Maranhão

Para este estudo foi escolhido o Estado do Maranhão, por possuir diversas nuances que colaboram para a crescente instauração de programas policiais que tratam a violência como o tema principal, situações que ganharam espaço também na mídia nacional, uma delas, foi destacada pelo jornal a Folha de São Paulo on-line no dia 26 de agosto de 2015, mostrando dados divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e Municipais 2014, onde o Maranhão apresenta a pior taxa do país de PM – Policiais Militares por habitante um para cada 881 habitantes, porém a média nacional é de um agente para cada 473.

Corroborando com esse dado, tem ainda as informações divulgadas pelo Mapa da Violência de 2015, o Estado é também o que teve o maior índice de crescimento no quantitativo de mortes onde foram utilizadas armas de fogo, entre 2002 e 2012, o crescimento foi de 331,8%. Aliado a isso tem toda uma sorte de ocorrências que são identificadas no Estado, situações extremas que ganham o noticiário, choca a população e exige medidas extremas

dos gestores. Uma dessas situações foi a grave crise no Sistema Penitenciário, mais precisamente no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ocorreram decapitações de presos, paralelo a esse acontecimento, vários ataques a ônibus na Cidade de São Luiz, onde se fez necessário a intervenção da Força Nacional de Segurança e mutirões de atendimentos no Sistema Carcerário com foco em atualizar a situação prisional de todos os internos, avaliar as denúncias de maus tratos, de negligências e morosidades da Justiça.

A reportagem insinua que essa crescente na violência pode ser causada pelo baixo número de polícias no Maranhão, tendo em vista a não realização de concursos públicos para a corporação entre os anos de 1994 e 2001, e após essa data teria sido realizado três certames, que mesmo assim não supririam o déficit de policiais em relação a média nacional, tendo como base para tal a afirmação o exemplo da cidade de Nova York nos Estados Unidos, que na década de 1990 aumentou o efetivo para diminuir os índices de criminalidade. Em 2015, com informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, o jornal publicou que havia 8.144 policiais militares na ativa, o que representa um PM para cada 848 habitantes, e um Policial Civil para cada 3.340 habitantes.

Segundo o Atlas Brasil 2013 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano no Estado do Maranhão é 0,73 do Municipal e o Estadual é de 0,639 sendo o penúltimo na lista classificatória. Já o Atlas da Violência 2016 aponta um crescimento de 209.4% no número de homicídios no período que compreende 2004 e 2014 no Maranhão. Dentre as 20 microrregiões com maior aumento na taxa de homicídios no mesmo período se destacam Chapada do Alto Itapecuru, Codó, Porto Franco e Litoral Ocidental Maranhense.

Diante do cenário apresentado surgiu o interesse de pesquisar os programas que tratam sobre a violência no Estado do Maranhão, especificamente na cidade de Imperatriz, por ter nas grades das emissoras de televisão inúmeros programas que se dedicam a explorar a miséria humana na face mais cruel, a morte.

Os programas de televisão e a formação dos jornalistas que atuam na cidade de imperatriz

Imperatriz é a segunda maior cidade do Estado do Maranhão, em franco desenvolvimento, com economia forte, graças ao ciclo econômico da madeira e da geração de energia elétrica, segundo Moraes (2010) *apud* Franklin (2008).

A cidade possui sete redes de televisão, a TV Mirante (Globo), TV Difusora Sul (SBT), TV CRC (Band), TV Nativa (Record), TV Imperatriz (Diário), TV Capital (Rede TV) e TV Anajás (Rede Vida). Também dispõe de oito rádios: Mirante AM 830 kHz, Mirante FM 95,1, Cidade Esperança AM 890 kHz, Difusora Sul FM 105,1, Terra FM 100,3, Nativa FM 99,5, Mais FM 102,5 e Missão FM. Apesar da variedade de veículos de comunicação, apenas cinco emissoras de TV e quatro de rádios produzem em sua grade programas jornalísticos. As emissoras são: TV Mirante, TV CRC, TV Difusora Sul, TV Capital, TV Nativa, e as rádios Mirante AM e FM, Difusora Sul FM, Terra FM, Nativa FM. (MORAIS 2010, p. 30).

Segundo ainda o autor, foi levantado por meio de pesquisa que no SINDIJORI – Sindicato dos Jornalistas e Radialistas de Imperatriz estão cadastrados mais de 500 profissionais que atuam nas funções de jornalistas de televisão, rádio, jornal impresso ou atividades relacionadas. Uma outra pesquisa realizada buscou traçar o perfil do jornalista que atua na referida cidade.

Os dados foram coletados em 2010, percorreu os cinco principais veículos de comunicação da cidade, e atingiu 73 profissionais do total de 112 pretendidos. Nesse montante, 84% são profissionais que atuam em televisão, 11% atuam em jornais impressos, 5% trabalham em rádio. Os dados coletados demonstraram que cerca de 81% são homens, 19% mulheres e na maioria dos casos os cargos de chefias estão distribuídos no universo masculino. Outro dado importante diz respeito à faixa etária dos jornalistas.

Analisando os questionários aplicados, foi possível perceber que a faixa etária correspondente a maioria dos jornalistas de Imperatriz varia dos 41 anos aos 50, desses 29% a maioria tem mais de vinte anos de prática no jornalismo (Gráfico 03). Do total, 21% dos entrevistados têm entre 36 e 40 anos, com média de mais de dez anos de carreira, seguido por 19% de jovens jornalistas, entre 18 e 25 anos, com aproximadamente até cinco anos de atuação no mercado. Observa-se ainda que 15% possui entre 26 e 30 anos e 12% com faixa etária de 31 a 35 anos. Somente 4% dos entrevistados possuem mais de 50 anos de idade, com média de 20 a 30 anos de profissão. Também foi possível verificar que não há diferença da quantidade de cargos exercidos pelos jornalistas como resultados do tempo de carreira ou da idade informada, e no exercício da atividade, há pouca mobilidade quanto a mudanças de funções. (MORAIS, 2010, p. 36)

Na cidade o curso de Comunicação Social formou a primeira turma no segundo semestre de 2010, deixando evidenciado que as pessoas que atuam na área, ou vieram de outros Estados, ou buscaram outros locais para a formação superior, ou não são formados. Na amostra detectou-se que 79% dos jornalistas que trabalham em Imperatriz são maranhenses, o restante veio de outros Estados da Federação.

Quando avançamos o olhar sobre a formação superior, começamos a detectar porque talvez a violência seja um dos principais chamarizes dos programas televisivos.

Faz parte da dinâmica do próprio campo midiático a eleição de assuntos “quentes”, que viram “notícias”, em detrimentos de outros, “frios”, considerados já ultrapassados. Os receptores das informações, então, acompanham esse movimento e cotidianamente seguem construindo suas visões de mundo, nas quais estão incluídos valores sociais, orientações de condutas individuais e públicas, modelos de convivência. (NOGUEIRA, 2011, p 9)

45% dos entrevistados possuem o ensino médio, em alguns casos incompleto, 31% estão na Universidade buscando o título de graduação em jornalismo ou em outro curso, 21% tem diploma, mas a maioria em outra área, não em jornalismo. A escolha por outros cursos foi justificada pela necessidade de ter uma formação superior, porém com pouca renda disponível, muitos optam por garantir uma graduação na Rede Pública de Ensino e com isso terem qualificação que os mantenha no mercado de trabalho.

Na programação, suspense, crimes e sangue

Os programas que trazem a temática da violência ainda perduram como grandes atrativos, principalmente nas camadas populares. A desgraça, a morte, o agir policial são grandes atrativos. Não é de se estranhar que no Estado do Maranhão eles tenham tamanha audiência e que se propaguem da capital ao interior, nos mesmos moldes.

Durante anos o Estado foi comandado pela oligarquia Sarney, que com o passar dos anos foi se revelando um verdadeiro câncer para a população, onde os ricos estão cada vez mais ricos, e os miseráveis cada vez mais miseráveis e para estes o conhecimento deverá ser limitado, sob o risco dos grandes capitais perderem o poder. Dentro cenário um tanto imbecilizante não é de se estranhar que haja grande incentivo para esse tipo de programa, onde vale caçoar da miséria alheia e esquecer a sua própria.

Se tomarmos como exemplo o programa Bandeira 2, podemos perceber que o crescimento/expansão dele mostra que ainda há espaço para o sensacionalismo, para os apresentadores heróis que saem em defesa dos menos favorecidos. O apresentador tem uma intimidade com as câmeras como se ela nem existissem, faz questão de se mostrar sempre em um terno escuro, gravatas e camisas de cores similares, contrastando com o cenário e clima pesado que ali se instaura tendo em vista o som das sirenes dos

carros da polícia e imagens de policiais, presos e buracos de bala ao fundo.

A narrativa das matérias é um melodrama sem fim, para prender o espectador mais e mais. Ali não vale os direitos humanos, o bom senso, ou a piedade humana, vale mesmo as notícias sensacionalistas que prendam a atenção de quem sintoniza o canal do rádio ou tv para assistir. Vale a opinião de quem narra a história. O modelo que começou sendo exibido na capital do Estado, migrou para o interior do Estado, em Imperatriz mudou-se o apresentador, mas o estilo continua o mesmo. Atraindo espectadores e perpetuando a máxima que o povo gosta de pão e circo ou procura no zapear de canais, suspense, crime e sangue, como bem destaca Nogueira (2011, pág. 9):

Faz parte da dinâmica do próprio campo midiático a eleição de assuntos “quentes”, que viram “notícias”, em detrimentos de outros, “frios”, considerados já ultrapassados. Os receptores das informações, então, acompanham esse movimento e cotidianamente seguem construindo suas visões de mundo, nas quais estão incluídos valores sociais, orientações de condutas individuais e públicas, modelos de convivência.

Como bem destaca CORNU (1988) a Declaração dos direitos e dos deveres dos jornalistas começou a ser utilizada em 1971 em Munique, previa alguns princípios da deontologia jornalística, entre eles a liberdade de expressão e de crítica (e o direito a ela), além do igual tratamento para com as pessoas, evitando-se qualquer forma de discriminação; a busca da verdade; e o respeito à pessoa humana. A missão: informar, porém com limites. Tais princípios seriam seguidos pelos jornalistas não por constituírem-se como “deveres”, mas como “obrigações morais”.

No livro a Sociedade do Espetáculo, DEBORD nos lembra o que de fato podemos definir o que seria espetáculo como um modelo presente da vida socialmente dominante, onde a principal mensagem é o que aparece é bom, o que é bom aparece. Levando a

reflexão sobre a grande necessidade de formação para quem trabalha com a comunicação.

Conclusão

Após leituras e avaliações de programas que tem a temática da violência, podemos chegar a conclusão que a formação dos profissionais que atuam na produção/edição desse tipo de material influem diretamente na qualidade do que é exibido para a sociedade em geral, onde o foco maior é atrair a audiência e não fazer cumprir a essência do jornalismo, que é informar com qualidade, isenção e que leve o espectador a refletir sobre os temas e os acontecimentos. Na prática o que ocorre é bem diferente, opiniões são emitidas, sem receios.

O grande implicador em ter nas redações um corpo técnico formado em sua maioria por pessoas sem diploma de formação superior e ou graduado em outras áreas é a não exigência do diploma, desde que deixou de ser obrigatória a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalismo tem-se notado uma qualidade menor dos produtos que chegam a população, onde são comuns erros e ainda a repercussão de notícias sem o devido apurar correto dos fatos, e ou ainda informações tendenciosas que beneficiam um ou outro e induzem os espectadores a uma parte limitada do fato.

A formação do profissional não vai impedir que erros aconteçam ou a parcialidade seja posta de lado, mas vai possibilitar que o profissional, por meio de técnicas e do aprendizado em sala de aula tenha a noção de como a notícia deve ser divulgada e todos os pontos éticos que precisam ser levados em conta.

Ademais dentro do espaço acadêmico e científico é onde ocorrem as discussões e avaliações sobre os trabalhos realizados pelos profissionais no mercado de trabalho, é ali que se debate os caminhos e transformações que podem ser realizadas em prol de formação e atuação de qualidade.

Enquanto perdurar essa liberdade de qualquer pessoa ser jornalista, continuaremos a ver programas produzidos sem ética e responsabilidade, que expõem as pessoas, sem critérios, e que visam tão somente a audiência e os interesses da classe dominante, além de erros grotescos, que podem causar danos e prejuízos irreparáveis. E tendo em vista o cenário até então que era divulgado sobre o Estado do Maranhão, onde predominavam as oligarquias e a dominação dos ricos sobre os pobres, com altos índices de pobreza e miséria se torna um espaço ideal para a propagação de espaços como estes de programas policiais que se limitam apenas a mostrar os casos de mortes, sem levar para a população a reflexão dos fatos ocorridos, e como seriam as possíveis resoluções e causas . Perpetuando assim a dominação e a desinformação necessária para a construção de uma sociedade bem informada, crítica e cidadã.

Referências

<http://www.museudatv.com.br/biografias/Gil%20Gomes.htm>

<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/linha-direta>

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Conraponto, 1997.

CORNU, Daniel. **Ética da informação**. São Paulo: Edusc, 1998.

MORAIS, William Castro. **O perfil do jornalista de Imperatriz nas emissoras de televisão, rádio e jornal impresso. 2010**

NOGUEIRA, Silvia Garcia. **A violência, o campo midiático e a construção social de uma cultura de direitos humanos**. revista.uepb.edu.br > Capa > v. 5, n. 6 (2011)

VASCONCELOS, Ruth, PIMENTEL, Elaine. **“Violência e intolerância na mídia e seus efeitos sobre o tecido social”**. In: Ruth Vasconcelos & Elaine Pimentel. *Violência e criminalidade em mosaico*. Maceió: EdUFAL, 2009. pp.81-116.

SOUZA, Diana Paula. Jornalismo e Criminalidade: a produção midiática da violência e suas implicações nas leis penais brasileiras. Disponível in: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0846-1.pdf>

SILVA, Rodrigo Barbosa. **Arroz, Feijão e Sangue: o telejornal policial no cardápio de almoço dos brasileiros.** Disponível in: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2449-1.2010.

CAPÍTULO 3

A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMO ELEMENTO PROPULSOR DO FEMINISMO: ANÁLISE DA FANPAGE NÃO ME KALHO

Camila Pena de Alencar¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

O poder da internet tem avançado rapidamente e está transformando a maneira de coletar, produzir, compartilhar e armazenar informações. As novas tecnologias estão permitindo a ampliação e a diversificação na forma de produzir conteúdo (DIZARD Jr, 2000). Com isso, surgem várias possibilidades de interação, através da ruptura do modelo ‘um para todos’ e da instauração do modelo ‘todos para todos’.

Castells (2013) pontua que a grande mudança, nos últimos anos, foi o surgimento da autocomunicação – que consiste no uso internet e das redes sem fio como plataformas de comunicação, afetando diretamente as normas de construção de significado e as relações de poder. A autocomunicação colabora para a construção da autonomia do ator social em relação às instituições tradicionais. Nesse sentido, os movimentos sociais exercem o contrapoder a tais instituições, mediante um processo de comunicação autônoma, desprovida do controle dos que detêm o poder institucional; valendo-se das redes da internet.

¹ Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (2008), Especialização em Comunicação Corporativa pela Universidade Gama Filho) e Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos pela Universidade Federal do Tocantins. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão - Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: camilapenaalencar@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

Para Haje (2002), um dos movimentos sociais que pode e deve apropriar-se da Internet, objetivando uma comunicação mais efetiva, é o movimento feminista, pois traz a possibilidade de discutir questões relevantes, de comunicar diretamente com o público e de promover transformações nas condições da mulher na sociedade. Os movimentos sociais, como o feminista, devem apostar no potencial de mobilização da Internet e incentivar novos usos cidadãos a partir de ferramentas interativas. Nesse contexto, as redes sociais constituem um viés para estabelecer espaços de experimentação comunicativa pautados neste modelo interacional.

As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. São espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, no decorrer da história, monopolizaram os canais de comunicação como pilares de seu poder. Neste livre espaço público da internet, os indivíduos compartilham sentimentos - conectando-se entre si; concebem projetos a partir de múltiplas fontes do ser; formam redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais (CASTELLS, 2013, p. 10).

Neste contexto, infere-se que as redes sociais modificam de forma vertiginosa a participação dos usuários da Internet, possibilitam a criação de espaços de apropriação de conteúdos e de geração de acontecimentos e ressignificam formas do “agir social”.

Atualmente, são verdadeiras ferramentas de compartilhamento de ideias, experiências e vivências; além de constituírem espaços de debates de diversas temáticas nos âmbitos político, econômico, social e cultural. As discussões a respeito das temáticas relativas ao Feminismo não ficam de fora desse contexto, pois são diariamente abordadas em contas no Twitter, fanpages no Facebook, perfis no Instagram, entre outras redes sociais. Nesses espaços, o Feminismo tem recebido valorosa atenção, seja através do combate à misoginia, à violência contra a mulher e ao estereótipo de gênero; seja por meio das reflexões sobre o papel das mulheres

na sociedade, a construção/reconstrução da feminilidade e o empoderamento feminino.

O objetivo geral deste estudo é analisar a produção e o compartilhamento de conteúdo da fanpage Não Me Kalho, além disso, a interação das seguidoras com as publicações realizadas na página, utilizando a Netnografia como abordagem metodológica. O neologismo Netnografia (nethnography= net + ethnography) foi originalmente cunhado por um grupo de pesquisadores norte-americanos, na década de 90, para descrever a junção entre o trabalho de observação etnográfica aplicado ao meio eletrônico.

A pesquisa netnográfica, realizada na plataforma digital, acontece de forma muito peculiar na medida em que é possível para o pesquisador tornar-se invisível e não interferir na dinâmica da interação observada. Essa metodologia demanda a elaboração posterior de uma descrição densa, que possibilita uma compreensão detalhada dos significados compartilhados por seus membros e da rede de significação em questão (BRAGA, 2007).

Para Kozinets (2014), a netnografia pode ser compreendida como uma forma de investigação empírica, com abordagem participativa e observacional, que tem o intuito de desvendar padrões de comportamentos sociais e culturais no ambiente online.

Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas [...] a netnografia tem seus próprios conjuntos de práticas e procedimentos exclusivamente adaptados que a distinguem da conduta da etnografia face a face (2014, p. 62).

A netnografia não pode ser vista somente como a utilização do método etnográfico para os estudos em comunicação mediada pelo computador, devido às diversas delimitações do objeto e às constantes transformações ocorridas no ambiente online. Assim, ela alude como um dos métodos qualitativos que amplia as possibilidades dos estudos em comunicação e cibercultura, no campo epistemológico. Nesse contexto, esta metodologia também surge a partir da necessidade de estudo das culturas e comunidades virtuais.

Para a realização dos estudos no universo da netnografia, foram analisadas as postagens da fanpage Não Me Kalho, nos meses de maio e junho de 2016. Além disso, analisou-se, especificamente as publicações relacionadas à hashtag #MeuAmigoSecreto, ocorridas em novembro de 2015.

ANÁLISE DA FANPAGE NÃO ME KALHO

Para Recuero (2005), com o advento da Comunicação Mediada por Computador, as pessoas buscam novas formas de se conectar, estabelecer relações e formar comunidades. Dessa forma, muitos autores definiram tais comunidades, instituídas no ciberespaço, como comunidades virtuais.

De acordo com essa definição, os elementos formadores da comunidade virtual seriam: as discussões públicas; as pessoas que se encontram e reencontram, ou que ainda, mantêm contato através da Internet (para levar adiante a discussão); o tempo; e o sentimento. Esses elementos, combinados através do ciberespaço, poderiam ser formadores de redes de relações sociais, constituindo-se em comunidades. A comunidade virtual é, assim, um grupo de pessoas que estabelecem entre si relações sociais, que permaneçam um tempo suficiente para que elas possam constituir um corpo organizado, através da comunicação mediada por computador (2005, p.12).

Neste sentido, as comunidades virtuais tornaram-se espaço preeminente para a abertura do debate público acerca do Feminismo, permitindo o fortalecimento da cooperação, solidariedade, associativismo e ativismo perante às questões de gênero.

No ciberespaço, as páginas de ativismo feminista compartilham diversos tipos de conteúdo, como a reconstrução da história das mulheres, denúncia de violências sofridas (violência física ou simbólica), discussão das interseções sobre mulher e política, bem como representações culturais e questões relativas aos direitos sexuais. Essa presença ativista pode ser interpretada como uma forma de resistência cultural online de mulheres com o intuito de demonstrar a importância de assumirem o controle da ferramentas tecnológicas (PRA & NEGRÃO, 2005).

Como exemplo deste ativismo na internet, temos o Coletivo Feminista Não Me Kalho, que atua nas redes sociais (Twitter e Facebook) e também através do site <http://www.naomekahlo.com>; composto por cinco mulheres (Bruna de Lara, Bruna Leão Rangel, Gabriela Moura, Paola Barioni e Thaysa Malaquias) e instituído com a finalidade de agregar pessoas que possuem interesse em aprofundar estudos, compartilhar experiências/vivências e promover ações que busquem a conquista e efetivação dos direitos das mulheres.

Segundo a advogada Bruna Leão³, o Coletivo Feminista foi criado a partir da vontade de um grupo de mulheres de se mobilizar em prol das pautas feministas. “Os temas abordados no site e nas redes sociais são normalmente os que envolvem assuntos relevantes naquele momento ou pautas que escolhemos abordar na semana. A fanpage Não Me kalho, possui uma grande relevância, principalmente pelo número de pessoas que seguem a nossa página no Facebook e pelo alcance das publicações”.

³ Entrevista concedida, via e-mail, no dia 29 de maio de 2016, pela advogada Bruna Leão (integrante do Coletivo Feminista Não Me Kalho).

Atualmente, a fanpage Não Me Kalho atingiu mais de um milhão de curtidas no Facebook. No Twitter, mais de quase 43 mil seguidores acompanham as publicações do Coletivo Feminista e milhares de internautas já visitaram o site e visualizaram as reportagens e conteúdos produzidos⁴.

Neste estudo, analisa-se especificamente a comunidade virtual Não Me Kalho, instituída na rede social Facebook. Inicialmente, foram mensurados os principais temas abordados na fanpage durante dois meses (maio e junho de 2016). A seguir, foi realizada a análise quantitativa das temáticas, cujos resultados serão demonstrados em forma de gráficos.

No mês de maio de 2016, foram realizadas 91 postagens na fanpage Não Me Kalho, divididas nas seguintes temáticas:

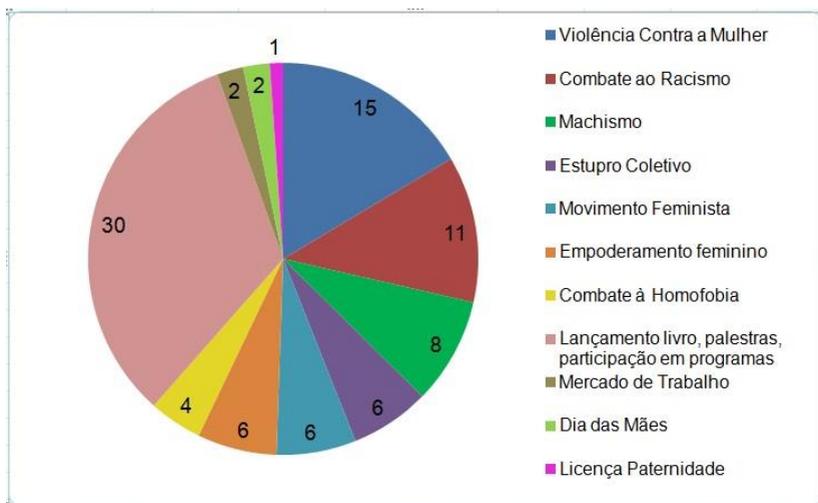


Figura 1: Gráfico de análise das postagens (Maio 2016)

O Combate ao Racismo é tema recorrente na fanpage Não Me Kalho, principalmente relacionado ao Feminismo Negro - a importância do recorte de raça dentro do movimento feminista. No mês de maio, foram registradas 11 postagens consonantes ao tema,

⁴ Dados coletados no dia 22 de julho de 2016.

que além do preconceito racial problematizaram a disparidades salariais entre “homem branco” e a “mulher negra” no mercado de trabalho e o papel da mulher negra no ambiente acadêmico.

Em relação ao tópico *Estupro Coletivo*, as seis postagens referem-se ao crime, que obteve grande repercussão nacional, ocorrido no dia 21 de maio de 2016, onde uma adolescente foi estuprada por vários homens em uma favela no Rio de Janeiro - RJ. No post publicado no dia 28 de maio, o Coletivo Feminista produziu e publicou uma reportagem sobre a Cultura do Estupro no Brasil. Com mais de 2.500 reações e 76 comentários, o post denunciou a postura de *culpabilização da vítima*⁵ assumida por uma parcela da sociedade.

Dentro da temática *Violência Contra a Mulher*, foram divulgadas 15 postagens que trazem dados e estatísticas de agressões sofridas pelas mulheres brasileiras, e relatam recentes casos de violência divulgados nos veículos de comunicação. A Violência Contra a Mulher constitui um dos principais assuntos abordados pela fanpage Não Me Kahlo, seja por meio de reportagens produzidas pelas integrantes do Coletivo Feminista, seja por meio do compartilhamento de notícias veiculadas nos meios de comunicação social.

A exemplo disto, no dia 8 de maio de 2016, a fanpage compartilhou uma reportagem publicada no site Geledés⁶, intitulada *Vinte mil mulheres são mortas por ano no mundo vítimas de parentes em ‘crimes de honra’*. O post obteve mais de 8 mil reações,

⁵ Segundo CARDOSO e VIEIRA (2014, p. 70), Culpabilização da Vítima é “a potencial desmoralização da vítima, que é colocada como centro das atenções e retratada como causadora do próprio ato de violência, seja a partir de seu comportamento, seja dos locais frequentados ou decisões tomadas. O termo foi empregado por William Ryan pela primeira vez em 1971, em seu livro *Blaming the Victim*; a expressão foi utilizada para se referir aos negros nos Estados Unidos, vítimas do preconceito racial extremamente violento da época e responsabilizados pela fraca estrutura familiar e estagnação socioeconômica que, em geral, apresentavam. No decorrer das décadas, o uso do termo se expandiu para outros fins e recentemente se consolidou nos estudos de gênero para se referir à responsabilização da mulher pelas agressões e sanções (profissionais, sociais e sexuais) sofridas”.

⁶ Reportagem na íntegra pode ser acessada pelo endereço: <http://www.geledes.org.br/vinte-mil-mulheres-sao-mortas-por-ano-no-mundo-vitimas-de-parentes-em-crimes-de-honra/>

1.727 compartilhamentos e 115 comentários. Abaixo da postagem, mulheres relataram agressões sofridas por parentes e ex-companheiros.

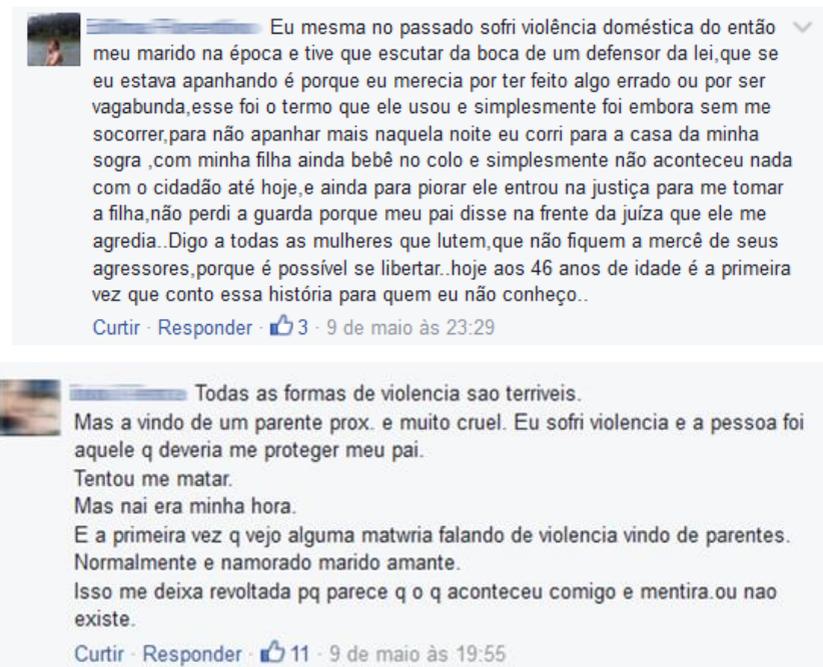


Figura 2: Comentários extraídos do post publicado no dia 8 de maio

A fanpage Não Me Kalho dá voz à mulher para que possa falar da sua realidade e ser sujeito de suas histórias, na medida em que impulsiona a interatividade entre múltiplos atores, o debate de ideias e o compartilhamento de experiências.

Segundo Hans Joas (1999), a interação entre sujeitos consiste em ação social caracterizada por uma orientação meramente recíproca, onde as relações sociais não podem ser consideradas elementos acabados, “fechados”, e sim como algo aberto, em constante processo de reconhecimento entre os membros da comunidade.

Em sua fanpage, o Coletivo Feminista não apenas compartilha reportagens veiculadas na mídia sobre casos de violência contra a mulher, como também faz uma leitura crítica sobre a maneira que tais episódios são retratados pela imprensa brasileira, que muitas vezes assume uma postura misoginica e sexista.

No mês de maio de 2016, duas reportagens do Site G1 foram alvos de críticas por parte do Coletivo Feminista, por abordar de forma eufemística a violência contra a mulher, especificamente o estupro.

Não Me Kahlo
16 de maio às 15:03 · 🌐

ESTUPRO não é relacionamento, Globo!

Nosso livro "#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes" 📖 está com datas de lançamento marcadas no Rio de Janeiro (👉 dia 19) e São Paulo (👉 dia 25). ... Ver mais

PARANÁ RPC
estuprou
~~Ex-BBB teve relacionamento com~~
menina de 13 anos, diz polícia
Ex-BBB Laércio de Moura foi preso em Curitiba nesta segunda-feira (16).
A investigação foi solicitada pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR).

Adriana Justi e Dilara Donizio
Do G1 PR

Facebook Twitter YouTube

Curtir Comentar Compartilhar

28 mil Principais comentários

18.081 compartilhamentos

Figura 3: Post publicado no dia 16 de maio

A postagem publicada no dia 16 de maio, que obteve 28.437 reações e 2.222 comentários, levantou o debate sobre como os meios de comunicação abordam de forma equivocada os crimes contra a mulher. O mesmo enfoque foi dado na postagem do dia 29 de maio, que obteve 8.700 reações e 149 comentários.

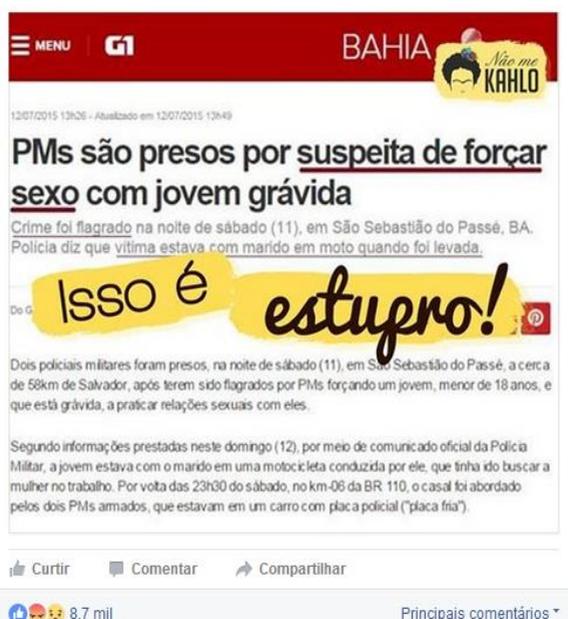


Figura 4: Post publicado no dia 29 de maio

Para o Coletivo Feminista, as publicações da fanpage têm suscitado o debate crítico de como a mídia brasileira tradicional tem tratado às pautas relativas à mulher, muitas vezes, demonstrando o despreparo dos jornalistas ao abordar as temáticas de gênero. Para tratar de um tema tão sensível, como é o caso da violência contra a mulher, não se pode improvisar. O jornalista deve agir com profissionalismo, usar a linguagem apropriada e não julgar. Os meios de comunicação, por sua vez, deve evitar expor a mulher a mais agressões (MORENO, 2013).

No mês de junho de 2016, foram realizadas 76 postagens na fanpage Não Me Kalho, que abrangeram diversos assuntos.

Novamente, a Violência Contra a Mulher, foi o tema mais recorrente:



Figura 5: Gráfico de análise das postagens (Junho 2016)

Ao analisar os comentários das seguidoras da página, observa-se que muitas não tinham contato com as temáticas discutidas pelo movimento feminista e que após seguirem a fanpage Não Me Kalho, passaram a se interessar e compreender melhor o Feminismo, cujas conquistas revelam um longo processo histórico de lutas em defesa da integridade física, moral e psíquica do sexo feminino. Em contraponto, as mulheres que já possuíam contato com o tema, detêm a oportunidade de obter mais informações e analisá-las por uma nova perspectiva.

Figura 6: Comentário do post publicado no dia 15 de junho sobre Racismo

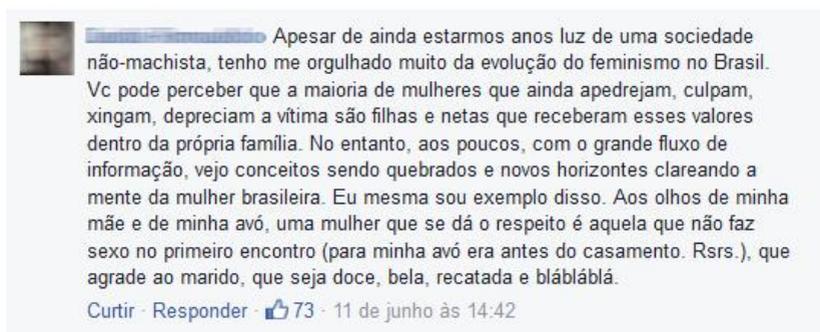
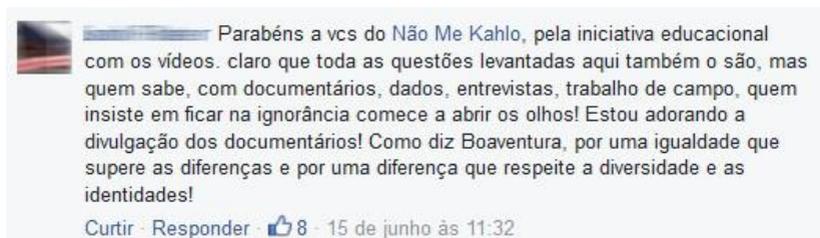


Figura 7: Comentário do post publicado no dia 11 de junho sobre Cultura do Estupro

Na fanpage, as temáticas relativas ao Feminismo passam a ser entendidas de forma coletiva e interseccional; perpassando inicialmente pelo empoderamento individual para depois tornar-se grupal.

Constata-se que a participação das mulheres constitui uma via de empoderamento de gênero, em particular quando vinculada a processos sociais que estimulam a formação de redes, explorando as temáticas de gênero tanto em ambientes tecnológicos e como nos do cotidiano feminino ((PRÁ, NEGRÃO, 2005).

Nesse sentido, o Coletivo Feminista estabelece uma interação dialógica entre diversos sujeitos em torno da temática do Feminismo.

Acreditamos, que a internet é, sem dúvida, uma plataforma de extrema importância para disseminação de nossa mensagem e para a pulverização de conteúdo feminista. E o maior exemplo que podemos citar desse engajamento virtual e de seu impacto na vida das mulheres se deu através da #MeuAmigoSecreto (2016, p. 14).

#MEUAMIGOSECRETO

Em 1991, lideranças femininas de diversos países reuniram-se no Center for Women's Global Leadership, nos Estados Unidos, para discutir as formas de violência contra as mulheres no mundo e desenvolver estratégias para aumentar a consciência internacional sobre a natureza sistêmica da violência e expô-la como uma violação dos direitos humanos. Como estratégia para construir a consciência sobre a violência de gênero, foi criada a Campanha Mundial 16 Dias de Ativismo. As participantes escolheram um período significativo para a realização da Campanha (início no dia 25 de novembro - Dia Internacional de Não Violência Contra as Mulheres - e término no dia 10 de dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos)⁷.

A hashtag #MeuAmigoSecreto foi lançada, pelo Coletivo Feminista Não Me Kalho, no dia 24 de novembro de 2015, data que antecedeu o início da Campanha Mundial 16 Dias de Ativismo, visando mobilizar internautas a denunciarem situação vivenciadas, direta ou indiretamente, que configuram práticas machistas perpetuadas ao longo dos anos em nossa sociedade. A proposta era denunciar as relações de poder assimétricas implícitas em práticas e atitudes, utilizando como ferramenta as redes sociais, principalmente o Facebook.

Segundo do Coletivo Feminista Não Me Kalho, a hashtag não surgiu de uma campanha planejada e não se pode precisar o

⁷ Informações retiradas do Site da Campanha. Activist Origins of the 16 Days Campaign. Disponível em: < <http://16dayscwgl.rutgers.edu/about/activist-origins-of-the-campaign>>. Acessado em: 21 de maio de 2016.

momento exato que ela surgiu. O pontapé inicial para a criação da hashtag aconteceu no Twitter:

O primeiro tweet que publicamos foi “Meu amigo secreto diz que aborto é assassinato, mas pediu para a namorada abortar quando engravidou” ... Depois, surgiram outros, como “Meu Amigo Secreto diz que não é homofóbico, mas que ‘só pode ser viado longe de mim” e “Meu Amigo Secreto não apresentou a namorada para a família porque ela é negra”. Todos tweets que publicamos foram baseados em fatos da vida de pessoas conhecidas, e, até então, não estavam acompanhados da hashtag. ..Imediatamente após a publicação dos tweets, nossas seguidoras começaram a mandar suas próprias histórias. Depois, postamos um desses tweets na nossa página do Facebook e perguntamos: o que vocês fariam para seu amigo secreto? ... Transformaram “meuamigosecreto” em hashtag e , por meio dela, milhares de mulheres estavam compartilhando seus relatos, interagindo e se conectando com as histórias umas das outras (2016, p. 14-15).

A adesão à hashtag ganhou grandes proporções com a participação de artistas, parlamentares, intelectuais, e, principalmente, da sociedade civil. Além disso, obteve grande repercussão nas mídias tradicionais por meio de reportagens que tentavam explicar ao leitor/telespectador/ouvinte o que significava a onda de depoimentos emergida das redes sociais.

O Portal O Globo⁸, em matéria veiculada em matéria veiculada no dia 26 de novembro, intitulada ‘*Sofremos opressões todos os dias*’, dizem criadoras da ação #MeuAmigoSecreto, mostrou a repercussão da hashtag: “Há menos de 48 horas no ar, mas já com milhares de apoiadoras, a campanha #MeuAmigoSecreto incita as mulheres a expor comportamentos e declarações machistas que enfrentam cotidianamente. Utilizando a

⁸ Trecho da reportagem extraída do Portal O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/sofremos-opressoes-todos-os-dias-dizem-criadoras-da-acao-meuamigosecreto-18146174?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%2oGlobo>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

brincadeira de fim de ano como gancho, as internautas descrevem, de maneira realista, os conhecidos que costumam soltar “piadinhas” misóginas no meio do expediente: ‘#MeuAmigoSecreto elogia, se mostra educado, trata super bem a mina, mas se ela demonstra que não quer nada com ele, fala que ela é metida’, conta uma internauta. ‘#MeuAmigoSecreto acha que a colega de trabalho serve para ‘alegrar’ seu dia’, relata outra”.

A Revista Galileu publicou no dia 25 de novembro a reportagem intitulada *20 relatos da hashtag #meuamigosecreto que precisam ser lidos*, que abordou a repercussão da Campanha Meu amigo Secreto e trouxe vinte relatos de práticas machistas, denunciadas por meio da hashtag, como: “#Meuamigosecreto diz que trai porque a carne é fraca, coisa de homem. Mas não aceita ser traído em hipótese alguma”; “#meuamigosecreto na época da faculdade afirmou que para mulher bonita é fácil tirar A nas disciplinas, principalmente se o professor fosse homem” e “#meuamigosecreto acha que apenas a mulher é responsável pelo método contraceptivo e aí dela se pedir uma camisinha”.

A Campanha #MeuAmigoSecreto também ganhou adesão de outras páginas no Facebook que utilizaram a hashtag para relatarem posturas machistas relacionadas às temáticas que abordam na rede social. A página Macetes de Mãe, que possui mais de 500 mil seguidores/seguidoras no Facebook, publicou um post relacionado ao preconceito à amamentação.

Figura 8: Post publicado na fanpage Macetes de Mãe no dia 27 de novembro



Os depoimentos das mulheres, por meio da hashtag #MeuAmigoSecreto, denunciaram diversas situações de preconceito e violência vivenciadas pelas mulheres. Devido a grande repercussão da hashtag, o Coletivo Feminista decidiu dar continuidade às discussões fora do ambiente online e lançou, em maio de 2016, o livro #MeuAmigoSecreto: Feminismo além das redes, do primeiro título da Coleção Hashtag.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista vem se inserindo nas redes sociais com o foco de difundir e promover suas pautas e reivindicações e combater a desigualdade de gênero. O espaço da internet, sem dúvida, tem se tornado um locus de ação e reflexão de grupos feministas; por meio da construção de conhecimento, do debate de ideias, da troca de vivências/experiências e da mobilização social.

Nessa perspectiva, o Coletivo Feminista Não me Kalho promove, por meio das redes sociais, principalmente pelo Facebook, discussões acerca de temáticas abordadas pelo Feminismo, constituindo uma salutar ferramenta de empoderamento. A fanpage

propulsiona a interação entre suas seguidoras, viabilizando a construção de um sentimento de pertencimento, em que os diversos atores sociais dialogam sobre assuntos que lhe são afins.

É notório que as redes sociais, por si sós, não são capazes de acabar definitivamente com todos conflitos que permeiam as relações de gênero; todavia elas são ferramentas importantes para gerar reflexões, criar espaços de discussão e promover o ativismo virtual.

REFERÊNCIAS

BRAGA, A. **Usos e consumos de meios digitais entre participantes de weblogs: uma proposta metodológica.** In: Anais do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_162.pdf>. Acesso em: 3 de junho de 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** 1. edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DIZARD Jr., Wilson. **A Nova Mídia: A Comunicação de Massa na Era da informação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HAJE, Lara de Podestá. **Esferas Públicas Feministas na internet.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

JOAS, Hans. **Interacionismo Simbólico.** In: GIDDENS, Anthony; TUNER Jonathan. Teoria social hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online.** Porto Alegre: Penso, 2014.

MORENO, Rachel. **A Imagem da Mulher na Mídia: Controle Social Comparado.** São Paulo: Editora Publisher Brasil, 2013.

PRÁ, Jussara. NEGRÃO, Telia. Internet, um novo ambiente comunicativo e de empoderamento para as mulheres. In: FUNCK, Susana Bornéo;

WIDHOLZER, Nara (Org.). **Gênero e discursos na mídia**. Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/ Editora UNISC, 2005.

RECUERO, Raquel. **Comunidades em Redes Sociais na Internet: Uma proposta de estudo**. Ecompos, Internet, v. 4, n. Dez 2005. Disponível em <<http://www.raquelrecuero.com/seminario2005.pdf>>. Acesso em: 6 de junho de 2016.

CAPÍTULO 4

DILMA E O SEXISMO NA MÍDIA

Taianne Santos Moreira de Souza¹

Cynthia Mara Miranda²

Introdução

Seja por meio de textos jornalísticos ou através da publicidade, o fato é que as mulheres são muitas vezes, tratadas como objetos, marcados pelos estereótipos e preconceitos, e assim alguns profissionais dos veículos de comunicação de massa, utilizam-se do espaço da mídia para propagarem discursos, cuja linguagem chega a se perder no bom senso e até mesmo no nível de coerência. Nesse sentido, pode-se inferir que o Sexismo esta sim, fortemente imbricado na mídia, no campo social e até mesmo político, sendo assim, tal estudo não pode ser dissociado dessas esferas, o que justifica a importância do debate em questão. Tal discussão também precisa levar em conta que os campos político e da comunicação estão fortemente imbricados por diferentes jogos de interesses.

Diante desse cenário, surge a seguinte problemática: de que modo a figura feminina, na representação da ex-presidenta Dilma, é trabalhada nas Revistas *Veja* e *'IstoÉ'*, no período do processo de *Impeachment*? Trabalha-se a hipótese de que cada profissional de mídia é orientado por sua própria base ideológica e do veículo de comunicação, além de serem pautados por princípios editoriais dessas empresas de comunicação, fatores esses que podem permear a condução do texto jornalístico e o modo de enxergar e trabalhar determinados contextos. A partir desse princípio, a presente análise

¹ Mestranda em Comunicação e Sociedade pela UFT. Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo:Temas Contemporâneos pelo OPAJE da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Jornalista graduada pela UFT. E-mail: Taiannejornalista22@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais (Unb), professora adjunta do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (UFT), pesquisadora do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE). cynthiamara@uft.edu.br

tem como objetivo central trazer à tona à discussão do Sexismo e como as mulheres são retratadas nos conteúdos dessas revistas, quando o assunto é a presença feminina na política.

Em um primeiro momento, o presente trabalho partiu do levantamento dos estudos de especialistas, como a feminista Simone Beauvoir (1970); Moreno (2012); Ferreira (2004); além das críticas de Flavia Birolli e Luís Felipe Miguel (2014) no âmbito da ciência política no Brasil no que tange a mulher no campo político; e ainda, Michel Foucault (1997). Em um segundo momento, optou-se pela técnica da análise de conteúdo de reportagens das Revistas *Veja* e *IstoÉ*, utilizando-se como base as teorias de Laurence Bardin (1979). As análises partem do princípio dos textos e imagens correlatas, de modo a ampliar o contexto de discussão.

Durante a coleta, duas reportagens das Revistas *IstoÉ* e *Veja* (disponibilizadas online e impressa) do mês de abril, chamaram atenção pela construção dos títulos e a composição das imagens, e se tornaram portanto, o foco da análise. Trata-se de notícias acerca do Processo de *Impeachment* - momento este marcado por diferentes conjunturas políticas - e que trazem como títulos e conteúdos um cunho sexista. Nesse momento surge a necessidade de se fazer uma análise dos enquadramentos ou *frames*, dados às reportagens.

Mendonça e Simões (2012) explicam que enquadramentos ou *frames*, tratam-se de operacionalizações analíticas de um determinado conceito que permitem identificar instruções que orientam uma situação e o envolvimento dos atores envolvidos. Os autores reforçam ainda, que esse tipo de estudo, tornam-se importantes ferramentas que captam a dimensão simbólico-interpretativa das relações sociais.

Vale ressaltar que a proposta desse trabalho não é entrar em defesa da ex-Presidente Dilma Rousseff, mas sim discutir como vem sendo a representação da imagem da mulher no cenário político pelos meios de comunicação de massa, em especial em dois dos principais *locus* de realização do jornalismo político hoje no Brasil e

importantes produtores simbólicos: as Revistas *Veja* e *IstoÉ* – mesmo que muitas vezes a credibilidade e objetividade desses veículos, sejam postos em cheque, principalmente ao que se refere a *Veja*.

Diante disso, o estudo em questão, traz ainda uma breve discussão quanto à relação de gênero e o Sexismo sob a gênese das relações entre política e comunicação. Deste modo, pretende-se verificar quais são as tomadas de posição dos agentes do campo jornalístico, atuantes nos objetos de estudo supracitados, por meio das reportagens a serem analisadas, tomando por base, a relação entre a mulher no campo político e o Sexismo.

A MULHER E O SEXISMO

Destaca-se aqui o conceito de Sexismo, que pode ser compreendido como um conjunto de ideias e ações que privilegiam determinado gênero, no qual o praticado contra homens é denominado de misandria ou androfobia, já aquele referente às mulheres é chamado de machismo ou misoginia. Nesse contexto insere-se também a divisão da forma conceitual presente no termo “mulher”. A alternativa entre a ideia de gênero enquanto aspecto ou construção social, e do outro lado, a ideia biológica de sexo, conceitos estes que se confundem na busca por igualdade nos diferentes campos de atuação, mas principalmente nas lutas feministas e perante as políticas de enfrentamento da dominação.

Para entender esse cenário no qual muitas vezes a mulher é vítima de sexismo, é importante recorremos a Simone de Beauvoir, considerada uma das pioneiras nos estudos das questões de gênero, sexismo e feminismo, por meio da sua obra “*O segundo Sexo*” de 1949³. A autora lembra, por exemplo, que no século XVIII, Rousseau, dizia que “Toda a educação da mulher deve ser relativa ao homem”.

³ Como a edição original é antiga e não é de fácil acesso, utiliza-se na no presente estudo, a reedição de 1970.

No entanto, o ideal democrático do mesmo período apresenta a mulher como seres iguais aos do “**sexo forte**” (grifo nosso). As preocupações teóricas concernentes a essas temáticas como categoria de análise só apareceram no século XX, mas já é possível por meio de Beauvoir identificar que essa problemática é histórica.

[...] durante muito tempo os homens suplicaram às mulheres que não abandonassem as saias longas, as anáguas, os véus, as luvas compridas, as botinas altas; tudo o que acentua no Outro a diferença torna-o mais desejável, porquanto é do Outro como tal que o homem quer apropriar-se (BEAUVOIR, 1970, p.237-238).

Simone de Beauvoir (1970) defende a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres são de ordem cultural. Embora as teorias da autora, sejam consideradas marcantes, perde-se em alguns momentos no debate a que se propõe, provavelmente pela época em que foram escritos, período bastante insipiente ao que se referem às conquistas; avanços quanto aos direitos; e no processo de empoderamento e representatividade da mulher; que vem crescendo ao longo dos anos, porém a passos curtos.

Ao trabalhar o feminino como uma construção social, Beauvoir (1970) utiliza da seguinte frase: “não se nasce mulher, torna-se”. A autora denomina “feminismo repressivo” a intenção da emancipação feminina através da adoção de comportamentos idênticos aos dos homens perante a sociedade. Deste modo, a feminista reafirma ainda que, a mulher é escrava de sua situação e, portanto não tem passado nem história e religião própria, ideia esta que apesar dos avanços perante a sociedade e do mercado, ainda pode ser aplicado nos dias de hoje, pois ainda há muitos entraves e gargalos sociais que as impedem de conquistar espaços maiores, principalmente em mercados antes dominados exclusivamente por homens, como é o caso do campo político, como será tratado nessa análise.

Maria Cristina Ferreira (2004) explica que o Sexismo é uma herança da cultura patriarcal, sistema esse que subsidiou ao longo

dos anos, uma maior desigualdade entre os sexos. A autora explica ainda que essa é uma forma encontrada pelos homens para garantir e reforçar as diferenças de gênero, normatizadas e legitimadas, sobretudo por diferentes instrumentos sociais. Ferreira destaca ainda que, as desigualdades continuam sendo validadas por um tipo de estrutura bi-fatorial do Sexismo: um hostil e o benevolente.

O Sexismo Benevolente, segundo Ferreira (2004), ocasiona no consentimento do poder estrutural do sexo masculino e avigora a dependência das mulheres. A autora traz ainda, o conceito do Sexismo Institucional que estaria associado à exclusão das organizações, comunidade e entidades que impõem certas barreiras as mulheres e deste modo, as impedem de terem as mesmas oportunidades do que os homens, principalmente ao que se refere a trabalho, ao campo político, dentre outras situações que tangem o mundo social.

Foucault (1997) trabalha a ideia de que o noticiário jornalístico participa de uma dinâmica na qual, os discursos são historicamente cristalizados e assim, a oposição entre homem e mulher se mantém e está associada a papéis convencionais de gênero que moldam os conceitos prévios do que cada um desses grupos ocupam no espaço social. Esse processo está longe de ser cercado de homogeneidade, mas sim de divergências e embates entre si. Essa problemática é ampla e perpassa na divisão social do trabalho, em outras palavras vai muito além da desigualdade de gênero (embora esta seja a principal delas).

MULHER E O CAMPO POLITICO

O campo político sempre foi visto como um espaço masculino, realidade que pouco mudou nos dias de hoje, visto que ainda vemos uma sub-representação feminina no que diz respeito ao quantitativo de representantes eleitas seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Miguel e Birolli (2014) discutem que é cada vez mais evidente que as mulheres encontram posições desiguais no seio

político. Os autores reforçam que nesse cenário, atributos de distinção são usados para reforçar a diferença por meio de estereótipos que criam entraves na luta política.

É importante destacar que essa problemática de considerar o homem sempre como o sexo mais forte e a mulher como o mais frágil é um produto social e histórico. Nessa teia do campo político, ao explicar a estrutura e o processo do Coronelismo, no período conhecido por República Velha, Leal (1949), lembra que nessa fase, a medida que iam se estabelecendo laços, formavam-se crias para assegurar o poder, mas para isso era necessário demonstrar “Machismo”, o que para eles revelava uma característica de uma pessoa “forte”.

A participação política feminina, muitas vezes é trabalhada nos veículos de comunicação, por estereótipos, conceitos prévios, e compreensões redutoras. Nesse cenário, a mídia e a própria sociedade, acabam por reforçar ainda mais, as divisões e papéis tradicionais que envolvem as questões de gênero e assim, a sub-representação das mulheres se torna ainda mais acentuada quando o assunto é a inserção e a consequente permanência no campo político, ocupado na sua maioria por homens. A seguir, trabalha-se melhor essa questão por meio da análise da representação da ex-Presidente em dois grandes veículos de comunicação brasileiros (presente no meio impresso e *online*): a Revista Veja e IstoÉ.

DILMA E A REPRESENTAÇÃO SEXISTA NAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ

Criada em 1968 pela Editora Abril, hoje o conteúdo da Revista Veja pode ser encontrado de forma impressa com uma periodicidade semanal e pelo site (veja.abril.com.br). Em 1976, a primeira edição da Revista IstoÉ estava nas bancas, passados quase 41 anos, atualmente além da sua versão impressa, o seu conteúdo é disponibilizado no site (istoe.com.br) e pelas redes sociais

(*Facebook, Whatsapp, Twitter, Linked in*), além de outras ferramenta, de modo a se aproximarem ainda mais dos seus público.

Em um primeiro momento fez-se um levantamento geral das publicações das editorias de política das Revistas semanais *Veja* e *IstoÉ*, no mês de abril, período em que notou-se uma efervescência no que tange as publicações do processo de *Impeachment* da ex-presidente Dilma. Durante a coleta, duas reportagens das revistas supracitadas chamaram atenção e se tornaram objetos de análise. Dentre os critérios a serem utilizados, destacam-se as Vozes, presente na construção das reportagens; os discursos e argumentos centrais utilizados pelos jornalistas; os títulos; a composição e escolha das imagens e fotos; além das legendas utilizadas para complementar os textos. Não se trata de uma análise comparativa, mas sim de uma discussão de como esses veículos trataram essa temática, por meio das reportagens escolhidas.

A imagem da Presidenta retratada na reportagem da Revista *Veja* Edição online do dia 8 de abril de 2016⁴ (ANEXO 1) se assemelha a figura de “outro mundo”, uma mulher enfurecida, raivosa, conceitos esses que são complementados no texto com expressões do tipo “queima de estoque” e “fazer o Diabo”, ao se referir que Dilma faria “qualquer coisa” para vencer a corrida presidencial no seu segundo mandato. Outra ideia explicitada pelo jornalista é a de uma mulher marcada pelo jeito “tinhoso do fisiologismo” e o mesmo, faz uso de termos ainda mais pejorativos como “faxineira ética” que nos remete ao arcaico conceito da “vassourinha”, da “limpeza”, ingredientes que reforçam o estereótipo feminino e que foram atribuídos ao cotidiano das mulheres ao longo dos séculos.

O fato da Revista *Veja* ser declaradamente “Anti-petista” já ajuda a explicar os termos utilizados para representar a então Presidente, o que compromete a prática do ideal de objetividade,

⁴ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/governo-dilma-esta-fechando-para-balanco-ultimas-boquinhas-corra>.

principal discurso dos profissionais do campo jornalístico. Outra questão a ser levantada cabe à representação da foto da capa. Aquele velho ditado “uma imagem vale mais que mil palavras” pode ser muito bem empregado nesse caso, visto que eles trazem o contexto de uma mulher enfurecida, raivosa. E deste modo, as imagens complementam a informação verbal do texto.

Diante desse contexto e por meio das ideias e discursos presentes no texto de Rodrigo Rangel, Robson Bonin e Daniel Pereira da Revista Veja, insere-se Brandão (1999, p.12), segundo o qual a linguagem, enquanto discurso, é interação social, ela não é neutra, inocente, dotada de uma intencionalidade, e assim se torna um lugar privilegiado da manifestação de ideologias. A imagem com sua materialização visual, aliada ao texto, ajudam a compor os argumentos e as mensagens construídas pelos jornalistas supracitados que põem em xeque seus reais posicionamentos acerca da Presidenta e assim, colocam o leitor em um labirinto semântico.

Mais uma vez os estereótipos atribuídos à mulher são colocados em pauta. Trata-se da reportagem da Revista 'IstoÉ' de 1 abril de 2016⁵, na qual na versão impressa traz o seguinte título: “As Explosões nervosas da Presidente” (ANEXO 2) seguida de: “Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”. Para completar, a chamada e o título da capa do site diz “Uma Presidente fora de si”. Para falar dos bastidores pré-*impeachment*, eles citam ainda que a “iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país.”

A reportagem dos jornalistas Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco da Revista IstoÉ faz uma comparação com a personagem Carminha da novela global “Avenida Brasil” e traz o

⁵ Disponível em: http://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/

estereótipo da mulher louca, histérica, aquele velho conceito impregnado na sociedade machista, da TPM feminina, o que fica ainda mais evidente no trecho: “Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca.” O que se explica por meio da reportagem, produzida antes de declarado oficialmente o Impeachment, é que a ideia foi por a prova a sanidade da então Presidenta (como prefere ser chamada) Dilma. A construção do texto jornalístico acima é reforçada pelas ideias de Raquel Moreno (2012) ao enfatizar que os estereótipos de gênero contribuem para uma imagem negativa das mulheres.

Em relação à reportagem da Revista IstoÉ do dia 1º de abril, é possível desprender termos e expressões ligadas a estereótipos e conceitos prévios que são muitas vezes remetidos as mulheres quando se trata das condições emocionais, dentre elas “explosões nervosas”; “desmantelou-se emocionalmente”; “Os desvarios de Dilma” e “os alvos do destempero”. A reportagem compara a Presidente, a “Maria I, a Louca” - primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e primeira rainha do Brasil – que segundo um psiquiatra da época observou, ela apresentava sintomas de falta de sanidade e negação da realidade, e traz assim, a ideia explícita de que o destino da Presidenta Dilma seria o mesmo da Maria Louca, já que houve o seu “impedimento na Coroa” e no caso brasileiro, muita gente também desejou que ela ficasse fora do “trono”.

A reportagem da IstoÉ, põe novamente em cheque a capacidade da então Presidente Dilma em exercer o mais alto cargo político no sistema democrático. É possível identificar, por exemplo, por meio dos trechos a seguir “exibe total desconexão com a realidade do País” ou ainda mais explicitamente “Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo”. É notório, portanto que, os comentários sempre remetem o lado psicológico ou emocional.

Os jornalistas da IstoÉ também trabalham a ideia de que por suas atitudes perante o clima do *Impeachment*, a Presidente estaria

sempre sozinha, sem os seus aliados. Para reforçar o conceito de “decadência” de Dilma, eles exemplificam que em um evento do Programa habitacional do governo Minha Casa, Minha Vida – uma das principais plataformas de campanha do PT – Partido dos Trabalhadores, a personagem da nossa análise, parece em meio a cadeiras vazias. Segundo a reportagem, teria sido convidados 300 prefeitos e apenas 8 compareceram. Para enfatizar que a então Presidenta estaria sem apoio político, complementam os jornalistas “Num de seus acessos recentes, Dilma reclamou dos que classificou de “traidores” e prometeu “vingança”.”

Ao analisar as reportagens das revistas Veja e IstoÉ, nota-se nos dois casos, um enquadramento intencional de mostrar, a então Presidenta Dilma, sempre com um rosto cansado, ar de irritação e em cenas que demonstram explosão. Nesse cenário, duas vertentes podem ser analisadas: as diversas possibilidades de leituras (seja através das imagens ou dos textos), por meio da intertextualização e a consequente formação de discursos imbricados nesse processo. Deste modo, podem-se classificar as notícias supracitadas, com um *framing*⁶ negativo.

O sociólogo Goffman (2008) esclarece que a mídia fornece os esquemas narrativos, de modo a interpretar os acontecimentos; e assim privilegia os esquemas, em detrimento de outros. O autor utiliza a expressão *Footing* para nomear a posição dos atores em determinadas situações com um enquadramento definido, mas passível de transformação. Esses sujeitos são configurados de acordo com a situação. Os *footings* são introduzidos, negociados e podem sinalizar aspectos pessoais por meio da fala por exemplo (GOFFMAN, 2008, p.107)

A mídia adota enquadramentos, ou seja, chaves ou pacotes interpretativos com suas estruturas internas, de modo a construir

⁶ Enquadramentos ou *framings* são as formas de ver determinados fenômenos. Trata-se de “mapas de significados”, ou seja, classificações mais gerais que permitem dar sentido a eventos e assim revelam traços do contexto social mais amplo e suas estruturas de fundo.

atributos negativos ou positivos, técnicos ou morais, e acaba muitas vezes por adotar uma única perspectiva. Vale destacar que a partir dos *frames* é possível relacionar o posicionamento dos jornais e da estrutura organizacional. Os Enquadramentos das notícias ou *frames*, segundo Mauro Porto (2004, p.91) correspondem ao ângulo da notícia, o ponto de vista adotado no texto que destaca elementos de uma realidade em detrimento de outros, o que segundo o autor podem ser noticiosos (construídos pelos jornalistas) ou interpretativos (realizados pelos diferentes atores sociais).

Quanto as **vozes** utilizadas na construção das reportagens analisadas nas Revistas Veja e IstoÉ, é possível identificar que, os jornalistas não utilizaram fontes diretas, mas sim relatos da Presidenta e de “possíveis” funcionários que trabalham com Dilma e que não foram identificados. Nota-se também textos carregados de adjetivações como nos trechos “uma **estupenda** queima de estoque” ou ainda “**extrema** tensão e **absoluta** desordem” (grifos nossos); o que demonstra uma certa impessoalidade dos construtores das matérias.

A noção de público e privado é posto em xeque em diversos momentos na Reportagem da Revista imprensa e eletrônica da IstoÉ. Ao trazer à tona, por exemplo, as situações em que a mesma utilizou-se de palavrões e em tons de ameaças aos seus funcionários e a outros personagens do cenário político e da justiça; ao expor que a presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise da instauração do processo de *Impeachment*; ao relatar que pessoas próximas a ela, afirmaram que os medicamentos nem sempre surtem efeito; ou ainda ao expor outros trechos de conversas dela com seus “subordinados”, acaba que a vida pessoal se sobrepõe às ações no seu campo de atuação.

Para enfatizar ainda mais esse contexto e reforçar a ideia de “descompostura” da Presidenta com os seus colaboradores (pessoas essas que, a reportagem da IstoÉ trata ironicamente como “subordinados”), os jornalistas Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco são categóricos: “É bem verdade que Dilma nunca se

caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados”. Mesmo sem citar nomes, eles ainda relatam que “Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento.”

Hackett (1999) lembra que nos estudos de jornalismo, os conceitos de objetividade e parcialidade sempre são tratados como conceitos organizativos. O autor trabalha duas vertentes pra o conceito de parcialidade: a falta de equilíbrio entre pontos de vista consistentes e a distorção tendenciosa e partidária da realidade. Ainda acerca dessa questão, reforça-se que a cobertura de assuntos externos só poderá ser considerada tendenciosa se houver distorção por razões políticas. De forma reduzida, pode-se dizer que o ideal da objetividade espera que os jornalistas distanciem dos acontecimentos, destituídos de juízos de valor, de modo a trazer mais veracidade a mensagem e transmitam ao público as notícias por meio de uma linguagem neutra com uma pluralidade de pontos de vistas.

Hackett (1999) argumenta que o partidarismo político de alguns proprietários de mídia, grupos de anunciantes ou editores é o principal entrave à informação objetiva. O autor enfatiza que a parcialidade e a objetividade, muitas vezes, são conceitos associados ao papel ideológico dos *media*. O autor traz a seguinte linha de análise ao se referir a parcialidade jornalística: haveria quatro pressupostos principais, sendo que o primeiro trata a notícia objetiva, como equilibrada e um reflexo da realidade social; segundo, as atitudes políticas dos profissionais desse campo como fatores determinantes da imparcialidade jornalística; terceiro, a parcialidade detectada por meio de métodos de leitura e por último a de que a parcialidade mais importante é o partidarismo.

Deste modo, a partir da análise das revistas supracitadas é possível identificar que ao representar a Presidente Dilma, a mesma foi vítima de Sexismo midiático, afinal como já é sabido os ataques às mulheres hoje, na sociedade como um todo, são em sua maioria

direcionados à sexualidade feminina. No que tange ao universo político, elas são sempre vistas como “autistas políticas” ou por sua fragilidade. No caso da ex-Presidente Dilma, nas reportagens analisadas se resumem a mulher sob constante tensão, sempre nervosa, histérica e desequilibrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível ver claramente por meio das reportagens - e das imagens que as complementam - da ex-Presidente Dilma que, o machismo acaba sendo a regra para atacar a presença das mulheres no que se refere às questões do campo político. Mesmo com os avanços e conquistas ao longo dos anos, ao que tange a representatividade nesse campo de atuação, ainda há muito que se avançar, afinal ainda é um espaço predominantemente ocupado pelos homens engravatados. Nesse cenário, o Sexismo só reforça esse paradigma, ao desvalorizar e travar uma batalha na qual a mulher é tida como pertencente ao “sexo frágil”, e assim cria-se a ideia de passividade, fragilidade e submissão, de modo a reforçar um estereótipo da menor capacidade de atuação política.

Nota-se por meio das discussões dos diferentes teóricos e pelos materiais analisados nas Revistas Veja e IstoÉ (impresso e *online*) que, as conquistas das mulheres e bem como, o espaço ocupado por elas, em campos antes dominados apenas por homens, ainda é algo marginalizado pelos agentes das mídias de comunicação de massa no Brasil. O estudo do contexto social e as questões de gênero devem andar lado a lado, quando o assunto em pauta são os estereótipos e preconceitos criados pela e para a sociedade ao que refere-se ao empoderamento e a dominação da mulher, sobretudo ao que diz respeito ao mercado de trabalho, no espaço público, mas principalmente no que tange aos assuntos de cunho político e econômico.

Em suma, nesse cenário, ainda há muito o que se avançar, principalmente no que tange ao discursos dos meios de

comunicação de massa. A partir da presente análise, por exemplo, pode-se considerar que os jornalistas das Revistas IstoÉ e Veja, repetem os discursos ao tratar da mulher na política, e principalmente ao se referir a primeira Presidente mulher do Brasil, ao utilizar termos e linguagens de cunho e teor sexista ou porque não dizer, tendencioso.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BEAUVOUIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 4. a Edição. São Paulo. Difusão europeia do Livro. 1970.
- FERREIRA, Maria Cristina. **Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero**. Temas em psicologia da SBP, Ribeirão Preto, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004.
- Foucault, Michel. **A arqueologia do saber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1997.
- GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: na essay on the organization of experiences**. Boston, Northeastern University Press.1986.
- HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999.
- LEAL, Vitor Nunes. Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”. In: **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-omega, 1949.
- MENESES, Verônica Dantas; MIRANDA, Cynthia Mara. Reflexões sobre a cultura da imagem e o imaginário feminino na publicidade. **Revista Observatório**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 171-193, set. 2015. ISSN 2447-4266. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1621>>. Acesso em: 19 ago. 2017. doi: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p171>.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA, Cynthia Mara. Debates sobre comunicação e cultura a partir do ponto de vista das jovens mulheres. In: Ana Laura Lobato. (Org.). **Jovens Mulheres e Políticas Públicas** (Livro Eletrônico) - Coleção juventude. Série Estudos; n. 2. 2ed. Brasília - DF: Presidência da República, 2014, v. 1, p. 168-180.

MORENO, Raquel. **A Imagem da Mulher na Mídia: controle social comparado**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012. (p. 107-120).

ANEXOS

ANEXO 1

Revista Veja

Governo Dilma está fechando para balanço. Últimas boquinhas. Corra!

Para evitar sua liquidação do governo, presidente faz uma liquidação de cargos e abre uma estupenda queima de estoque, oferecendo posições ao baixo clero da Câmara

Por: **Rodrigo Rangel, Robson Bonin e Daniel Pereira** 08/04/2016 às 21:36



Quando era candidata à reeleição, Dilma Rousseff disse que poderia "fazer o diabo" para vencer a sucessão presidencial. Disse e fez, arruinando as finanças do país. Agora, com o mandato ameaçado, ela recorre outra vez ao tihoso - o

tinioso do fisiologismo, aquele que mercadeja emendas e cargos em ministérios e estatais por um punhado de votos, ou um único voto. Para escapar do impeachment, a faxineira ética de outrora passou a assediar congressistas dispostos a colocar seu "sim" ou "não" no mercado. O baixo clero, formado pelos políticos mais inexpressivos do Congresso, está, naturalmente, em festa. É o caso do deputado José Maria Macedo Júnior, do PP do Ceará. Macedão, como é conhecido, é dono de uma empresa que fornece canos e tubulações para obras federais, inclusive para a transposição do Rio São Francisco, que lhe rendeu 50 milhões de reais em 2015. Apesar de exercer seu primeiro mandato na Câmara, ele foi alçado, na semana passada, à gloriosa condição de responsável pela indicação do novo diretor-geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), que tem orçamento anual de mais de 1 bilhão de reais e cujos projetos atiçam a cobiça da firma... da firma... do próprio Macedão! É isso: em troca de um único voto, o governo colocou o deputado-empresário nos dois lados do balcão de negócios. Deu resultado. Macedão, antes indeciso, agora fechou contra o impeachment. Com o desembarque do PMDB do consórcio governista, Dilma e o ex-presidente Lula passaram a cortejar partidos de médio e pequeno portes e oferecer as benesses do poder aos integrantes do baixo clero, que se preocupam menos com a opinião pública e, por isso, têm mais facilidade para mudar de lado, principalmente quando convidados a participar do rateio de um butim suculento. Calouro na Câmara, o deputado Francisco Chapadinha, do PTN, foi convidado a indicar o novo superintendente do Inbra em Santarém, na região oeste do Pará, sua base eleitoral. De pronto, aceitou a proposta. De pronto, trocou a condição de indeciso e passou a entoar o coro "Não vai ter golpe". De pronto, justificou-se a um colega: "Nunca ganhei nada. Agora que me ofereceram, não posso deixar de aceitar". O esforço contra o impeachment conta com a ajuda de governadores amigos, que acertam com os deputados de seus respectivos estados a parte de cada um no queimão do governo.

ANEXO 2

FIM DE FEIRA
NO VALE-TUDO PARA SE MANTER NO PODER, DILMA
DISTRIBUIU R\$ 50 BILHÕES E MAIOU OS PRÓPRIOS CARGOS

A GRIPE QUE MATA
COMO SE PROTEGER DO VIRUS H1N1,
QUE SE ALASTRA PELO PAÍS

ISTO É

AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE

Em setembro descontinua
com a iminência de
seu afastamento e
completamente fora de
si, Dilma quebra móveis
dentro do Palácio, grita
com subordinados,
joga autoridades, ataca
poderes constituídos
e perde (também) as
condições emocionais
para conduzir o País

ENTRADA (2.977) - BRASIL - C:\ar condicionado - Pesq - Uma presidente fora de si
istov.com.br/450027_LUMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/

ISTO É ASSINE

BRASIL

Uma presidente fora de si

Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país

Balcão de negócios
"No vale-tudo para escapar do impeachment governo vai distribuir R\$ 50 bilhões em emendas e regular 400 cargos, além de R\$ 1,1 milhão [...]"

PT: Ailton para Viva! em Plenário

Cultive sua vitalidade espiritual diariamente

PT 08:32 11/12/2016

BRASIL**Uma presidente fora de si**

Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país



DESCONTROLE A presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco

01.04.16 - 20h00

736

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. Lembra o Lula dos grampos em seus impropérios. Na última semana, a presidente mandou eliminar jornais e revistas do seu gabinete. Agora, contenta-se com o clipping resumido por um de seus subordinados. Mesmo assim, dispara palavrões aos borbotões a cada nova e frequente má notícia recebida. Por isso, os mais próximos da presidente têm evitado tecer comentários sobre a evolução do processo de impeachment. Nem com Lula as conversas têm sido

amenas. Num de seus acessos recentes, Dilma reclamou dos que classificou de “traidores” e prometeu “vingança”. Numa conversa com um assessor, na semana passada, a presidente investiu pesado contra o juiz Sérgio Moro, da Lava Jato. “Quem esse menino pensa que é? Um dia ele ainda vai pagar pelo quem vem fazendo”, disse. Há duas semanas, ao receber a informação da chamada “delação definitiva” em negociação por executivos da Odebrecht, Dilma teria, segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos. Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar.

DESCONTROLE

A presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos

nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares

Em recente viagem a bordo do avião presidencial, um Airbus A319, tripulantes e passageiros ficaram estupefatos com outro surto de Dilma. Depois de uma forte turbulência, a presidente invadiu a cabine do piloto aos berros: “Você está maluco? Vai se f...! É a presidente que está aqui. O que está acontecendo?”, vociferou. Não seria a primeira vez que Dilma perdia o equilíbrio durante um vôo oficial. No final de janeiro, o avião da presidente despencou 100 metros, enquanto passava pela região entre a floresta Amazônica e o Acre. O piloto preparava-se para pousar em Quito, no Equador. Devido ao tranco mais brusco, Marco Aurélio Garcia, assessor especial, acabou banhado de vinho e uma ajudante de ordens bateu levemente com a cabeça no teto da aeronave. Copos e pratos foram ao chão, mas ninguém se machucou. A presidente saiu de si. Na sequência do incidente, tratou de cobrar satisfações do piloto. Aos gritos. “Não te falei para não pegar esse trajeto? Quer que eu morra de susto, cace...?”. Os desvarios de Dilma durante os vôos já lhe renderam uma reclamação formal. Em carta, a Aeronáutica pediu para que a presidente não formulasse tantas perguntas sobre trajetos e condições climáticas nem adentrasse repentinamente às cabines para não tirar a concentração dos pilotos. A presidente não demonstra paciência nem mesmo para esperar o avião presidencial seguir o procedimento usual de taxiamento. Um de seus assessores lembra que, certa feita, Dilma chegou a determinar à Aeronáutica

que reservasse uma pista exclusiva para a decolagem de sua aeronave. Com isso, outros aviões na dianteira tiveram de esperar na fila por horas.

O modelo consagrado pela renomada psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross descreve cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade. Na semana passada, um presidente de uma instituição estatal foi chamado por Dilma para despachar assuntos de sua pasta. Chegou ao Palácio do Planalto, subiu ao terceiro andar e falaram longamente acerca da saúde da empresa e especialmente sobre a economia do Brasil e o contexto internacional. Ao final da conversa, observando o visível abatimento do executivo, Dilma quis saber: “Por que você está cabisbaixo?”. Franco, ele revelou sua preocupação com o cenário de impeachment que se desenhava, especialmente com o então iminente rompimento do PMDB. Ao ouvir a angústia do seu subordinado, que não está há muito tempo à frente da empresa, Dilma teve uma reação que tem se repetido sistematicamente: descartou totalmente a hipótese do seu impedimento. Ela exclamou: “Imagine, nada disso vai acontecer. Já temos garantidos 250 votos na Câmara”. O executivo tentou argumentar, mas foi novamente interrompido. A petista avaliou ser “até melhor” o rompimento com o PMDB, assim teriam a chance de “refundar” o governo. O presidente da instituição deixou a conversa completamente atônito. Considerou inacreditável a avaliação da chefe do Executivo.

OS ALVOS DO DESTEMPERO

A descompostura presidencial não escolhe vítima. Sobra para todo mundo



**“QUEM ESSE MENINO
PENSA QUE É? UM
DIA ELE AINDA VAI
PAGAR PELO QUE
VEM FAZENDO”**

Dilma, na semana passada,
sobre o juiz Sérgio Moro

**"CALE SUA BOCA.
VOCÊ NÃO ENTEDE DISSO.
SÓ FALA BESTEIRA"**

Dilma à Maria do Rosário, depois de divergirem sobre a Comissão da Verdade



**"VOCÊ ESTÁ MALUCO?
VAI SE F...! É A
PRESIDENTE QUE ESTÁ
AQUI (NO AVIÃO). O QUE
ESTÁ ACONTECENDO?"**

Estrabouçou a presidente depois de enfrentar uma turbulência a bordo do avião presidencial. O alvo foi o piloto



**"VOCÊ NÃO PERCEBEU QUE NÃO
POSSO ATRASAR, SEU M... ANDE
LOGO COM ISSO SENÃO ESTÁ
NO OLHO DA RUA"**

Vociferou a presidente contra o motorista do veículo da Presidência



**"SE NA PRIMEIRA
COLETIVA VOCÊ JÁ
DISSE BOBAGENS,
IMAGINE NAS
PRÓXIMAS"**

Dilma a Ideli Salvatti, quando a petista assumiu as Relações Institucionais

**"MENINO,
VOCÊ
NÃO FAZ
NADA
DIREITO"**

Dilma a Anderson Donnelles, ex-assessor especial



Outro interlocutor freqüente diz que a desaprovação recorde junto aos eleitores é vista como mero detalhe pela presidente. “Que falta faz um João Santana”, disse referindo-se ao marqueteiro preso e, principalmente, conselheiro para todas as horas. Aos integrantes do núcleo político, Dilma deixa transparecer que não lhe importa mais a opinião pública. Seu objetivo é seguir no posto a todo e qualquer custo e, se lograr êxito, punir aqueles que considera hoje seus mais feroces inimigos. Especialmente os do Congresso. Na tática do desespero oferece cargos e verbas para angariar apoios à sua causa, não se importando com o estouro do orçamento e muito menos com o processo sobre suas contas abertas nos órgãos de fiscalização e controle, como o TCU. Na quarta-feira 30, chegou ao cúmulo de sugerir uma audiência com Valdemar Costa Neto, do PR, para oferecer-lhe a indicação do ministério de Minas e Energia. Ocorre que, hoje, Costa Neto apresenta dificuldades e limites de locomoção devido ao uso de uma tornozeleira. Depois da gafe, o jeito foi recorrer a emissários.

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. A autoridade se esvai quando seu exercício exige exacerbar no tom, com gritos, berros e ofensas. Helmuth von Moltke, chefe do Estado-Maior do Exército prussiano, depois de aposentado, concedeu uma entrevista que deveria servir de exemplo para governantes que se pretendam grandes líderes. Perguntado como se sentia como um general invicto e o mais bem-sucedido militar da segunda metade do século XIX, Moltke respondeu de pronto: “Não se pode dizer que sou o mais bem-sucedido. Só se pode dizer isso de um grande general, quando ele foi testado na derrota e na retirada. Aí se mostram os grandes generais, os grandes líderes e os grandes estadistas”. Na retirada, Dilma sucumbiu ao teste a que Moltke se refere. Os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País.



O PLACAR DO AFASTAMENTO

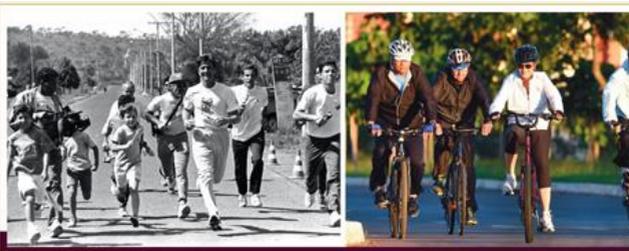
Em frente ao Congresso, integrantes de movimentos pró-impeachment estampam

os rostos dos parlamentares contra e a favor da saída de Dilma

A maneira temperamental de lidar com as situações não é nova, embora tenha se agravado nas últimas semanas. Desde o primeiro mandato de Dilma, um importante assessor palaciano dedicou-se a registrar num livro de capa preta as reprimendas aplicadas por Dilma em seus subordinados. Ele deixou o governo recentemente por não aturar mais os insultos da presidente. A maioria

injustificável, em sua visão. No caderno, anotou mais de 80 casos ocorridos entre 2010 e 2016. Entre eles, há o de um motorista que largou o automóvel presidencial no meio da Esplanada dos Ministérios depois de ser ofendido compulsivamente pela presidente e ameaçado de demissão por causa de um atraso. “Você não percebeu que não posso atrasar, seu m...Ande logo com isso senão está no olho da rua”, atacou Dilma. Consta também das anotações os três pedidos de demissão de Anderson Dornelles, que deixou o Planalto no último mês sob fortes suspeitas de ser sócio oculto de um bar localizado no estádio Beira-Rio de propriedade da Andrade Gutierrez. Nas vezes em que ameaçou deixar o governo, alegou cansaço dos destratos da presidente. “Menino, você não faz nada direito!”, afirmou ela numa das brigas. O ministro da Advocacia-Geral da União, José Eduardo Cardozo, também já experimentou a fúria da presidente. A irritação, neste caso, derivou das revelações feitas pelo empresário Ricardo Pessoa, da UTC, sobre as doações a sua campanha à reeleição em 2014. Participaram dessa reunião convocada pela presidente, além de Cardozo, os ministros Aloizio Mercadante, Edinho Silva e o assessor especial Giles Azevedo. Na frente de todos, Dilma cobrou Cardozo por não ter evitado que as revelações de Ricardo Pessoa se tornassem públicas dias antes de sua visita oficial aos Estados Unidos, quando buscava notícias positivas para reagir à crise. “Você não poderia ter pedido ao Teori (Zavascki) para aguardar quatro ou cinco dias para homologar a delação?”, perguntou Dilma referindo-se ao ministro que conduz os processos da Lava Jato no STF. “Cardozo, você fodeu a minha viagem”, bradou a presidente.

O episódio envolvendo Cardozo, no entanto, pode ser considerado até brando se comparado às situações enfrentadas por duas ex-ministras do governo, Maria do Rosário e Ideli Salvatti. Em 2011, ao debater com Rosário o andamento dos trabalhos da Comissão da Verdade, àquela altura prestes a ser criada pelo Congresso para esclarecer casos de violação de direitos humanos durante a ditadura militar, Dilma perdeu as estribeiras: “Cale sua boca. Você não entende disso. Só fala besteira”. Já Ideli conheceu o despautério da presidente logo no dia seguinte à sua nomeação para as Relações Institucionais. Quando ainda devorava jornais, Dilma leu uma reportagem em que a titular da pasta fazia considerações sobre os desafios do novo trabalho. Não gostou e deixou clara sua insatisfação: “Ideli, se na primeira coletiva você já disse bobagens, imagine nas próximas”.



DILMA REPETE COLLOR: ALHEIA AOS FATOS

Durante seguidas manhãs de setembro de 1992, enquanto o tema impeachment fervia no Congresso e a população lotava às ruas pedindo a saída do então presidente Fernando Collor, o chefe do Executivo parecia alheio a tudo. Mesmo com índices de avaliação chegando aos 68% de “péssimo e ruim”, ele vestia camiseta com frases de efeito e saía para correr nas redondezas da Casa da Dinda, onde morava, cercado de seguranças. Em discursos, Collor se dizia vítima do “sindicato do golpe” e tinha o apoio de advogados que diziam que não

havia crime de responsabilidade contra ele. A presidente Dilma Rousseff segue o mesmo script. Enquanto o País vive uma crise sem precedentes, a petista se comporta como se nada estivesse acontecendo. Ela parece dar de ombros ao seu índice de reprovação que chega aos 69%, números semelhantes ao de Collor no período pré-Impeachment. Também repetindo o ex-presidente, chama opositores de “golpistas”, recorre a juristas parceiros e sai para se exercitar, só que de bicicleta, nos arredores do Planalto.

Publicamente, a presidente tenta disfarçar seu estado de ânimo atual. Mas nem sempre é possível deixar transparecer serenidade quando, por dentro, os nervos estão à flor da pele. Seus últimos discursos refletem a tensão reinante nos corredores do Palácio do Planalto. Na quarta-feira 30, Dilma converteu o evento de entrega de moradias da terceira fase do Minha Casa Minha Vida em um palanque contra o impeachment. Na cerimônia, estiveram presentes integrantes de movimentos sociais, como o MST. Os representantes, —muitos deles chamados de última hora já que nenhum governador se dignou a ir e, dos 300 prefeitos convocados, só oito compareceram —, foram acomodados em lugares destinados a convidados, onde entoaram gritos de guerra pró-governo mesmo antes de o evento começar. Os presentes chamaram o juiz Sérgio Moro, o vice Michel Temer e a OAB de “golpistas” e bradaram o já tradicional “não vai ter golpe”. Detalhe: o coro foi puxado pela militante travestida de presidente da República.



Durante a campanha eleitoral, a presidente Dilma Rousseff pagou para seus marqueteiros desenvolverem e disseminarem o nocivo “discurso do medo”. Espalhou o pavor entre os brasileiros mais carentes dizendo que, se seus concorrentes Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (na época no PSB) ganhassem a eleição, os programas sociais estariam em risco. Funcionou. Hoje, cara a cara com o impeachment, ela coloca sua tropa de choque novamente para atemorizar a população. Disse a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), na última segunda-feira: “Programas sociais como Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, Fies e tantos outros que beneficiam os mais pobres correm sério risco de sofrer corte caso a presidente Dilma seja impedida de continuar seu governo”.

Não bastasse a repetição da retórica cretina da campanha eleitoral, a presidente disse nos últimos dias que o que está se vendo o País é um verdadeiro “nazismo”, sem lembrar que o discurso do “nós contra eles” foi gestado e cultivado por sua equipe. O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Edinho Silva, foi na mesma toada ao tentar reverter a posição do governo de incitador de ódio para pacificador: “Nós vamos baixar o tom ou esperar o primeiro cadáver?”. Sem mencionar, é claro, provocações até do presidente do PT, Rui Falcão, que no twitter escreveu recentemente: “Queremos a paz, mas não tememos a guerra”. Ou as palavras de Guilherme Boulos, coordenador do MTST, que disse que se o impeachment for efetivado ou Lula for preso, o Brasil seria “incendiado por greves, ocupações e mobilizações” e que “Não haverá um dia de paz do Brasil”.



As diabruras de “Maria, a Louca”

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuantes” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. “Maria I, a Louca”, por exemplo, dizia ver o “corpo” de seu “pai ardendo feito carvão”, quando adversários políticos da Casa de Bragança tentavam alijá-la do poder. Nesses momentos, seus atos de governo denotavam desatino, como relatou doutor Willis: “proibir a produção de vinho do Porto na cidade do Porto”. Diante desse quadro, era preciso que ocorresse o seu “impedimento na Coroa”. Quanto mais pressão, mais a sua consciência se obnubilava, até que finalmente foi “impedida de qualquer ato na Corte”. Já com o filho Dom João VI no comando de Portugal, “Maria I, a Louca” veio às pressas para o Rio de Janeiro com a Família Real

diante da invasão de Portugal. Aqui, ela tinha por hábito usar longos vestidos pretos e passava horas correndo pelos corredores palacianos gritando palavras desconexas. Costumava acordar na madrugada e “berrava para seres imaginários descerem do Pão de Açúcar” porque nele “morava o diabo”. A sua derradeira frase em território lusitano pode ser interpretada como faísca de lucidez na loucura: “Não corram tanto, vão pensar que estamos sendo tocados ou que estamos fugindo”. Antonio Carlos Prado

Fotos: Adriano Machado, Claudio Belli/Valor; Adriano Machado/Ag. Istoé; CELSO JUNIOR/AE; EPITACIO PESSOA/AE, Marcelo Camargo/Agência Brasil, Givaldo Barbosa/Agência O Globo

CAPÍTULO 5

A MULHER, O COTURNO E A MÍDIA: EXPERIÊNCIAS DE UM COMANDO MILITAR FEMININO

*Luciano Silva Gomes*¹

*Cynthia Mara Miranda*²

Introdução

As relações desiguais entre os gêneros construídas historicamente pela sociedade ainda impedem a projeção das mulheres aos locais de poder, tanto no campo político, quanto no econômico e social. Mesmo que a legislação nacional tenha evoluído bastante na criação e manutenção de mecanismos que reduzam desigualdades entre homens e mulheres, a exemplo da Lei nº 11.340/06, também conhecida com Lei Maria da Penha, que veio coibir a violência contra a mulher, e os novos dispositivos da legislação eleitoral que procuram aumentar a participação feminina nos partidos políticos, muito ainda precisa ser feito.

A igualdade formal estabelecida pelo art. 5º da Constituição Federal de 1988, por si só, não foi capaz de possibilitar as mesmas oportunidades para que as mulheres ocupem determinadas funções, tanto no campo público quanto no campo privado.

Ainda existem determinadas atividades ou funções que se afirmam como sendo tipicamente masculinas. Para Costa, Madeira e Silveira (2012) papéis e funções diferenciadas estabeleceram relações de poder desiguais entre os gêneros. Nesse contexto de afirmação/reafirmação e de construção/desconstrução de papéis definidos na sociedade contemporânea, a mídia assume papel

¹ Mestrando em Comunicação e Sociedade (UFT), especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Oficial da Polícia Militar do Estado do Tocantins. E-mail: asp.luciano2010@hotmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais (Unb), professora adjunta do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (UFT), pesquisadora do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE). cynthiamara@uft.edu.br

importante ao estabelecer a posição da mulher nas organizações sociais.

No campo do serviço público, mais especificamente da segurança pública, as mulheres ainda encontram dificuldades para ingressar em posições de destaque. Como se isso não bastasse, a instituição responsável por parte significativa das ações de segurança pública em nosso país é militarizada e intrinsecamente masculinizada.

O objetivo deste artigo, dessa maneira, é analisar como a mulher se inseriu nesse espaço predominantemente masculino, a Polícia Militar do Estado do Tocantins, a partir do caso específico da primeira mulher a comandar a principal unidade policial do norte do Estado, o Quartel do 2º Batalhão em Araguaína. O estudo destaca o ponto de vista feminino sobre os desafios e preconceitos enfrentados durante a carreira para se firmar em um espaço masculinizado e a sua representação perante a mídia e sociedade local.

A construção de direitos e desconstrução de paradigmas

Deixar o âmbito privado não foi tarefa fácil para as mulheres brasileiras. Relegadas as funções da maternidade, cuidados dos filhos e com a casa, em que pese às dificuldades e preconceitos encontrados, sempre lutaram para conquistar o espaço público. Os movimentos feministas emergem de forma intensa na década de 1960 no bojo da luta pela volta de democracia no país (Miranda, 2016).

O movimento surgiu com o objetivo principal propor “uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo”, conforme observado por Pinto (2009, p. 16). A autora, no dossiê “Feminismo, História e Poder” critica o confinamento da mulher no âmbito familiar e o quase irrestrito acesso da mesma aos espaços, ambientes e discussões públicas.

Após a promulgação da constituição federal de 1967, a participação da mulher nas lutas sociais e em desfavor do regime militar vigente à época se tornou mais expressivo, conforme os estudos de Santos (2009, p.11):

Durante a Ditadura Militar as mulheres organizaram-se, independentemente de partidos políticos, idade e classe social, para formar uma militância contra o regime militar. A maioria era composta por mulheres que viram os maridos serem torturados e assassinados pelo governo militar. Esse movimento, independente de partidos políticos e outras ideologias, foi muito apreciado pela sociedade, dando espaço à simpatia de vários grupos políticos.

Apesar das conquistas anteriores, o grande marco jurídico na construção da igualdade, pelo menos formal, entre homens e mulheres, no Brasil, foi a Constituição Federal de 1988. A própria participação da mulher, agora em maior número, nas casas legislativas federais, na elaboração do documento constitucional favoreceu este acontecimento. O art. 5º em seu inciso I veio para assegurar a plena igualdade entre os sexos, visando o fim da discriminação de gênero reinante nos dispositivos constitucionais anteriores.

Às mulheres foi garantida a cidadania em toda a sua plenitude, contribuindo assim para a inserção feminina nos espaços sociais. Conforme observado no decorrer deste tópico, a construção de direitos objetivos para a ascensão das mulheres diante do patriarcado foi lenta, gradual e ainda não alcançou o seu ápice.

Em outra análise mais superficial, a desconstrução dos paradigmas suplantados pela dominação patriarcal, conforme Bourdieu (1999) demanda mais tempo na história do que a construção e formalização de leis e normativas que visem o fim dessa dominação. Dominação essa que acaba por se perpetuar através dos meios de comunicação de massa que padronizam discursos de dominação historicamente aceitos como válidos. Nesse sentido, Menezes (2007):

Os meios de comunicação têm um papel cada vez mais central na formação de consensos na sociedade, fruto de uma relação dialética de representações (re)estruturadas e (res)significadas não de forma impositiva e alienadora, mas dentro de um processo social efetivo (Menezes, p.1, 2007).

Os consensos construídos com o passar dos anos acabam perpetuando a relação desigual de poder entre homens e mulheres. Ainda existem muitos obstáculos a serem superados para o avanço da igualdade entre os gêneros no país.

Calçando o coturno e ingressando no espaço masculino

O coturno é uma espécie de calçado militar utilizado pelas forças policiais militares e forças armadas como peça integrante do fardamento. É rígido e firme, com o mínimo de conforto possível, para possibilitar o acesso a terrenos diversos e facilitar as atividades realizadas pelos militares nos mais diversos tipos de instrução ou práticas do serviço policial. Ferreira (2001, p. 191) o define de forma mais simplória esclarecendo tratar-se de “antigo calçado de sola grossa”.

Calçar o coturno e ingressar neste espaço historicamente masculino não foi, e nem tem sido uma tarefa fácil ao sexo feminino. Leal e França (2014) ao debater a inserção da mulher militar no Brasil, esclarecem que as práticas militares sempre foram consideradas tipicamente masculinas pelo senso comum, como “tipos de atividades que não se ‘encaixam’ ao perfil feminino, por este ser mais frágil” (p. 253). Os autores destacam que o avanço conquistado pelos movimentos feministas foi decisivo e esclarecem:

Houve muitas lutas e avanços, apesar disso, muito se tem a conquistar, pois a crença do imaginário popular ainda é tradicional e guarda certo preconceito no que tange à profissão militar para as mulheres, dentre outras ocupações laborais, que persistem em notabilizar quase que na totalidade, restringindo o seu exercício ao sexo masculino (LEAL e FRANCA, 2014, p. 253).

Nesse contexto de avanços e conquistas de espaços antes ocupados apenas por homens, as mulheres seguem na busca pela conquista do seu espaço. Mathias (2005) pontua que a primeira polícia feminina uniformizada no Brasil foi criada em 12 de maio de 1955 no estado de São Paulo e tinha por missão realizar um papel meramente assistencial, de aconselhamento, orientação e amparo pessoal. As primeiras mulheres que calçaram o coturno no Brasil sequer realizavam as atividades fins das organizações militares.

No que tange a atuação das policiais militares, a atividade fim, presume o uso da força. Afinal de contas, a polícia militar detém a autorização estatal para fazer uso da força visando a manutenção da ordem e da paz pública. Nesse contexto, o questionamento de D'Araújo (2003) é bastante revelador daquilo que as instituições militares pensaram durante muito tempo, ou ainda pensam, sobre o gênero feminino nas organizações militares:

(...) o mundo feminino é classificado de forma diferente e desigual e que as qualidades masculinas são exclusivas, assim como as femininas. E, entre as características femininas, a que mais aparece é a fragilidade. Temos assim, um paradoxo: como admitir mulheres, por natureza fisicamente débeis, em uma instituição que, por definição, tem que lidar com o monopólio da força bruta? (D'ARAÚJO, 2003, p. 6).

Os padrões e modelos de policiamento mudaram bastante nos últimos anos e priorizam cada vez menos a utilização da força, contudo ela ainda é necessária principalmente nos casos em que é necessário reestabelecer a ordem. Também nas atividades de patrulhamento e atendimento de ocorrências, as mulheres são tidas como frágeis e inaptas para o serviço, salvo raras exceções.

Nas Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), o ingresso de mulheres ocorreu apenas em 1980 na Marinha, conforme apontado por Santos (2009). De acordo com a pesquisadora, a inserção de mulheres na força levou em

consideração o sucesso alcançado pela polícia militar paulista. Além do mais, a entrada das mulheres na armada,

Tinha por objetivo aproveitar esses homens em funções de operação nos meios navais, deixando mais evidente uma reprodução da divisão sexual do trabalho no interior da instituição militar, características atribuídas ao papel social de homens e mulheres (SANTOS, 2009, p. 2)

Mesmo com a entrada de mulheres, o machismo e a dominação masculina permaneceram no seio das organizações militares, uma vez que as mesmas ficaram relegadas a atividades que não lhes permitia exercer funções comando e ascender aos maiores postos dentro das corporações.

Nas outras forças federais a entrada de mulheres também ocorreu e ainda esta acontecendo de forma lenta e gradual. Para se ter uma ideia, no início de 2017 ocorreu a entrada da primeira turma de mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras, instituição militar que forma os oficiais combatentes do Exército Brasileiro.

Adentrando no caso específico de nossa pesquisa, com a mulher atuando diretamente nas funções de comando militar, trata-se de um fenômeno que ainda está em fase inicial, tornando ainda mais relevante sua reflexão.

O comando chega a mãos femininas no Tocantins

No Estado do Tocantins, a primeira turma de policiais militares do sexo feminino ingressou nas fileiras da corporação em 1989. Levando em consideração o fato de ter sido criado no ano anterior, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Tocantins, não levou muito tempo até abrir suas portas para as mulheres na carreira militar.

As primeiras militares realizaram seu curso de formação de soldados na cidade de Tocantínia, sendo incluídas na Polícia Militar no mês de março. Como não havia militares graduadas ou oficiais

para colaborar no curso de formação das policiais tocantinentes foram convidadas policiais militares de Brasília.

A princípio, as novas policiais militares seriam utilizadas em atividades meio da instituição para desafogar o efetivo masculino para a atividade fim, qual seja, realizar o patrulhamento nas cidades, garantir a segurança da população e proceder ao atendimento de ocorrências policiais. A perspectiva de uma carreira segura e estável era o principal motivador para ingresso das mulheres.

Ocorre que essa entrada somente era possível nas carreiras de praças, fato que impossibilitava as mulheres de se tornarem oficiais na carreira militar. A utilização da força feminina em atividades-meio corrobora os estudos de Silva (2008, p. 11) ao apontar que “as mulheres ainda estão limitadas às funções administrativas e, portanto, deslocadas de funções de combate”.

Já na década de 1990, as mulheres puderam ingressar na corporação tocantinense, através de concurso público, no Curso de Formação de Oficiais³ (CFO), realizado em outras unidades federativas, uma vez que o estado não contava com uma academia de polícia para a realização do extenso curso de formação de três anos.

A Tenente Coronel Patrícia Murussi Leite - na qual a trajetória é destacada no presente artigo - foi uma das pioneiras em buscar a formação necessária para ser tornar oficial da PM tocantinense, tendo ingressado, através de concurso público, no curso em 1997 e concluído o mesmo em 2000, sendo declarada Aspirante a Oficial.

Vencer preconceitos e paradigmas sempre marcou a carreira militar desta oficial que, no dia 14 de janeiro de 2015⁴,

³ O Curso de Formação de Oficiais (CFO) tem, em média, duração de três anos e visa preparar os militares para exercerem funções de chefia, comando e direção nos quadros das Polícias Militares brasileiras. Durante os anos de formação, os cadetes ou alunos oficiais, estudam diversas disciplinas específicas a sua atuação policial, bem como matérias de formação nas áreas de Administração, Direito, Economia, Comunicação, dentre outros.

⁴ Reportagem disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/01/mulher-assume-o-comando-da-pm-pela-primeira-vez-em-araguaina.html>. Acesso em: 1 fev 2016.

assumiu o comando do 2º Batalhão de Polícia Militar, um dos mais tradicionais do estado, devido à importância econômica da cidade de Araguaína para o Estado do Tocantins, fato que gerou grande repercussão. Em que pese à experiência profissional da oficial, no comando de outras unidades policiais, assumir o comando de uma unidade tão peculiar levantou muito burburinho na sociedade araguanense e na mídia local.

O fato aponta para um grande domínio masculino nas relações de poder que culminam na ocupação de cargos e funções públicas de grande importância social como o comando de um batalhão policial de uma cidade tão importante para a economia do estado.

Ademais, conforme observado por Cappelle e Melo (2010, p. 2), “a Polícia Militar, analisada como um espaço organizacional de interação social pode ser considerada uma espécie de gueto masculino no qual se admitiu o ingresso de mulheres há pouco tempo”. O apontamento das pesquisadoras esclarece, pelo menos em parte, a grande dificuldade de assimilação da posição de destaque das mulheres em cargos públicos de destaque na Polícia Militar. Para as autoras:

A inserção de mulheres na organização, principalmente as do oficialato, tem ocorrido, predominantemente, em funções administrativas e de relações públicas – tidas como atividades-meio e não atividades-fim da Polícia -, percebendo-se maior dificuldade de inserção daquelas policiais que optam por seguir carreira no policiamento operacional (CAPPELLE e MELO, 2010, p. 2).

Apesar de estarem avaliando o quadro da Polícia Militar de Minas Gerais, a autoras não poderiam ser mais precisas. Também aqui no Tocantins, são poucas as policiais militares que se dedicam a atividade fim da corporação. O ambiente é predominantemente masculino.

Ao ingressar no quartel do 2º Batalhão de Polícia Militar em Araguaína, também conhecido como Batalhão Araguaia, a entrada já anuncia não ser ali local de mulheres. Na guarda do quartel, dois policiais, homens, verificam a entrada de pessoas e veículos e direcionam os visitantes.

Antes de ter acesso à sala da entrevistada foi necessário aguardar na recepção que fica ao lado. Mais uma vez, percebem-se policiais militares, homens, transitando apressadamente. Uma mulher, secretária do quartel, que atendia e despachava ligações para as demais seções, solicitou que aguardasse. Logo atrás de sua mesa e ocupando três paredes da sala, havia fotos de todos os ex-comandantes da unidade: todos os homens.

A Tenente Coronel Patrícia Murussi Leite foi comandante do policiamento na cidade de Araguaína de 14 de janeiro de 2015 até 20 de janeiro de 2017, tornando-se a primeira mulher a assumir tão importante função operacional na estrutura da PM tocantinense. Contudo, antes de comandar o batalhão ora destacado, Patrícia já havia feito história na instituição quando, em 2010, assumiu o comando do 7º Batalhão de Polícia Militar na cidade de Guaraí. Após 22 anos de criação da Polícia Militar tocantinense, uma mulher finalmente chegava a tão importante função.

Conforme analisado por Costa, Madeira e Silveira (2012, p. 228) “as sociedades contemporâneas foram definindo papéis e funções diferenciadas aos sujeitos conforme a identidade de gênero”. Ocorre que, essas relações de dominação e poder devem ser analisadas levando em consideração as características de cada região do país.

Na análise da entrevistada, o fato de ser da região sul do país pode ter colaborado em sua trajetória dentro de uma organização predominantemente masculina:

“a região sul e a região norte se dividem muito na questão cultural. Eu vejo pela forma familiar e como se tratam as mulheres pra cá pro norte. No sul nós já temos um comportamento meio

masculino, de a mulher ir pra roça, ir pro trator e essas coisas. Pra cá pro norte as mulheres já são mais dedicadas ao lar. Os pais fazem mais questão que a menina fique dentro de casa: uma questão cultural”⁵.

O ingresso de mulheres nas polícias da região sul e sudeste ocorreu mais cedo do que nos estados do norte e nordeste. Para ter uma ideia, no centenário estado da Paraíba, apenas em 1985 teve início o processo de inserção das mulheres na PM, conforme apurado por Leal e França (2014). Sobre essa necessidade de masculinização, Patrícia relatou que “enquanto cadete a gente perde esse lado feminino... Nós temos que fazer as mesmas atividades, as mesmas ‘ralações’, não tem um tratamento diferenciado”. A comandante ficou grávida durante o CFO e relatou que apenas não foi expulsa da academia porque era pertencente aos quadros da polícia tocantinense. Ao descrever as dificuldades que enfrentou, a entrevistada se emocionou:

Só que como eu engravidei no segundo ano, aê a academia veio a baixo. Porque como eu descobri que estava grávida por causa dos “ralas”, eu comecei a sentir muitas cólicas e fui pro hospital no dia seguinte. Cheguei lá o pessoal me mostrou que eu estava com risco de aborto então me deram um atestado. Então me deram um atestado onde eu ficava os dois primeiros meses fora da atividade física até a criança fixar no útero. Entre o hospital e a academia foi o prazo que tive pra pensar se apresentava o atestado ou não. Porque se eu apresentasse o atestado todos saberiam que eu estava grávida, então para todos os efeitos “mão solteira”(…), sendo que na academia de Goiás era uma vergonha uma cadete grávida. No percurso que eu tive até a academia eu resolvi assumir e entreguei o atestado ao chefe do corpo de alunos.⁶

Os problemas relatados pela comandante em um período tão recente indicam o machismo do ambiente militar. A violência e os

⁵ LEITE, Patrícia Murussi. Entrevista concedida a Luciano Silva Gomes. Araguaína - TO, 26 de abril de 2016.

⁶ Cf. LEITE, Patrícia Murussi. Op., cit., p. 9.

abusos sofridos pela entrevistada durante o seu período de formação policial, em virtude da descoberta de seu estado de gravidez, denota uma clara tentativa de dissuadir o sexo feminino de prosseguir na busca pela igualdade de tratamento diante dos homens.

No trecho abaixo, fica registrado todo o contexto de violência e exclusão que foram impostos a então “Cadete Patrícia” pelo simples fato de estar grávida:

Todo dia era uma humilhação, era aquela coisa: que era uma vergonha uma cadete grávida, você tem que ir embora, você não é bem-vinda aqui, você tem que pedir ‘baixa’, que nós não te aceitamos. Os oficiais e os meus próprios colegas foram orientados a me isolar. Praticamente eu não tinha apoio de ninguém. (...) No terceiro ano, ganhei o Fernando nunca terça feira. Na segunda eu comecei a sentir dor. Eu queria parto normal para não prejudicar o curso... Aê eu levei meu irmão caçula pra morar comigo. Ele tinha 15 anos e nós nos viramos. Eu ganhei o Fernando numa terça de madrugada; sexta feira eu voltei pra academia. Três dias porque eu poderia reprovar por falta. Gravidez, como não era previsto no curso, não era justificado o atestado.⁷

Os abusos da época não são mais reproduzidos nas academias de formação policial, contudo, ainda existem formas para limitar o acesso feminino a determinadas atividades e até mesmo o crescimento na corporação. Faganello (2009, p. 2546) pontua que “as mulheres ainda são discriminadas, vistas como sexo frágil, como menos inteligentes e profissionais, como se tivessem sido feitas para serem submissas, donas de casa, empregadas domésticas, cozinheiras, passadeiras”. Em outro trecho de seu depoimento a Comandante Patrícia relata o tratamento que as alunas recebiam de um dos professores da academia goiana:

Uma coisa interessante, tu falando de mulher aê na polícia. Tu falas assim: “realmente foi há pouco tempo, 18 anos atrás”... 18 anos é

⁷ Cf. LEITE, Patrícia Murussi. Op., cit., p. 9.

pouco tempo para uma mudança tão grande. Mas no CFO a coisa que eu mais ouvia era: “mocoronga”. O Capitão de educação física, ele odiava mulher! E falava isso em alto e bom som quando a gente saía correndo pelas ruas de Goiânia. A capacidade física da mulher não é a mesma masculina. E ele queria forçar justamente para as mulheres ficarem pra trás. E aê nós ficávamos pra trás, e ficavam homens também... E o que eu acho interessante é isso: que homens também ficavam, mas ele não chamava a atenção dos homens, ele chamava a atenção das mulheres: “Bora mocoronga!”; “Eu quero saber quem inventou de colocar mulher na polícia!”, “Essa desgraça só serve pra atrapalhar a tropa”. Então são coisas que a gente, assim, acha estranho, mas que aconteceram.⁸

A ausência de mulheres como professoras e instrutoras impactava na forma de tratamento dado as alunas nos cursos de formação militar na época. As poucas mulheres da corporação reproduziam a máxima da masculinização para poder se adaptar rápido a carreira militar. Atualmente, apesar de ocorrer de forma mais velada, a necessidade de se masculinizar para se adaptar as rotinas persiste travestida em uma forma de violência simbólica, nos moldes propostos por Bourdieu (1989), que insiste em dificultar a colocação da mulher no postos de decisão nessas organizações.

A entrevistada esclarece que, no tempo de sua formação, a vida das mulheres policiais não era fácil e é otimista quanto às mudanças que têm ocorrido, esclarecendo que “as coisas mudaram muito na polícia; as mesmas mulheres naquela época eram formadas e ficavam meio que masculinizadas, a formação fazia com que, ou você se masculiniza, ou você não é aceita no meio militar”.

O perfil operacional da Comandante Patrícia começou a ser traçado diante das dificuldades que vivenciou em sua formação acadêmica no estado de Goiás. No ano de 2000, após a conclusão do CFO, regressou ao estado para prestar seus serviços, só que agora, como Aspirante a Oficial.

⁸ Cf. LEITE, Patrícia Murussi. Op., cit., p. 9.

É importante deixar claro que, antes dela, outras policiais militares também haviam conquistado postos no oficialato tocantinense, contudo, nenhuma delas optou (ou conseguiu) seguir a vertente operacional do serviço policial militar. As características individuais da entrevistada somadas as experiências pelas quais passou, foram decisivas na sua carreira profissional subsequente.

E aê conclui o curso. Vim pro Tocantins. Foi uma questão mais minha do que institucional. Realmente tinha uma forma institucional aqui no Tocantins de que as mulheres eram mais administrativas. Elas ficavam mais na administração. Mas, diante do que eu tinha passado no CFO, eu me recusava a ser mais uma na administração. Eu achava que tinha que conquistar o meu espaço para o qual eu fui formada.⁹

A recusa em ser mais uma na administração representa a resistência feminina aos locais de subordinação a que estiveram fadadas as mulheres no decorrer dos anos. As relações de poder entre os sexos mais uma vez voltam ao centro das discussões quando se analisa o início da carreira da “Comandante Patrícia”. O exercício do poder dentro da instituição Polícia Militar, pelas mulheres sempre foi mitigado, mas, sempre ocorreu, mesmo que forma discreta.

Esse exercício de poder, que a Aspirante a Oficial Patrícia se opôs, quando de sua chegada para o início do oficialato no Tocantins, vai de encontro ao que revela Barbieri (1993) ao citar Foucault, apontando que o gênero feminino não fica a mercê do querer masculino o tempo todo de forma inerte, ele oferece resistência, mesmo que pacífica a esse poder de dominação historicamente imposta.

Já ano de 2005, quando pertencia aos quadros operacionais da Força Nacional de Segurança Pública, a entrevistada relata mais

⁹ Cf. LEITE, Patrícia Murussi. Op., cit., p. 9

um caso em que sofreu discriminação de gênero, não recebendo tratamento igualitário de um dos oficiais que a comandavam.

Quando eu fui pra fazer a Força, a INC¹⁰, eu estourei o meu joelho. Lá tinha um capitão, isso já em 2005. Ele era operações especiais da caatinga. Ele pra sacanear na patrulha, me colocou de ponta de vanguarda 1. Tu sabes o quê que é isso né? Baixa, levanta, baixa, levanta (...). Sendo que meu joelho tava ruim, sendo que eu era 1º Tenente e deveria ser a comandante da patrulha e ficar em pé. Mas não, ele fez questão de me botar pra ficar baixando e levantando. E aê ficava falando: “ah, se não dá conta sai”. Um sargento do Goiás saiu em minha defesa: “Capitão. O senhor não tá vendo que ela tá com o joelho estourado?”. E ele: “não da conta? Pede lá e vai embora!”. Eu só olhava pra ele e continuamos. Quando formamos, que ele teve oportunidade de me ver com o short de educação física. Veio o comandante da Força, Coronel Ferreira e disse: “guerreira, esse teu joelho tá ruim mesmo”. Eu respondi: “psé coronel!” e ele do lado. Aê esse capitão falou: “ah, mais é assim, as mulheres tem que fazer mais pra poderem provar o seu valor, concorda Patrícia?”. Aê eu tive que discordar: “Não senhor, eu não concordo, eu não acho que as mulheres têm que fazer mais. As mulheres só têm que fazer a mesma coisa”. Então tem essa cultura ainda, de cada vez querer massacrar mais, puxar mais, pra mostrar se a mulher realmente tem um valor. Não é uma questão de alguém é maior que o outro. Não! É simplesmente tratamento igual.

Mais uma vez, os valores de força, tidos como tipicamente masculinos são apropriados pela comandante Patrícia para superar os obstáculos na carreira. A forma de ser e agir no mundo, neste caso, no mundo militar, exige se despirmos da feminilidade para usar uma farda e um coturno. Entender o percurso que enfrentou a entrevistada até chegar ao comando da unidade objeto de nosso

¹⁰ INC – Instrução de Nivelamento e Conhecimento. Trata-se de um curso realizado pelos policiais militares de todos os estados da federação quando do seu ingresso na Força Nacional de Segurança Pública. Tem o objetivo principal de padronizar procedimentos operacionais e apresentar a realidade da Força aos militares recém-incorporados.

estudo é relevante na medida em que nos coloca a par das dificuldades superadas pelas mulheres nas carreiras militares.

O Comando Feminino na cidade Araguaína

No dia 14 de janeiro de 2015, no posto de Tenente Coronel, Patrícia assume o comando de umas das unidades policiais mais tradicionais do Tocantins. O quartel do 2º Batalhão, Batalhão Araguaia, é responsável pelo policiamento em 14 municípios da região. Com características próprias, a unidade, a sociedade local e a mídia jornalística, veem-se diante de uma novidade nunca antes presenciada na cidade: uma mulher no comando. Os anos de carreira em unidades operacionais no interior do estado não pareceram suficientes para aplacar a desconfiança local no comando feminino, diante dos altos índices de criminalidade da região.

O fato de ser mulher já havia imputado à nova comandante, suspeitas quanto a sua capacidade de gerenciamento e liderança, conforme ela mesma relata, apontando que é a sétima mulher mais antiga do estado e todas que a precederam haviam escolhido a parte administrativa da atividade policial. Mesmo antes de assumir o seu primeiro comando de unidade, quando ainda era Capitã na cidade de Dianópolis, Patrícia foi transferida para outra unidade a pretexto de que não poderia comandar a tropa naquele local.

Quando eu saí do Sub-Comando de Dianópolis e surgiu a oportunidade de assumir um comando, eu ouvir pela primeira vez, da boca de um coronel, (ele me tirou de lá quando ele assumiu o comando geral), ele me tirou pelo simples fato de ser mulher. Eu nunca me esqueço das palavras dele. Eu estava no terceiro Sub-Comando, ou seja, uma experiência de tropa já constante. Aê ele tinha que trocar o comandante da unidade e ele me deu a notícia assim: “Patrícia, você vai ter que sair daqui também”. Eu respondi: “Por que Coronel?”. Ele continuou: “Não porque o ‘fulano’ vem pra cá, ele é mais moderno que você e você não vai poder ficar no Sub-Comando”. Eu retruquei: “Sim comandante, mas já estou no terceiro Sub-Comando, por que eu não posso assumir o comando

da unidade?”. O meu erro foi esse, por que eu engoli em seco o que ele me respondeu depois. Por que eu nunca esqueço que ele me falou assim. Ele riu e entre sorrisos ele me falou assim: “Patrícia, não que as mulheres não deem conta, mas eu prefiro comandantes homens e você é mulher e lugar de mulher é Gurupi, Araguaína ou Palmas, escolhe agora!”. Aê eu escolhi Gurupi. Porque lá (em Dianópolis) eu não poderia exercer função de comando.¹¹

A submissão apresentada no relato acima é predominantemente fundamentada pelos valores militares da hierarquia e disciplina. Por causa desses valores, muitas vezes o debate e a crítica ficam prejudicados e as decisões dos escalões superiores prevalecem, mesmo que eivadas de sexismo e machismo, como na situação relatada.

Silva (2008, p. 8), ao citar Carvalho (1990), esclarece que os próprios cursos de formação militar trabalham “com a internalização de valores – disciplina, hierarquia, precisão, rapidez, etc. – que segundo ela, são valores militares, mas, sobretudo, valores masculinos”. Esses valores masculinos seriam necessários para o exercício das funções de comando no âmbito da PMTO, e sempre foram questionados durante a carreira da oficial.

Então isso eu já ouvi, não é subjetivo: “ah eu sinto”, não! Eu já ouvi. Quando assumi o comando em Guarái aconteceu uma coisa muito estranha. Quando deu três semanas do Comandante me ligando todo dia, o CPI¹² na época, ele me ligava: “e aê Patrícia, como que tá aê”. Aê um belo dia, eu perguntei: “Coronel, o senhor liga pra todos os comandantes todos os dias de manhã?”. Ele respondeu: “não, é que nós temos um carinho especial pelo seu comando, quando precisar da gente, etc”. Eu me senti incomoda por que ali foi mais um caso de que, assim, mulher precisa de uma atenção especial, ela não vai dar conta de comandar, eu vou ficar sondando direto. Aê eu tive que falar: “Comandante, se algum dia eu não

¹¹ Cf. LEITE, Patrícia Murussi. Op., cit., p. 9.

¹² CPI – Comandante do Policiamento do Interior. Função de Comando no âmbito da Polícia Militar tocantinense exercita geralmente por oficial do último posto. É responsável pela coordenação das ações de policiamento dos batalhões no interior do estado.

resolver alguma coisa eu ligo pro senhor. Se eu não ligar é por que tá tudo ok”.

O relato acima revela o tratamento diferenciado que as mulheres recebem quando assumem funções públicas de destaque. Cria-se uma desconfiança em sua capacidade de gestão e gerenciamento. No âmbito da PMTO, existia, e ainda existe, uma espécie de paternalismo protetivo em relação às policiais femininas.

O que ocorre é uma assimilação dos preconceitos sociais e culturais dentro da instituição militar. Ainda recorrendo a Carvalho (1990) apud Silva (2008, p. 9) temos que,

(...) o ‘olhar’ da instituição prioriza o ‘ser mulher’, o que justifica um tratamento diferente, mais carinhoso, comprovando as relações de gênero que permeiam o setor militar. Portanto, esse tratamento mais delicado é um mecanismo de relação de poder porque revela a proteção do mais forte ao mais fraco, do dominante sobre o dominado.

Essa pseudoproteção, apontada no trecho acima, nada mais é do que uma forma de dominação simbólica, típica do patriarcado dominante que questiona a todo o momento as razões que levaram a mulher a deixar o âmbito do privado para cogitar a participação no mundo público.

Ao assumir o comando do Batalhão em Araguaína, a comandante Patrícia procurou afastar-se de um perfil masculinizado, principalmente no momento em que afirmou em entrevista que suas atenções também estariam voltadas para a prevenção e o combate de crimes cometidos contra mulheres.¹³

A mídia local em muitas situações atribuiu a “Comandante Patrícia” o ônus sobre a segurança pública da cidade de Araguaína que não são seus, solicitando constantemente o retorno do ex-comandante, em uma clara manifestação e aceitação dos padrões de

¹³ Matéria disponível em <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/01/mulher-assume-o-comando-da-pm-pela-primeira-vez-em-araguaina.html>>. Acessado em 14 de junho de 2016.

enfrentamento masculino adotados na gestão anterior a de Patrícia, frente aos problemas de segurança pública enfrentados. Antes, todos os comandantes da unidade, eram tidos como perfeitamente capazes de combater diuturnamente a criminalidade da região, ato que exigia pulso firme e postura inabalável diante de condutas criminosas.

A reprodução do discurso dominante machista da sociedade araguainense veio expresso de diversas formas. Uma página no facebook com mais de 40 mil curtidas, intitulada “Enquanto isso em Araguaína”¹⁴ fez constantes campanhas contra o comando de Patrícia e solicitava a volta do antigo comandante. Uma das postagens da página com mais de 1300 compartilhamentos e mais de 1800 curtidas relembra como eram as coisas na época do outro comandante,

Todos nós sabemos que na época que o comando era do Silva Neto, as coisas eram diferentes. Bandido não tinha sossego. Era um comandante excelente, tava nas ruas, era alguém muito bom no que fazia. Araguaína precisa dele, ou de alguém igual ele, precisamos.¹⁵

Em outro poste dessa mesma página, o administrador exalta a forma como o ex-comandante exercia sua chefia nas ações de segurança pública na região, enaltecendo o perfil linha dura e elogiando as constantes operações, na qual segundo ele, o oficial “*participava de forma ativa frente ao combate à criminalidade*”. A narrativa da página vem acompanhada de diversos comentários sexistas e machistas direcionados a comandante.

Nem mesmo a apresentação dos números que apontaram o aumento das prisões e apreensões na sua gestão a frente do batalhão

¹⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/EnquantoIssoEmAraguaina/?fref=ts>>

¹⁵ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/EnquantoIssoEmAraguaina/photos/a.268597156580392.50024.268594969913944/873177566122345/?type=3&theater>>

forma capazes de aplacar a insatisfação sobre o seu comando.¹⁶ Foram muitos anos de um comando completamente masculino na cidade, o que pode explicar a reprodução da postura e dos comportamentos adotados pela comunidade e pela mídia da local. Ao relatar sua chegada a cidade e os primeiros dias de comando, fica clara a conotação preconceituosa de parte da população.

(...) a população participa muito da vida da polícia em Araguaína, então quando eu vejo qualquer outro comandante eles se referindo como “comandantes”, mas tem muitos comentários de redes sociais por aê, esses que não aceitam, eles colocam assim, “eu prefiro o comandante tal do que **essa mulher** que tá ae”. (GRIFO NOSSO)¹⁷

Na mesma linha do pensamento comum da comunidade local, alguns veículos de comunicação tiveram atritos com as novas linhas de trabalho da ‘Comandante Patrícia’, principalmente, no que tange ao trato com os órgãos de imprensa local.

Quando questionada sobre uma postura machista e sexista da imprensa araguainense, a comandante ameniza:

Acho que o problema não é tanto a mídia, é a sociedade que cobra e eles refletem. Mas a questão da mídia aqui é porque o comandante anterior estabeleceu um laço muito próximo, laço de amizade mesmo, com a mídia local. Então com isso, eles tiveram muito poder dentro do quartel, informações em caráter de urgência, por que esse laço de amizade realmente foi bem estruturado. Eles acabaram fazendo a imagem do comandante anterior, porque ao mesmo que ele os atendia, a imagem dele era muito bem difundida e a sociedade acatou isto. Aquilo virou padrão, como se aquilo fosse rotineiro, como se aquilo fosse todos os dias da forma como a mídia mostrava. Então, a questão da mídia, eu não sei, alguns sim, alguns a gente sente... mas, essa

¹⁶ Informações disponíveis no site de notícias Conexão Tocantins pelo link: <<http://conexaoto.com.br/2015/05/27/apos-cobranca-de-bancada-pm-apresenta-estatisticas-de-violencia-em-araguaina-e-major-reage-ha-cerco-contr-a-criminalidade>>.

¹⁷ Cf. LEITE, Patrícia Murussi. Op., cit., p. 9.

questão de machismo não seria a mídia, é um padrão cultural, social.

A mídia reflete o comportamento social. A mudança drástica que teria ocorrido no estilo de comando para o enfrentamento das questões de segurança pública local e o próprio trato com a mídia jornalística araguainense, constituíram-se em barreiras enfrentadas cotidianamente pela comandante Patrícia.

Patrícia revelou que o ex-comandante era bastante próximo dos jornalistas da cidade com que fazia questão de manter contato estreito com a Assessoria de Comunicação do Batalhão. Por diversas ocasiões equipes de reportagem acompanhavam o comandante pelas ruas de Araguaína nas chamadas “Operações Surpresa” em que se faziam abordagens a pessoas e veículos na cidade¹⁸.

De acordo com a entrevistada, os próprios militares poderiam relatar que os veículos de imprensa viviam perambulando pelo quartel a procura de informações sobre quando seriam realizadas as próximas operações surpresa. Enfim, o trabalho realizado anteriormente de certa forma alimentava a mídia jornalística local de seus desejos por pauta e notícias policiais.

A comandante acredita que parte da resistência enfrentada diante da mídia local ao seu comando se deve ao fato de que, com o outro comandante, havia uma proximidade maior que garantia a eles todo o acesso ao quartel e as atividades de policiamento realizadas. Contudo, acredita que já era o momento de delimitar espaços e definir formas de atender a imprensa sem prejudicar as ações da polícia.

O atrito gerado pelas novas formas de tratamento dispensado a imprensa local foram contornadas com o tempo de acordo com a própria comandante. Aos poucos, os jornalistas e as equipes de reportagem foram se acostumando aos padrões ditados por Patrícia. Contudo, com a acentuação do quadro de violência

¹⁸ Uma das Operações Surpresa noticiadas: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/videos/v/drogas-e-armas-sao-apreendidas-durante-operacao-surpresa-em-araguaina/3537127/>>.

urbana na cidade a mídia passou a reproduzir o discurso da comunidade local de que a culpa estaria na comandante.

Observou – se através da entrevista que a comandante acredita que os meios de comunicação de Araguaína estão polarizados politicamente. Alguns jornalistas ou empresas locais se alinhando ou se posicionando contra o governo do estado ou a favor do mesmo. Dessa forma, questionar o comando de Patrícia na cidade era o mesmo que protestar contra o governador e fazer-lhe oposição. Contudo, investigar o aspecto político que nutre a imprensa araguanense demandaria uma pesquisa mais aprofundada e não é o objeto do presente estudo.

Considerações finais

Os espaços públicos de poder continuam a ser ocupados, em sua maioria, por homens. Isso é fato. Ainda existem muitos obstáculos para que as mulheres possam ocupar seus espaços na sociedade. Ao longo do artigo destacamos que as organizações militares no Brasil abriram as suas portas para as mulheres há pouco tempo e com objetivos claros de suprir seus quadros de pessoal para execução de atividades-meio, liberando assim efetivo masculino para os afazeres operacionais.

As mulheres foram deixadas para segundo plano dentro do efetivo dessas corporações e, naquele primeiro momento, não conseguiriam alçar os postos de comando. Para se ter uma ideia do atraso institucional vivenciado nas forças federais, no que tange as relações de gênero e poder, apenas em 2012 uma mulher-militar da Marinha foi promovida ao posto de Oficial General.¹⁹

No âmbito da corporação militar tocantinense, da mesma forma que nas organizações militares federais, ouve uma insistência em querer as mulheres nas funções administrativas e burocráticas

¹⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/12/dilma-homenageia-primeira-mulher-ocupar-cargo-de-oficial-general.html>>.

da PM. Após concluírem seus respectivos cursos de formação poucas mulheres assumem funções de comando operacional nos Batalhões e Companhias policiais militares.

Ao assumir o comando do 2º Batalhão de Polícia Militar em Araguaína, a Comandante Patrícia estabeleceu um marco histórico na Polícia Militar do Tocantins, sendo a primeira mulher a exercer tal função em uma cidade tão importante política e economicamente para o estado.

A resistência ao comando de uma mulher, encontrada na sociedade e nos meios de comunicação local, conforme apontado na pesquisa, persiste diante da hegemonia masculina, exercida durante tanto tempo nas organizações militares em geral e na própria cidade objeto dessa pesquisa.

Da narrativa da comandante Patrícia pode-se inferir que os desafios para as mulheres ascenderem na carreira policial militar são enormes e, ainda permanecem nos dias atuais. Os atritos com a mídia regional de Araguaína, que sobrevive em sua maioria de matérias e reportagens policiais muitas vezes sensacionalistas, expõe nuances de sexismo e machismo da sociedade local, características replicadas pelas empresas de comunicação e reverberadas nos discursos de poder estabelecidos entre polícia, comunidade e mídia.

Ademais, após a saída de Patrícia do comando da unidade, os índices de criminalidade na cidade não recuaram, contudo, o comandante substituto não tem recebido ataques a sua forma de comando e gestão do efetivo nas ruas de Araguaína.

Referências

BARBIERI, Teresita de. **Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica**. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

BOURDIEU, P. A. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

- _____ **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. **Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, 11(3), 2010. 71-99.
- COSTA, Renata Gomes da.; Madeira, Maria Zelma; Silveira, Clara Maria Holanda. **Relações de Gênero e Poder: Tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina**. Anais digital , 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>>. Acessado em: 05 de Junho de 2016.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **Pós-modernidade, sexo e gênero nas forças armadas**. Security and defense studies review, vol. 3, nº 1, 2003. Disponível em: <<http://www3.ndu.edu/chds/journal/index.htm>>. Acessado em 06 de julho de 2016.
- FAGANELLO, Cláudia Piccoli. **Discriminação de gênero: uma perspectiva histórica**. X Salão de Iniciação Científica – PUCRS, 2009. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Dir_eito/71377-CLAUCIAPICCOLIFAGANELLO.pdf. Acessado em 16 de maio de 2016.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LEAL, A. S. **Ensaio da Inserção da Mulher Militar no Brasil**. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Direito, v. 50, p. 1-50, 2014.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. **As mulheres chegam aos quartéis: gênero e forças armadas no Cone Sul**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.
- MENEZES, Verônica Dantas. **Coletividades, identidades e crítica da televisão**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da

Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0757-3.pdf>>. Acessado em 19 de maio de 2016.

MIRANDA, C. M. **Mobilização das mulheres em enunciados de jornais brasileiros**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. v. 50. 88p .
PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e poder. **Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)**, v. 18, p. 15-23, 2010.

SANTOS, L. R.. **A Participação da Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: um debate contemporâneo..** In: III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), 2009, Londrina. Anais Online, 2009.

SILVA, Cristina Rodrigues da. **Gênero, hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis**. 2008 Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/oooNOTICIAS/Premios/LeviStrauss/cristina.pdf>>. Acessado em 15 de junho de 2016.

CAPÍTULO 6

AMORES LIVRES: PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA DISCUSSÃO DE TEMAS POLÊMICOS

Maria Lúcia Adriana Silva Gomes¹

Rodrigo Barbosa e Silva²

Introdução

Imagine a seguinte situação: Eustáquio e Audhrey são oficialmente casados e a união obedece todos os trâmites legais de casamento exigidos pelo ordenamento jurídico nacional. Em certo momento da relação, os dois resolvem se separar. Para tanto, também seguem todas as exigências da legislação nacional para desfazer o matrimônio.

Eustáquio, devidamente separado de Audhrey, se apaixona e constitui união estável com Rita, com quem passa a conviver como marido e mulher na mesma residência.

Algum tempo depois Eustáquio e Audhrey se reencontram e ela revela que ainda possui sentimentos amorosos pelo ex-marido. Este, por sua vez, explica a situação conjugal em que vive no momento e diz não ter intenções de deixar Rita, sua atual companheira. Audhrey então propõe que os três passem a viver juntos. Rita aceita a proposta e as duas mulheres passam a dividir amistosamente o mesmo teto e marido.

Entre as duas, apesar de haver uma convivência amigável e fraterna, não há relações sexuais de qualquer espécie. Em relação ao

¹ Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2010) e pós-graduação *latu sensu* em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos. E-mail: dricasgomes@gmail.com.

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Marília (1999), mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2003) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2012). Atualmente é professor do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) e professor da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), onde coordena o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e é líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Transversalidade. E-mail: rodrigo.bs@unitins.br.

marido, também ajustaram que não dormiriam os três juntos, mas que alternariam as semanas para dividirem o leito conjugal com Eustáquio. Assim, quando chega a vez de Rita dormir com o marido, por exemplo, Audhrey passa suas noites no quarto ao lado e vice-versa. Com exceção da hora de dormir, todas as outras atividades são realizadas a três e publicamente. Para Eustáquio, Audhrey e Rita, passeios no shopping, reuniões familiares e participação em eventos sociais, são sempre programas para se fazer em trio.

Após cinco anos vivendo em harmonia, os três resolveram – de forma consensual e unânime – oficializar a relação por meio de uma escritura pública de união estável, na qual estabeleceram as regras necessárias para a boa convivência. Para isso, Eustáquio e Rita desconstituíram a que tinham feito anteriormente e firmaram uma nova, já com a participação de Audhrey.

A história descrita acima foi uma das 10 apresentadas na série documental brasileira “Amores Livres”³, do diretor João Jardim, lançada em agosto de 2015, produzida e exibida no canal de televisão por assinatura GNT. Não é intenção deste trabalho avaliar a série caso a caso, ou fazer grandes incursões teóricas nas áreas de análise de discurso ou de conteúdo, nem mesmo ponderações sobre a estética fílmica da produção. O objetivo aqui é refletir sobre a importância de se ter temas polêmicos como esse sendo trabalhados nos grandes meios de comunicação de massa. Assim, a série será utilizada com pano de fundo para as discussões que serão tratadas por esse trabalho, por trazer à tona um tema ainda pouco difundido e que carrega uma série de implicações morais, religiosas e jurídicas, as quais abalam de certa forma o *status quo* vigente.

³ AMORES LIVRES. Disponível em: <http://globosatplay.globo.com/gnt/amores-livres/>.

A família tradicional brasileira

Para permitir melhor compreensão a respeito da natureza polêmica do tema abordado na série de João Jardim, optou-se neste trabalho por uma abordagem acerca o conceito de família e sobre como ele está amparado dentro do ordenamento jurídico nacional. Isso porque o caput do artigo 226 da Constituição de 1988 assegura que a família deve ter especial proteção do Estado e também indica ser ela a base da sociedade. O dispositivo constitucional mencionado revela a importância que o legislador atribuiu à entidade familiar.

Conforme observa Pazini (2009), não é atual a preocupação em constitucionalizar as relações familiares. Segundo o autor, as referências ao Direito de Família já estão presentes nas constituições desde 1891, fato para o qual ele aponta duas razões: “as conseqüências importantíssimas das relações familiares para a sociedade e a promoção do desenvolvimento individual de seus membros”.

Todavia, o tratamento dado pela mais recente Carta Magna revolucionou o Direito de Família por ter considerado as transformações culturais e sociais e a evolução das relações afetivas, o novo basilar legislativo nacional passa a adotar um conceito menos legalista e mais humano de família. A partir dessa concepção, a presente pesquisa tomará como referência para conceituar família o que disse o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, em seu voto na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4.277 / DF.

O que faz uma família é, sobretudo, o amor – não a mera afeição entre os indivíduos, mas o verdadeiro **amor familiar**, que estabelece relações de afeto, assistência e suporte recíprocos entre os integrantes do grupo. O que faz uma família é a **comunhão**, a existência de um projeto coletivo, permanente e duradouro de vida em comum. O que faz uma família é a **identidade**, a certeza de seus integrantes quanto à existência de um vínculo inquebrantável que os une e que os identifica uns perante os outros e cada um deles perante a sociedade. Presentes esses três requisitos, tem-se

uma família, incidindo, com isso, a respectiva proteção constitucional (BRASIL. STF, 2011, grifo do autor).

Coadunando com esse entendimento do ministro e entendendo esse novo contexto social, Dias (2013) assevera que o rol de entidades familiares descritas no artigo 226 da Constituição Federal é meramente exemplificativo, haja vista que foram elencados por serem os mais comuns e não por serem os únicos. Dando abertura, ainda segundo a autora, para a possibilidade do reconhecimento de composições familiares díspares, como é o caso das famílias com relacionamentos poliafetivos, objeto de interesse desta pesquisa.

Nos dias de hoje, o que identifica a família não é nem a celebração do casamento nem a diferença do sexo do par ou o envolvimento de caráter sexual. O elemento distintivo da família, que a coloca sob o manto da juridicidade, é a presença de um vínculo afetivo a unir as pessoas com identidade de projetos de vida e propósitos comuns, gerando comprometimento mútuo.

A nova Carta inova também ao reconhecer os relacionamentos não institucionalizados pelas diretrizes legais do matrimônio, faz do bastardo (filho fruto de relacionamento extraconjugal) e do filho adotado sujeitos de direitos iguais aos dos filhos advindos na constância do casamento, coloca homem e mulher em pé de igualdade na relação conjugal e traz à tona o conceito de entidades familiares, fazendo perecer a noção arcaica da família tradicional, composta por papai, mamãe e filhinhos.

Diante desse contexto, arranjos familiares que já existiam, mas que anteriormente não tinham a 'bênção jurídica' para se estabelecer, adquirem visibilidade não só perante a sociedade, mas também perante o judiciário. A doutrina também precisou se readequar e hodiernamente, tendo como base a ideia de pluralismo familiar, os estudiosos começam a apresentar composições mais variadas de família. Para este trabalho, será adotada a classificação

de Dias (2013), escolhida por ser umas das poucas autoras da atualidade a mencionar o formato familiar que é abordado com mais atenção neste trabalho, a família poliafetiva. A categorização de família feita pela referida autora se dá da seguinte forma:

- a) **Família matrimonial:** decorrente do casamento;
- b) **Família informal:** decorrente da união estável;
- c) **Família homoafetiva:** formada por cônjuges do mesmo sexo;
- d) **Famílias paralelas ou simultâneas:** são aquelas que possuem em comum um mesmo arrimo, na maioria dos casos o homem, e nascem de relações afetivas simultâneas e que não necessariamente precisam ter sido iniciadas ao mesmo tempo.
- e) **Famílias poliafetivas:** formadas por mais de duas pessoas no polo conjugal e com o conhecimento e anuência de todos os envolvidos na relação amorosa. Dias (2013) explica que, ao contrário do que acontece nas famílias paralelas, nas poliafetivas o vínculo de convivência de mais de duas pessoas acontece sob o mesmo teto.
- f) **Família monoparental:** constituída por um dos genitores com seus filhos;
- g) **Família parental ou anamparental:** constituída por parentes ou por pessoas, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com identidade de propósito.
- h) **Família composta, pluriparental ou mosaico:** são as que resultam da pluralidade das relações parentais, especialmente fomentadas pelo divórcio, pelo recasamento, seguidos das famílias não matrimoniais e das desuniões.
- i) **Família natural, extensa ou ampliada:** Segundo a autora, esses conceitos são dados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A natural é formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes (art. 25, ECA); já a extensa ou ampliada se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (art. 25, parágrafo único, ECA).
- j) **Famílias substitutas:** são unidades familiares que recebem criança ou adolescente mediante guarda, firmando o devido compromisso de

cuidar deles na impossibilidade de conviverem com sua família natural ou ampliada.

k) **Família eudonista:** caracterizada pelo vínculo afetivo.

É possível notar, a partir dessa classificação que há uma preocupação da autora em contemplar as realidades diversas. Entendendo esse contexto, convém ressaltar que poliafetividade é atual quando se fala nessa terminologia especificamente, mas não é de hoje que as ligações amorosas entre seres humanos vivem uma complexidade que desafia os padrões tradicionais de família.

Apesar disso e dos inúmeros avanços ocorridos no âmbito do direito de família brasileiro com o advento da Constituição Federal de 1988, atualmente o ordenamento jurídico nacional não possui dispositivos legais específicos que contemplem um formato de família que envolva mais de duas pessoas no polo conjugal.

AMORES LIVRES

As famílias e os relacionamentos afetivos trazidos na série “Amores Livres” fundamentam-se no conceito de poliamor. Os personagens que protagonizam as histórias narradas escolheram uma vida sentimental que contraria o que é entendido como normal por grande parte da sociedade brasileira.

Diante dessa ‘rebeldia’ aos padrões, podem surgir alguns questionamentos por parte daqueles que vivem seu amor nos moldes tradicionais, tais como: é possível um ser humano amar mais de uma pessoa ao mesmo tempo? Em sendo possível, poderá esse ser humano estabelecer relações de afeto no mesmo espaço temporal com as pessoas-alvo de seu amor? Poderão o Estado, a religião, ou a sociedade interferir nesse desejo afetivo, impondo-lhe a escolha de amar apenas um de seus objetos amorosos? Os meios de comunicação podem servir de auxílio para a formação de pensamento positivo da opinião pública sobre o assunto?

Essas questões, sem dúvida, podem gerar – cada uma individualmente – inúmeras reflexões teóricas nas esferas filosófica, sociológica, jurídica e cultural, por isso é imperioso abordá-las nesse trabalho, ainda que de maneira breve, até porque o objetivo aqui - frise-se mais uma vez - não é o esgotamento das discussões, e sim, apontamentos para uma reflexão mais contextualizada sobre o tema.

Em Gagliano (2013) encontra-se poliamor, também chamado de poliamorismo, definido como a “possibilidade de coexistirem duas ou mais relações afetivas paralelas, em que os seus partícipes conhecem e aceitam uns aos outros, em uma relação múltipla e aberta”. Nesse sentido, Moraes (2007 apud GAGLIANO, 2013) inclusive assegura que o comportamento poliafetivo é o natural dos seres humanos:

a etologia (estudo do comportamento animal), a biologia e a genética não confirmam a monogamia como padrão dominante nas espécies, incluindo a humana. E, apesar de não ser uma realidade bem recebida por grande parte da sociedade ocidental, as pessoas podem amar mais de uma pessoa ao mesmo tempo.

Diante disso, pode-se inferir que viver e dedicar-se amorosamente a apenas uma pessoa não faz parte da natureza dos seres humanos. Apesar dos filtros sociais induzirem ao entendimento de ser algo infame ou inclassificável, o natural – biologicamente falando – parece mesmo ser a poliafetividade. E parando para analisar bem, trazer a voz de um especialista para dizer que um homem, no sentido amplo da palavra, consegue sim amar duas pessoas ou mais ao mesmo tempo, se faz necessário apenas para corroborar aquilo que o senso comum já percebeu e com o qual já até convive há muito tempo. Afinal, o poliamor e o pluralismo familiar, que brota dele, não surgiram nos anos 2000.

Mas, assim como aborto, legalização da maconha e maioria penal, por exemplo, a manutenção da família tradicional, atualmente, tornou-se um desses assuntos cujas

discussões podem tomar proporções impensáveis. E quando se tem parte considerável da população brasileira que ainda nem conseguiu digerir o reconhecimento e a concessão de direitos civis a casais homoafetivos, falar de pessoas que vivem relações a três ou mais pessoas pode parecer uma heresia. No entanto, elas existem.

Falar de amores livres é certeza de polêmica. O fato da legislação brasileira não contemplar esse tipo de relacionamento e as heranças cristãs do povo tupiniquim instituírem que o amor monogâmico é o jeito sagrado e correto de se amar, acirra ainda mais o debate e relega as pessoas que vivem fora desse padrão a um grau de marginalização social, muitas vezes não percebido por quem não vive a situação.

Como já dizia o adágio popular, religião não se discute. Por isso, neste trabalho as questões religiosas não serão aprofundadas, não que elas não sejam importantes, mas para fins desta discussão elas serão desconsideradas. Assim, as atenções serão voltadas para as questões de direito.

O direito é dinâmico e é inerente à vivência do homem como ser social, sendo assim, costumes que se repetem ao longo do tempo podem ser fatores cruciais na reformulação de leis. O que se vê em muitos casos, e no direito de família ficou bastante evidente nos últimos anos, principalmente em decorrência da grande repercussão das discussões em torno das uniões afetivas entre casais do mesmo sexo, é que a norma positivada não consegue acompanhar o ritmo das evoluções sociais. Não conseguindo prever ou abarcar todos os conflitos que surgem com o avanço das relações humanas, algumas leis vão se tornando instrumentos incapazes de promover a justiça. As inovações legislativas não caminham no mesmo ritmo que as mudanças sociais, conforme assinala Pazini (2009, p.1).

É bem verdade que nem sempre as alterações legislativas surgem no momento mais oportuno. O legislador fica inerte por certo tempo, esperando a consolidação social dos novos tipos de

comportamento para que, então, possa legislar de forma conveniente acerca da nova conduta. Com o Direito de Família não é diferente. Os comportamentos vão-se modificando, novos valores vão-se firmando e o ordenamento jurídico, só após certo tempo, acata as inovações.

No que diz respeito às relações que envolvem mais de duas pessoas, muitos estudiosos do direito já se mostram incomodados com a atual forma de legislar do Estado brasileiro em casos de famílias simultâneas. Entretanto, questões sociais, morais, religiosas e até econômicas — que conseguiram permear a formulação da norma — acabaram por embargar a consecução da justiça por pessoas que escolheram viver diferentes dos padrões da maioria.

O trio Eustáquio, Audhrey e Rita, mencionado na introdução deste trabalho, por exemplo, procurou o cartório e registrou uma escritura pública de união estável. Além deles, outras pessoas têm procurado meios de ‘regularizar’ suas relações poliafetivas, alguns dos casos inclusive foram noticiados pela imprensa⁴. Contudo, apesar de alguns cartórios já terem registrado o documento, essas escrituras ainda não são capazes de produzir efeitos no Direito de Família, haja vista que a legislação brasileira, conforme se tem argumentado até aqui, não prevê esse tipo de união.

Por causa dessas questões, não há como negar que discutir meios de se tirar da margem esse tipo de relacionamento gera embates entre doutrinadores conceituados, suscita discussões acaloradas entre bancadas rivais no Congresso, polui timelines e até destrói ‘amizades de infância’ nas redes sociais. Todavia, não há mais como fugir, tendo em vista que há tempos essa é uma situação recorrente na sociedade e que precisa ser contemplada pelo direito, esse condão salvador do Estado.

⁴ Rio registra primeira união estável realizada entre três mulheres:

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,rio-registra-primeira-uniao-estavel-entre-3-mulheres,1781538>.

Diante do exposto, é possível perceber a relevância do tema ser levado à tona pela mídia. O assunto é polêmico, sem previsão legal que o ratifique socialmente e ainda com poucas vozes que indiquem caminhos. Além disso, sua inclusão no ordenamento jurídico brasileiro pode gerar uma série de implicações na norma vigente, a qual precisará ser repensada, readequada ou mesmo reinterpretada em diversos pontos. Mas é preciso ser estudada para que se chegue a soluções possíveis.

A esse respeito, Dias (2013) assevera que o Estado não tem o poder de impor ao cidadão quantas pessoas ele pode amar e nem de constituir meios punitivos para desencorajá-lo de exercer sua afetividade romântica. Para ela,

é descabido negar o direito de viver a quem descobriu que em seu coração cabe mais de um amor (...) negar a existência de famílias poliafetivas como entidade familiar é simplesmente impor a exclusão de todos os direitos no âmbito do direito das famílias e sucessório (DIAS, 2013, p. 54).

Tal posicionamento vai ao encontro do entendimento de Vecchiatti (2012), o qual reforça que a família poliafetiva merece o reconhecimento e a proteção do Estado “por força do princípio da pluralidade de entidades familiares e da ausência de motivação lógico-racional que justifique a negativa”.

Diante dessas novas possibilidades de formações de núcleos familiares, existem até os que já vislumbram a superação do princípio da monogamia no direito brasileiro, por entenderem que ela [a monogamia] faz pender a balança da deusa Têmis e impede sujeitos de serem alcançados pelos efeitos da tão famigerada justiça cega. A esse respeito, Silva (2013) assinala o seguinte:

O princípio da monogamia pressupõe uma família merecedora da tutela do Estado e outra que fica fora deste âmbito de proteção. A tese do rompimento ou da superação da monogamia como princípio estruturante do estatuto jurídico da família verifica-se em função do reconhecimento do princípio da pluralidade das

entidades familiares e, também, da superação da família formada pelo casamento como modelo superior reconhecido pelo Estado (SILVA, 2013).

Em contrapartida, há os que consideram tais ponderações inconcebíveis. É o caso de Silva (2012), a qual não coaduna com esses posicionamentos. Para essa autora, “a expressão poliafeto é um engodo, um estelionato jurídico, na medida em que, por meio de Utilização procura-se validar relacionamentos com formação poligâmica”. E acrescenta ainda que relações como as poliafetivas deixam “mazelas” nos envolvidos e provocam desconforto social naqueles que não fazem parte do arranjo.

Com base nas breves considerações de diferentes estudiosos do direito feitas até aqui, é possível ter uma noção do quão melindrosa é a discussão desse tema. Para isso, a série documental “Amores Livres” foi dividida em dez episódios, com a proposta de retratar esse modelo de relacionamento, presente em diferentes classes e regiões do país, mas que — apesar de existir — não encontra amparo legal ou social para sua legitimação.

É necessário esclarecer, de forma preliminar, que o fato de ter sido abordado por meio de uma série documentário e de ter sido transmitido em um canal de TV fechada, não significou que o assunto tenha passado despercebido pelo público. Não resta dúvida que geraria mais alvoroço se transmitido em horário nobre, em uma emissora de TV aberta.

Entretanto, o alcance das TV's por assinatura aumentou significativamente nos últimos anos.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a TV por assinatura está presente em 29,9% dos 66,08 milhões de domicílios brasileiros. Dados da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) revelam ainda que o número de assinantes no Brasil saltou de três milhões e meio em 2002, para pouco mais de 19 milhões em 2015, ou seja, um número expressivo de brasileiros tem acesso ao conteúdo disponibilizado nos canais fechados, por isso

é possível inferir que o assunto tratado na série em questão pode sim ter chegado a uma parte considerável da população.

Essa ilação fica ainda mais tangível com a informação de que logo no primeiro episódio, o aplicativo de TV *Everywhere Globosat Play*, que torna o conteúdo dos canais de TV paga da rede Globosat, do qual o GNT faz parte, acessível em plataformas digitais, teve audiência recorde com a estreia da série “Amores Livres”, alcançando quase 200 mil visualizações, a maior estreia da história do aplicativo até aquele momento (FERNANDES, 2015).

O diretor da série, João Jardim, em entrevista concedida à jornalista Mariane Filgueiras, do Jornal O Globo, em setembro de 2015, explicou que o tema desperta nas pessoas reações diversas.

Há muita aprovação e muita rejeição também. No Twitter, por exemplo, a impressão geral das reações é muito abismada. As pessoas não têm a sensação de que aquilo realmente existe. É como se elas não acreditassem. Ficam procurando uma maneira de desqualificar aquela relação, mas há também uma enorme curiosidade. Todo mundo entende que aquilo é novo.

Ele ressaltou também que o documentário não tem interesse em ser sensacionalista e tampouco de expor as relações não monogâmicas como algo exótico. Ao contrário disso, a ideia dele é apresentar o tema de forma leve e natural, para isso, em sua narrativa, na maior parte do tempo, ele utilizou o recurso da entrevista direta para contar as histórias. Não há a figura de um locutor, os personagens falam livremente de si e de seus relacionamentos com seus parceiros, em um ambiente de seu próprio convívio. Não há utilização exagerada de imagens de apoio, o foco é a pessoa e o que está sendo revelado de suas experiências de vida. Também não se dá tanta ênfase a falas de “especialistas”, psicólogos, sexólogos, ou pesquisadores de quaisquer áreas que sejam, elas até aparecem, mas apenas de forma secundária, para esclarecer uma coisa ou outra.

Ainda no que diz respeito a esse diálogo entre a série e o espectador, João Jardim considera positiva a rejeição ao tema, segundo ele é sinal de que as mudanças estão acontecendo, “se o mundo estivesse ‘calmo’, nada mudando, ninguém reagiria. As reações fortes vêm porque as mudanças estão também fortes”.

Com base nesse posicionamento, é possível perceber que a proposta da série é gerar no espectador uma espécie de ‘incômodo’, provocando a reflexão e o debate sobre um assunto incomum e até inadmissível para muitos.

Medeiros (2015) assinala que a série traz à tona um assunto polêmico, mas sem se deixar levar pelo tom devasso ou meramente sexual. A autora assume que, em um primeiro momento, é embaraçoso para pessoas que vivem relações convencionais assistirem àqueles relatos, mas que ao mesmo tempo esses “projetos ousados”, como ela mesma denomina, são importantes para que a sociedade converse a respeito e amplie suas “fronteiras de compreensão”. A esse respeito, a autora revela que a série fez com que ela mesma repensasse seus próprios conceitos, conforme fica claro no seguinte relato:

Tive uma amiga que viveu essa experiência. Ela já faleceu e nunca conversamos abertamente sobre esse assunto, o que hoje lamento. Ela sabia que a situação me desestabilizava. Eu ficava dividida entre o espanto e a admiração: o preconceito me atormentava de um lado, mas a autenticidade dela me comovia. Assistindo a Amores Livres, desejei muito que ela estivesse viva para assistir a esse programa que, de certa forma, ajudaria a fazê-la se sentir menos excluída e que me incentivaria a tocar no assunto a fim de entender sua escolha.

Não há como negar que programas com essa proposta de debater temas ditos polêmicos por não estarem pacificados socialmente, seja qual for o veículo de comunicação em que sejam transmitidos, vão de encontro aos propósitos massificadores da indústria cultural, a qual se fundamenta na utilização dos meios de

comunicação de massa para estimular o consumo e diminuir a “capacidade do homem de desenvolver expressão própria, induzindo-o a concordar com a opinião pública e fazer parte da massa, que apenas faz ou deixa de fazer alguma coisa em nome de ‘todo mundo’”(SUTTO, 2006, p. 124).

Em relação a isso, Canclini (2002) destaca que temáticas que fogem ao que é cotidiano não fazem parte das pautas dos *mass media* porque, com o passar dos anos, eles ganharam a função de “mimese”, ou seja, de imitar ou reproduzir, mais do que modificar, a ordem social.

Por outro lado, tanto Sutto (2006), quanto Canclini (2002) apontam que apesar de os *mass media* serem os grandes difusores de valores massificadores, eles não podem ser considerados apenas como sinônimos de Indústria Cultural. Inclusive para a primeira,

a radiodifusão somente pode ser explorada com fins comerciais na medida em que não prejudicar a sua finalidade primeira, qual seja, a função social atribuída pela Constituição Federal de 1988, podendo servir, também, como meio de lazer e entretenimento (SUTTO, 2006, p. 155).

Canclini (2002), por sua vez, lembra que apesar da força estratificadora, os meios de comunicação podem ser instrumentos responsáveis por importantes mudanças sociais:

[...] não devemos subestimar o que foi conquistado em termos de transparência e democratização social graças ao desenvolvimento da comunicação de massa. É difícil imaginar que as exigências democratizadoras nas cidades, os protestos devido à poluição e violação dos direitos humanos, teriam podido alcançar a transcendência que obtiveram na segunda metade do século XX sem a repercussão garantida pela imprensa, rádio e TV (CANCLINI, 2002, p. 50).

No Brasil, a titularidade para a exploração da radiodifusão se dá por meio de concessões do Governo Federal. A Constituição de

1988, em seu artigo 221, estabelece como princípios da produção e programação das emissoras de rádio e TV que conquistam essa concessão, a preferência por produções com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; a regionalização da produção cultural, artística e jornalística e o respeito a valores éticos e sociais da pessoa e da família. Nesse diapasão, Sutto (2006) explica que, mesmo sendo exercida por empresa particular, a atividade dos *mass media* deve preservar seu caráter de serviço público e cumprir os princípios discriminados no dispositivo constitucional.

Os estudos de Lecheta (2012) asseveram que os veículos de comunicação têm influência na forma como agem, pensam e se portam as pessoas, sendo assim, esses veículos se refletem na sociedade, adentrando na vida de todos e os deixando mais vulneráveis. Essa vulnerabilidade pode retirar as pessoas da sua zona de conforto e do seio de suas tradições mais enraizadas e fomentar debates sociais menos preconceituosos.

Por fim, Canclini (2002) assinala que não se pode mesmo é generalizar a discussão em torno da função dos meios de comunicação de massa e do poder da Indústria Cultural, segundo este autor é evidente que os meios mais comercializados se baseiam pelos índices de audiência, mas que ainda há espaços que se preocupam em “difundir a informação” e “enriquecer as pautas de discussão nas sociedades contemporâneas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, o que é diferente causa estranhamento àquele que está acostumado a entender a vida com a ótica padronizada das coisas. É difícil aceitar que podem existir pessoas que não se sujeitem ou não se encaixem em algo que parece tão normal e aceitável.

A mídia ajuda a criar esses padrões e influencia na maneira como as pessoas veem o mundo. Partindo dessas ponderações, falar em um arranjo de família que se estruture em um alicerce diverso daquele composto por um marido e uma esposa é desafiador, tendo em vista que esse padrão considerado natural, divino e legal de família tem sido trabalhado pelos meios de comunicação há muito tempo.

Ainda que na vida real esse modelo ideal de família nem sempre se concretize, dada a dinâmica das relações sociais, as famigeradas famílias felizes de propaganda de margarina acabam por ser o padrão social. Além disso, ir contra um instituto criado por Deus e afiançado pela lei não parece ser coisa digna de ser considerada.

Nesse contexto, a atuação da mídia e dos meios de comunicação de massa na desconstrução de valores é imprescindível, tendo em vista que eles não devem ser apenas o reflexo da sociedade em que estão inseridos, mas também elementos de transformação social. Assim, a série “Amores Livres”, ao apresentar outras formas de se fazer família, tem importante papel na desmistificação do tema.

Atualmente, as discussões dos direitos das minorias e outros assuntos polêmicos na televisão e nos meios de comunicação em geral, apesar de muitas vezes se colocarem sob uma ótica muito polemizada, estão acontecendo com mais frequência e alcançando resultados significativos. É certo que a visão capitalista, visando o lucro, atrapalha a formulação de programações que atendam a interesses sociais, em prol de programas de puro entretenimento ou com maior retorno econômico para a empresa, mas — a despeito disso — essas pautas ao ganharem espaço interessam a audiência e estimulam a aceitação do que não é igual.

Ao serem utilizados como meros reprodutores do comportamento social, os meios de comunicação acabam por se abster das discussões necessárias ao amadurecimento da sociedade.

Não discutir os assuntos considerados polêmicos é contribuir para o caos social, estimulando a intolerância, desrespeito e até violência.

Para finalizar, pode-se depreender de tudo que foi discutido aqui que a mídia não pode trabalhar apenas com o que está posto e que o programa “Amores Livres” cumpre com a finalidade educativa e informativa de maneira direta, promovendo informação, gerando produção de conhecimento sobre as realidades de diferentes vivências por determinados grupos de pessoas e gerando debates acerca do tema.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **TV por assinatura fecha março de 2015 com 19,76 milhões de acessos**. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=37192>>. Acesso em: 12 dez 2016.

AMORES LIVRES. Disponível em: <<http://globosatplay.globo.com/gnt/amores-livres/>>. Acesso em 01 out 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA (ABTA). **Dados do Setor**. Disponível em: <http://www.abta.org.br/dados_do_setor.asp#>. Acesso em: 01 dez 2016.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI n. 4227/DF**. Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4277LF.pdf>>. Acesso em 30 mai 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação**. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.40-53. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf>>. Acesso em 01 dez 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Famílias**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

FERNANDES, Julia Vieira. **TV Everywhere Globosat Play do Brasil tem aumento de 300% de audiência com estreia de nova série**. In: Nextv News Brasil e Lusófonos, 17 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://nextvbrasil.com/tv-everywhere-globosat-play-do-brasil-tem-aumento-de-300-de-audiencia-com-estreia-de-nova-serie-6541/>>. Acesso em 12 dez 2016.

GAGLIANO, Pablo Solze. **Apostila 01**. Material de Apoio – Direito de Família, 2013. Disponível em: <http://pablostolze.com.br/2013.2.LFG.Familia_01.pdf>. Acesso em 15 nov 2016.

JARDIM, João. **Diretor de 'Amores livres', João Jardim diz que 'o Brasil está mais tolerante com outras formas de relacionamento'**. Jornal O Globo, versão *on line*, 21 de setembro de 2015. Entrevista a Mariana Filgueiras. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/diretor-de-amores-livres-joao-jardim-diz-que-brasil-esta-mais-tolerante-com-outras-formas-de-relacionamento-17556733>>. Acesso em 01 dez 2016.

LECHETA, Vanessa Sigwalt. **A visão da mídia brasileira em relação á imagem da mulher na publicidade**. Disponível em: <<https://www.cafecomgalo.com.br/wp-content/uploads/2014/10/ARTIGO-AVISA0.pdf>>. Acesso em 17 jun 2016.

MEDEIROS, Martha. **Martha Medeiros: Amores Livres**. Em 12 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/08/martha-medeiros-amores-livres-4822719.html>>. Acesso em 20 nov 2016.

PAZINI, Cláudio Ferreira. **Alimentos e Sucessão na União Estável**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SILVA, Marcos Alves da. **Unões simultâneas, monogamia e dever a fidelidade**. Entrevista a Assessoria de Comunicação do Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2013. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5153/Uni%C3%B5es+simult%C3%A2neas,+monogamia+e+dever+a+fidelidade>>. Acesso em 15 nov 2016.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **‘União poliafetiva’ é um estelionato jurídico.** 2012. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI165014,81042-Uniao+poliafetiva+e+um+estelionato+juridico>>. Acesso em 01 out 2016.

SUTTO, Sabrina Bielawski. **A função social da televisão no estado democrático de direito.** Marília - SP, 2006. Disponível em: <https://www.univem.edu.br/servico/aplicativos/mestrado_dir/dissertacoes/A_fun%C3%A7%C3%A3o_social_da_televis%C3%A3o_no_Estado_Democr%C3%A1tico_de_Dire_1040_pt.pdf>. Acesso em 15 dez 2016.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3395, 17 out.2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/22830>>. Acesso em 20 nov 2016.

CAPÍTULO 7

A COBERTURA JORNALÍSTICA DE MATÉRIAS POLICIAIS. A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA EM GURUPI NO TOCANTINS

Clifton Moraes Correia¹

Rodrigo Barbosa e Silva²

1. INTRODUÇÃO

Esse é um estudo que vai destacar dentro do campo do jornalismo a cobertura de matérias policiais, e a linha seguida por eles nesses tipos de reportagens. A estrutura do telejornalismo e a forma de trabalho desse veículo também é destacada nesse estudo.

É notório que a violência tem aumentado de uma forma muito rápida em todos os sentidos. Os veículos de imprensa retratam isso diariamente e a forma como esse material é colocado no ar influencia diretamente a opinião pública. Esse artigo, relata o assassinato de cinco jovens ocorridos em Gurupi, no ano de 2012. O fato que chama atenção é que seis policiais militares do Grupo de Operações da Polícia Militar foram os principais suspeitos.

Baseado nisso, o estudo vai mostrar como os veículos de comunicação da cidade fizeram suas coberturas. Vai limitar-se apenas, nos canais de telejornalismo local. A omissão de informações e a incitação à violência foram questões usadas pela maioria dos veículos de comunicação da cidade, na cobertura desse caso.

O artigo, com caso de experiência, vai difundir sobre a questão ética do jornalismo, a imparcialidade e a situação vivenciada

¹ Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo pelo OPAJE-UFT. E-mail: cliftonmoraes@hotmail.com.

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Marília (1999), mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2003) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2012). Atualmente é professor do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) e professor da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), onde coordena o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e é líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Transversalidade. E-mail: rodrigo.bs@unitins.br.

por profissionais da cidade, com relação à cobertura do caso dos assassinatos e da prisão dos seis policiais presos suspeitos de participarem do suposto grupo de extermínio na cidade.

Conceitos do Jornalismo

Contar uma história, ouvindo os dois lados da história e não omitir uma determinada informação são conceitos básicos em todas as profissões e no jornalismo isso não é diferente. De acordo com Orlando Tombosi (acesso em: 08 abril. 2017), a primeira obrigação do jornalista é ter um compromisso com a verdade, sendo assim, ele terá uma lealdade ao cidadão. O jornalismo, no entanto, deve ser um canal de informação que não seja partidário.

A Empresa Brasil de Comunicação, EBC, (acesso em 08 abril. 2017), em seu manual de jornalista destaca que a busca da verdade, da precisão e da clareza, o respeito aos fatos, aos direitos humanos e à diversidade de opiniões são fundamentos da credibilidade, patrimônio maior da imprensa livre e da comunicação democrática. A credibilidade deve resultar da fidelidade a seus princípios e valores.

Os dois conceitos básicos, deixam bem claro, o verdadeiro papel do jornalismo, que além de investigar e fiscalizar, deve ser claro, e reproduzir exclusivamente a verdade, sem omissão de informação ou qualquer tipo de parcialidade.

Telejornalismo

No telejornalismo, a estrutura da redação é basicamente a mesma em todos os programas jornalísticos, são eles: produtores, repórteres, cinegrafistas, revisores, editores de imagens, diretor responsável, chefe de redação e produtores/pauteiros. A única variação entre um e outro veículo é a quantidade e a qualidade de profissionais que ali atuam. (CURADO, 2002).

Os cargos e as funções descritos podem ter outros títulos e atribuições ligeiramente diferentes em cada empresa. Entretanto, ainda que seja assim, não se faz jornalismo em televisão sem o cumprimento de todas as tarefas relacionadas. O essencial é a correta distribuição de responsabilidade. (CURADO, 2002, p. 28).

Uma das funções mais importantes dentro de uma redação é a do pauteiro, visto que é um profissional que tem uma visão geral da notícia, desde quando ela ainda começou a ser produzida, até o momento que ela vai ao ar. Ele é o elo entre pauta, repórter e a finalização de todo o material.

Duarte (2003), destaca que a importância de uma pauta para a televisão é bem maior do que para os demais veículos de comunicação. Isso porque a retratação dos fatos deve ser mais explorada e numa corrida contra o tempo, qualquer erro, cancelamento ou anulação de pauta pode ser frustrante para os jornalistas de TV, que têm que passar essa notícia por vários processos antes da informação ir ao ar.

É por isso que, na redação de um telejornal, não pode haver espaço para improvisações de última hora. Mudanças ocorrem, é claro, como em qualquer redação jornalística, mas estas não podem fugir ao controle da equipe que comanda a edição final do programa. (DUARTE, 2003, p.117).

Ética no jornalismo

A mídia em suas várias formas de fomentar a notícia, seja ela em qual for o veículo, é a grande influenciadora de opiniões. Na televisiva, não é diferente. Boa parte de quem liga a telinha para assistir ao jornal, tem a convicção de que tudo o que é veiculado nos meios de comunicação seja uma verdade absoluta. É onde entra a importância da ética e responsabilidade do que está sendo divulgado pelos jornalistas. (CHRISTOFOLETTI, 2008).

No jornalismo, a ética é mais que rótulo, que acessórios. No exercício cotidiano da cobertura dos fatos que interessam à sociedade, a conduta ética se mistura com a própria qualidade técnica de produção do trabalho. Repórteres, redatores e editores precisam dominar equipamentos e linguagens, mas não devem se descolar de seus comprometimentos e valores. Podem tentar suspender suas opiniões em certos momentos, mas, se por acaso esquecerem suas funções e suas relações com o público, vão colocar tudo a perder. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 11).

Segundo o autor Christofolletti (2008), a ética, que não deve ser vista apenas durante a formação acadêmica, mas desde a criação familiar, é fundamental onde o trabalho esteja sendo executado, seja ele qual for.

Já para Bucci (2000), o jornalismo é uma profissão de conflitos, onde a imprensa deve ser um verdadeiro órgão fiscalizador que vive em constante diálogo entre as instituições sejam elas públicas ou não, questionando tudo o que é de interesse público.

Chagas (2003) também alerta para a forma como a ética é interpretada por alguns proprietários dos meios de comunicação, ou seja, tudo o que lhes interessa e que traga resultados financeiros. Nesse entendimento, por mais que uma empresa esteja com a melhor equipe, tanto técnica como eticamente, não vai adiantar muito fazer um trabalho jornalístico buscando a ética.

O autor acrescenta que os empresários da comunicação não estão preocupados se notícia é a retratação verdadeira de um fato, pois os interesses financeiros e os rendimentos dentro dos jornais é o que importa, mesmo que o trabalho esteja sendo desenvolvido de forma imparcial.

Caso de Experiência: Suposto grupo de extermínio da Polícia Militar

A violência se tornou nos últimos tempos, a grande atração para a manchete da maioria dos veículos de comunicação. Isso, porque boa parte dos programas jornalísticos de televisão, principalmente do interior, são abastecidos diariamente por pautas "sangrentas". O problema é a forma como esses canais estão divulgando essas informações.

Enfatizar as ações realizadas pela polícia, mostrando as operações e prisões realizadas por eles é o grande foco de muitos veículos. Os oficiais são colocados como heróis e os criminosos são condenados mesmo antes de serem julgados.

Essa linha editorial só é válida para alguns meios de comunicação quando se enfatiza apenas uma das ações. No caso, o trabalho da polícia. É onde consegue identificar com mais clareza a linha editorial de determinado veículo.

Assassinatos em Gurupi-To.

Em 2012, em Gurupi, no sul do Tocantins, a morte de cinco jovens chamou atenção e chocou a terceira maior cidade do Estado. Os suspeitos de cometerem os crimes foram seis Policias Militares do grupo de operações especiais de Gurupi. Na época a comunidade deu o nome de "grupo de extermínio da polícia".

Segundo o inquérito do caso, era madrugada do dia 21, para o dia 22 de setembro de 2012, quando um grupo de cinco pessoas estava na saída oeste de Gurupi. Segundo testemunhas, elas foram vistas sendo abordadas por policiais militares em uma viatura cor preta. Os depoimentos contam que os cinco jovens foram colocados dentro de duas viaturas. O destino, ninguém soube dizer. As vítimas passaram vários dias desaparecidas até que os corpos começaram a ser encontrados dentro de matagais a poucos quilômetros da cidade.

Todos os corpos foram encontrados caídos de barriga para baixo e com tiros na nuca. A Sociedade ficou assustada, e os veículos, tanto impressos, quanto online e televisivos fizeram a

cobertura da tragédia. Alguns jornais passaram a semana inteira mostrando muito os casos.

Os dias foram passando e testemunhas resolveram contar que viram polícias abordando e colocando as vítimas dentro das viaturas. Parentes, amigos e familiares resolveram falar abertamente e acusar os agentes. Foram seis policiais, entre eles uma policial.

No dia 24 de janeiro de 2013 a prisão preventiva dos suspeitos foi decretada. A polícia civil fez buscas nas casas dos PMS, e eles foram levados. Ficaram 60 dias presos no Comanda Geral da Polícia Militar do Tocantins em Palmas.

Durante esse período, os corpos das vítimas foram exumados. A polícia queria provas mais concretas do crime. Uma das linhas de investigação mostra que a motivação dos crimes poderiam ter sido por causa da morte de dois policiais de Gurupi, pouco tempo antes.

Os policiais participaram de várias audiências, mas acabaram sendo liberados por ordem do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no dia 19 de junho de 2013. A justiça disse que não houve provas suficientes para manter os militares em privação de liberdade.

Cobertura jornalista do caso

Na época, em Gurupi, tinham cinco programas de telejornalismo: SBT, Rede TV, Record, Rede Sat e Televisão Anhanguera. A TV Anhanguera tinha uma linha editorial mais ampla, abordava diversos assuntos. Já as outras emissoras citadas, se concentrava mais nas coberturas policiais. Na época eu trabalhava na Televisão Anhanguera, repórter em início de carreira e com pouco mais de um ano na emissora. Praticamente todas as matérias desse caso, de quando acharam os corpos até a liberação dos PMS suspeitos, as pautas caíram para que eu fizesse a cobertura.

Chegamos à redação e a primeira pauta do dia já estava marcada. No meio do caminho recebo um telefonema da produtora dizendo que tinham acabado de encontrar um corpo próximo à cidade. Mudou totalmente a programação e demos prioridade ao factual.

Chegando no local, havia uma movimentação grande de pessoas e a perícia. O corpo estava quase em uma vala, e com marcas de tiro na cabeça. Fizemos todo o trabalho de colher as informações, entrevistas e já estávamos prontos para voltar para a redação quando fomos comunicados que tinham achado um outro corpo perto daquele local do primeiro.

Estava se aproximando do horário de voltar para fechar o material, quando resolvi ligar para o editor e explicar a situação. Ele derrubou a matéria que seria exibida ao meio dia e disse que entraríamos ao vivo falando sobre os dois corpos. O material completo foi exibido no jornal da noite.

Quando falei por telefone, de que forma que os corpos foram encontrados e onde foram disparados os tiros, ele logo me interrompeu dizendo que estava parecendo execução e pela experiência dele, pode ser que encontrem mais outras pessoas. Ele se baseava nas informações do desaparecimento dos cinco jovens, que já tinha virado notícia também.

De fato, o que ele disse, realmente aconteceu. Nos próximos dias, os outros corpos foram encontrados e as características da morte, foram às mesmas dos dois primeiros que foram achados no matagal.

Prisão dos suspeitos.

As coberturas do caso estavam em todos os jornais, até o momento em que os policiais foram colocados sobre suspeita. A história mudou o caso já não era mais visto em alguns telejornais de Gurupi. Enquanto a emissora no qual eu trabalhava mostrava o drama de familiares que choravam pela morte de seus parentes e

cobravam justiça, pedindo a prisão dos PMS e o andamento do processo, outros veículos simplesmente se calaram sobre a situação, omitindo assim a informação da sociedade.

Nada era mostrado sobre as audiências, pouco se sabia por eles, como andava o processo das investigações. Nossa equipe chegou a ser censurada dentro do quartel da polícia militar de Gurupi. Pouca informação era nos dada. Tínhamos dificuldade até de fazer outras reportagens que precisava de uma fala da polícia.

O grupo de operações especiais foi definitivamente extinto das ruas de Gurupi. Além de não mostrarem os dois lados da história, seguindo assim o conceito básico do jornalismo, começou-se um movimento dos canais locais chamado: "Queremos a Goe nas ruas". Jornalistas que trabalhavam nessas emissoras fizeram camisas, e passavam boa parte do tempo de seus programas fortalecendo essa campanha.

Para piorar ainda mais a situação, não se cansavam de dizer que todos os mortos, tinham passagem pela polícia. De fato tinham, mas nada justificaria suas mortes. Todos os dias, o que ouvíamos era: "bandido bom é bandido morto".

Uma emissora acompanhava as audiências, mostrava o andamento do processo, ouvia parentes das vítimas, lia notas da PM sobre o caso, já que eles se recusavam em falar, e as outras, por sua vez, omitiam as informações, não davam voz aos pais e amigos dos que morreram, e ainda faziam campanha para matar bandido.

Juíza impede filmagem dos suspeitos

Durante toda a cobertura desse caso, uma atitude da juíza que cuidava do caso chamou a atenção. O cinegrafista colhia as imagens, quando a magistrada pediu para que ao filmar os réus, não focasse as imagens, já que eles pediram para não mostrar o rosto. Experiente e já passado por ocasiões semelhantes, o cinegrafista que eu trabalhava resolveu fazer imagens tanto focada, quando

desfocada. Mas acabamos mostrando o rosto dos militares. Nas próximas audiências, fomos impedidos de entrar.

“Eu fiz praticamente todas as matérias do caso, desde os crimes até as audiências dos militares, e graças a isso ganhei muitos “elogios”, desde que, eu estava querendo me promover no caso dos policias, até o repórter que queria” queimar o trabalho da polícia. Essas atitudes vinham de policias militares. O cerne de tudo isso é que de todas as emissoras de televisão de Gurupi, apenas a TVAnhanguera acompanhou o caso do inicio ao fim, ouvindo desde os parentes das vítimas, até o lado dos policiais.

Por fim, os PMS foram soltos, voltaram as suas atividades militares e parte da imprensa não fez seu dever em um caso tão sério como esse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nos fatos apresentados nessa pesquisa, é notório que parte da imprensa local em Gurupi, tem como foco maior a cobertura de matérias policiais, mostrando suas ações e supervalorizando a instituição da polícia militar na cidade.

A cobertura de matérias policiais é importante, porém, deve se fazer isso com responsabilidade e imparcialidade dos fatos. Mostrar só um lado da história é ir contra um dos conceitos do jornalismo, que é de ouvir sempre as duas partes, sem querer dar mais espaço a uma e deixar de mencionar a outra. O fator claro, é que nessas matérias, as pessoas que são presas, são colocadas como fatores irrelevantes na sociedade. Quando se faz isso, prova quanto à imprensa está influenciando negativamente e prestando um desserviço a comunidade.

Mostrar os fatos como eles realmente são e deixar claro para que a comunidade tire suas próprias conclusões é fundamental dentro do jornalismo. A omissão das informações do caso dos policias envolvidos no suposto grupo de extermínio em Gurupi foi à prova de que parte da imprensa local não tem credibilidade para

fazer coberturas policiais, já que no momento em que agentes são os envolvidos negativamente, eles simplesmente se calam.

REFERÊNCIAS

http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/uploads/2012/04/Norma-de-Jornalismo.pdf. Acesso em 08 abril. 2017.

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al190820036.htm>. Acesso em: 08 abril. 2017.

CURADO, Olga. **A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo**. Sao Paulo: Alegro, 2002.

DUARTE, Jorge(Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAGAS, Carlos. Agir ético dentro e fora das assessorias de imprensa. In: DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. São Paulo: Atlas S. A. - 2003.

CAPÍTULO 8

O EMPREGO DE RECURSOS DA INTERNET: REFORÇO OU CORREÇÃO DA DEMOCRACIA?

Darlene Teixeira Castro¹

A concepção popular da internet no início dos anos 90 é de que ela resolveria todos os problemas, inclusive, no campo da democracia. Gomes (2005, p.64) afirma que

praticamente sem exceção, quase todas as formas de ação política por parte da esfera civil podiam agora ser realizadas mediante a internet, do contato e pressão sobre os representantes eleitos até a formação da opinião pública, do engajamento e participação em discussões sobre os negócios públicos até a afiliação a partidos ou movimentos da sociedade civil, da manifestação à mobilização, da interação com candidatos até a doação para fundos partidários ou de organizações civis, da intervenção em fóruns eletrônicos sobre matéria da deliberação da sociedade política até a intervenção em plebiscitos on-line.

Com relação a construção do capital social, a idéia é a de que ele suplementa os outros capitais, ou seja, podemos resolver os problemas de capital humano e técnico. Está relacionado a normas de reciprocidade, normas de confiança recíproca e a rede de relacionamento. Com isso, podemos dizer que, quanto melhor a sua rede, melhor suas chances de sobrevivência. Um exemplo é o *facebook* em que as pessoas podem escolher e criar as suas redes.

A partir disso, podemos dizer que a democracia só finca suas raízes em um ambiente rico em capital social e, quanto mais capital social, maiores possibilidades

¹ Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Ciência da Informação pela PUC-Campinas e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Letras (Ulbra). É professora na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cultura Contemporaneas. E-mail: darlene.tc@unitins.br.

de criação de redes de cooperativas e gestão participativa dos governos. Um exemplo bem atual sobre esse engajamento é a eleição para a presidência dos Estados Unidos do presidente Barack Obama. O fato de o candidato vencedor ter se utilizado da grande rede para sua campanha, reforça a tese de que os jovens passaram a participar mais das questões políticas após a internet e, conseqüentemente, de que a internet aumenta o engajamento cívico dos que já eram engajados.

Isso ocorre porque pode ser possível novas formas de participação política por meio das *new media*, com divulgação de materiais de forma mais ampla, assinatura de petições on-line, novas formas de se driblar a censura, são alguns dos exemplos que podem ser citados. Claro que essa afirmação deve ser analisada com certa parcimônia e, o que reforça isso é a quantidade de bibliografias sobre o assunto, com várias tendências de teorias democráticas e de participação política.

O que vem sendo aplicado no Brasil em algumas cidades é a idéia do orçamento participativo pela internet. Em Belo Horizonte, ocorre de maneira participacionista, ou seja, pode-se clicar na opção que o cidadão quer a partir do que já foi previamente selecionado, é uma mera expressão da vontade. Já em Porto Alegre, ocorre de forma deliberacionista, ou seja, já se constroem fóruns para discussão de forma mais ampla das decisões a serem tomadas. Todas essas ações visam tornar os governos mais liberais com a inclusão de ações pela internet.

Outro problema que pode ser apontado na democracia brasileira, diz respeito a exclusão e, aqui, ela parece de forma velada e, muitas vezes, muito mais cruel, como, por exemplo, dizer que os analfabetos fazem parte desta democracia. Isso nos leva a crer que a democracia já vem com problemas e a cidadania acaba sendo incompatível com a democracia, pois a mesma deveria garantir igualdade política e intelectual.

Para Papacharissi (2004)* os proponentes do ciberespaço prometem que o discurso online irá aumentar a participação política e preparar o caminho para a utopia democrática e que, guiado pela suposição de que se o ciberespaço tem potencial para verdadeiramente renovar a esfera pública, deveria promover a civilidade.

Sobre civilidade, a autora afirma que

a civilidade sempre foi considerada um requisito para o discurso democrático. Definida freqüentemente como educação e cortesia em geral, a civilidade é considerada um indicador de uma sociedade democrática funcional. Conversas sobre o significado de cidadania, democracia, e discurso público destacam a civilidade como uma virtude, cuja falta leva a implicações nocivas para uma sociedade democrática. Junto com o declínio da esfera pública, acadêmicos e políticos se concentram no declínio da civilidade pública e política. (PAPACHARISSI, 2004, p. 10).

Em seu estudo, Papacharissi (2004) obtém informações que considera a internet como um espaço público no qual a discussão política é freqüentemente acusada de ser acalorada, anárquica, e em última análise rude; e finalmente mensura o potencial democrático do discurso político online a partir de padrões mais amplos de civilidade.

De acordo com a autora, podemos perceber que as discussões online tendem a serem mais agressivas, mais incivilizadas, os textos são mais mal interpretadas do que na interação face a face.

Goffman (1971) também afirma que quando um grupo de pessoas tem intimidade e não precisam fazer cerimônia, desatenções e interrupções provavelmente se tornam frequentes, e a conversa pode degenerar em uma alegre balbúrdia de sons desorganizados.

Outro ponto interessante a ser destacado é a forma como usamos as palavras, com o passar do tempo, o que era considerado um “xingamento”, hoje é mais aceitável, principalmente no espaço

online. O desafio agora é buscar a linha do aceitável neste espaço de fronteiras culturais, na esfera pública e civil rumo a uma emancipação democrática.

Papacharissi (2004) também alega que o anonimato do ciberespaço torna mais fácil para os indivíduos serem rudes, embora não necessariamente incivis e que a falta de comunicação face-a-face fomenta discussões que são mais acaloradas. O que nos faz refletir se a discussão política online contribui ou não para uma discussão democrática.

O que se houve falar é que a comunicação política mediada pelo computador facilita a democracia e aproxima as pessoas em qualquer lugar do mundo. Esse anonimato online intensifica a comunicação livre e aberta, promovendo uma troca de ideias.

Papacharissi (2004) também alerta que as tecnologias da internet oferecem a oportunidade de comunicação através das fronteiras geográficas e propõem novos rumos para as mudanças políticas, embora o potencial democratizante destas tecnologias esteja freqüentemente na infra-estrutura política que está em uso e na predisposição individual para ser ativo politicamente.

Isso quer dizer que, mesmo as tecnologias estando disponíveis e acessíveis ao indivíduo é preciso, antes de tudo, um engajamento político anterior, e não é o ciberespaço que proporciona. Com isso, muitas vezes, percebemos que o discurso que já acontecia face-a-face, migra para o espaço online, agora, com outra roupagem e outra visibilidade.

A autora também questiona o modo como as tecnologias irão interferir na concepção política do cidadão e afirma que as tecnologias relacionadas à internet certamente possuem o potencial para ressaltar modelos democráticos diretos, mas têm poder

limitado dentro dos modelos representativos que estão em vigor na maioria das democracias modernas. (PAPACHARISSI, 2004).

Pode-se perceber que as discussões online são válidas e têm potencial democrático, mesmo que ela não seja eticamente perfeita. O que deve ser cultivado é “aprender a discordar com civilidade”.

Segundo Gimmler (2001), a internet poderia ser um eficiente instrumento político se fosse vista como um complemento da democracia onde o discurso livre e aberto na esfera pública representasse papel decisivo.

A autora afirma que o conceito de esfera pública é particularmente importante e que o sujeito político, nessa concepção é também alguém que alcança a identidade pessoal e coletiva como parte de um complexo de relações com outros indivíduos. A esfera pública, portanto, é uma arena da política e relações sociais, um campo onde identidades individuais e coletivas tanto são expressas e se tornam integradas.

Pode-se compreender a esfera pública como uma rede de esferas públicas e contra-esferas públicas que compõe um todo; ela cria uma intencionalidade da liberdade de opinião de todos os cidadãos. A pluralidade da esfera-pública, então, deixou de ser uma realidade indesejável, mas sim uma diversidade a ser bem acolhida. (Gimmler, 2001).

Quando Gimmler (2001) aborda sobre a internet como meio de uma democracia deliberativa, diz que os pessimistas argumentam que aqueles que usam a rede são incompetentes e sem criatividade para interagir com as novas tecnologias, para lidar com suas conseqüências sociais, e que são incapazes de desenvolver as competências necessárias para o fazer, principalmente Buchstein (1997).

A autora contrapõe essa idéia, enfatizando a importância de políticas e iniciativas educativas para ensinar as pessoas como usar a tecnologia de maneira diferenciada e responsável. Isso não exclui a importância de ações governamentais que se utilizam das redes

para que os que os cidadãos possam participar diretamente do processo de tomada de decisões e de terem uma influência direta sobre ela.

A internet continua a ser um meio ideal para uma pluralidade constituída da esfera pública, uma esfera pública que, apoiado através da internet, permitirá que, mesmo aqueles que estão na China, no Irã ou a antiga Iugoslávia possam obter uma audiência e ter livre acesso à informação. (GIMMLER, 2001).

Esse exemplo pode ser visto mais claramente nos dias de hoje, com os conflitos das eleições do Irã, em que o uso do *twitter* foi essencial para que o mundo pudesse ter informações acerca das notícias, ultrapassando as barreiras da censura.

Sobre isso, Gimmler (2001), afirma que o acesso à informação é parte fundamental do direito dos cidadãos à livre comunicação e interação; e isto é fundamental e indispensável para o bom funcionamento da democracia.

Para Buchstein (1997), em se tratando de internet, não há censura nem política, nem criminal ou mesmo moral. Ao mesmo tempo em que a “codificação” avançou tecnologicamente ao ponto haver possibilidade de invadi-las, agora vive-se o medo de que novas técnicas de codificação permitam que criminosos internacionais (traficantes, terroristas, espões) utilizem da internet para comunicação sem controle algum.

Outro questionamento que devemos fazer é se as informações que são debatidas nos fóruns são vistas pelos membros da sociedade civil, se tem algum efeito, ou se fica somente no campo do discurso e ninguém utiliza para tomada de decisões.

Importante também é refletir sobre a checagem de informações possibilitadas pela internet e como as pessoas estão reagindo a tudo isso. Todo esse acesso ilimitado, de fato, contribui para uma participação política? Há questionamento ou apenas consumo? O que se percebe é que, na internet nos

deparamos com milhões de usuários postando mensagens, a validade da informação se perde ou não pode sequer ser encontrada.

Sobre isso, Buchstein (1997) alerta que pesquisas empíricas mostram que o usuário de internet não está apenas interessado em informação, muitos buscam apoio e afirmação. Há que ser cauteloso com qualquer previsão porque pode simplesmente ficar no determinismo tecnológico cru, mas percebo algumas razões para o prognóstico negativo: a internet começou como uma comunidade técnica com vizinhos virtuais ajudando uns aos outros. Debates online, especialmente sobre política, são geralmente mensagens de posições extremas; a medida que a identificação não é necessária, podemos ser quão anônimos quanto queremos ser; a rede apresenta um mundo irreal que nos permite criar uma ou mais identidades virtuais, geralmente as pessoas descrevem características positivas que de fato não tem.

A partir disso, podemos citar alguns aspectos negativos da internet na política: o discurso não é amigável, os debates são polarizados, a possibilidade de construção de perfis irreais, liberdade pelo entendimento de que posso tudo, entre outros.

Quando falamos na internet, é preciso ter cuidado para não generalizar, muitas vezes só se limita a um computador ligado em rede, outros fatores importantíssimos não são levados em consideração, como por exemplo, que material está sendo ofertado? Que tipo de ferramenta? O que está sendo considerado como interativo?

Sabemos que, com a web 2.0, não é a página web que importa (se quero ver vídeos, you tube; se for fotos, o flicker; espaço de discussão, o blog... e assim por diante...). O uso dessas ferramentas só foi possível porque em 2004 elas não existiam. Vê-se que as coisas mudam e tendem a se aperfeiçoar cada vez mais rápido.

Hoje as coisas estão saindo do computador e migrando para ferramentas portáteis como o celular e os recursos de cada

dispositivo devem ser analisados, as suas potencialidades, sua aplicabilidade e público que o utiliza.

Barnett (1997) afirma que as novas tecnologias oferecem grande potencial para expandir os horizontes da comunicação política e superar os problemas associados à mídia tradicional. Novas formas de comunicação podem aumentar o interesse e participação nos processos políticos o que melhoraria e enriqueceria a democracia. Mas essas *new media* também apresentam problemas, enquanto oferecem novas oportunidades para os grupos de elite, a mídia tradicional continuará a dominar o discurso e conduta política.

Percebe-se que os ambientes de conversação ocorrem em locais que as idéias são compatíveis, ou seja, eu sei que as pessoas pensam como eu e se não ocorre, eu não vou querer me desgastar em expressar minha opinião. E isso vale para qualquer tipo de assunto, principalmente no campo da política, pois há uma série de fatores que fazem com que as pessoas não discutam política, como por exemplo, o medo do isolamento, de contradizer os pares, e isso vale tanto para os espaços online como as de interação face a face.

No que se refere a democracia podemos citar quatro elementos chave neste processo: volume de informação quase infinito disponível, possibilidade de comunicação entre indivíduos (potencialmente todos podem se comunicar com todos), acesso a informação potencialmente interativa, e acesso potencialmente universal. Isto tem feito com que políticos, escritores e pesquisadores se tornem muito “animados” acerca da potencial contribuição destas novas tecnologias a democracia. (BARNETT, 1997).

Savigny (2002) afirma que a opinião pública é essencial para as elites políticas, não apenas em tempos de eleição, mas também num contexto maior de sustentação da autoridade e legitimidade. Os partidos políticos dependem do processo de comunicação para comunicar com aqueles que irão votar e legitimar eles.

O autor ainda acrescenta que a internet, proporciona um potencial para revolucionar a comunicação política e a natureza da expressão e formação da opinião pública. Tanto o meio como a mensagem estão libertos das distorções que caracterizam os canais tradicionais de comunicação política. A informação é disseminada e recebida livremente, desafiando a mídia tradicional, essa nova mídia descentraliza a produção de conhecimento e democratiza a formação de opinião através da interatividade. Entretanto a falta de controle, filtro, validação de conteúdo, comum aos meios tradicionais, podem minar sua utilidade como fonte de informação. (SAVIGNY, 2002).

Isso nos leva a analisar, também se as pessoas que estão discutindo política na internet não são os mesmos que a discutem face a face. Dentre os usos que são feitos, será que as pessoas querem discutir na internet? Percebe-se que grande parte dos conteúdos da internet são massivos, a rede acaba sendo um forma de difusão. Um exemplo que pode ser citado é que grande parte do que é baixado na rede, são os seriados da TV, que é produto massivo, da mídia de massa. O que mudou foram as telas.

A internet diminuiu barreiras de espaço, tempo e custo, mas não podemos deixar de ressaltar que o acesso desigual à tecnologia é uma barreira democrática. Embora haja controvérsia sobre o impacto da internet no plano social, cívico, político e níveis de participação, existe um acordo geral sobre os principais obstáculos enfrentados para atingir o seu potencial democrático.

O que deve ser refletido e acaba sendo pano de fundo dos pesquisadores nesta área são duas alternativas: alguns sugerem que a internet desconectará cidadãos da vida pública, enquanto que outros estudos notam que ela oferece um espaço para uma maior participação na vida pública.

Isso não quer dizer que teremos uma resposta pronta e acabada, mas que nos faz repensar sobre esses espaços, o contexto, a cultura e outros fatores que são intrínsecos a discussão político-democrática.

Conseqüentemente, podemos dizer que os espaços criados para discussão política na internet, podem virar listas de contato, de agenda, de eventos. Com isso, podemos afirmar que a internet não é uma solução, pois o lugar comum da narrativa é sempre dizer que os *mass media* fracassaram e a internet veio para resolver todos os problemas. Sabemos que isso é um discurso problemático, e, na realidade, a internet é uma transposição da mídia de massa para a internet.

Podemos concluir que a internet parece não gerar a diversidade nas vozes e nos pontos de vista na maneira que foi esperada nem o anonimato que ela proporciona libera de todos os medos que temos em enfrentar e encontrar conflitos, fazendo com que haja um repetição dos que se envolvem nas discussões políticas face-a-face e online.

Claro que não podemos deixar de enfatizar o efeito polarizador que ela vem causando não somente no campo da discussão política, mas na diversidade e heterogeneidade de conteúdos, formas e pessoas que interagem. Ela é apenas uma das formas de se discutir política. E o contraponto entre o “off-line” e o “on-line” é que pode levar a uma verdadeira democratização das discussões políticas.

Referências

- ALDÉ, Alessandra; ESCOBAR, Luciana; CHAGAS, Viktor. A febre dos blogs em política. *Revista Famecos*, 33(3), 2007, 29-40.
- BARNETT, Steven. New Media, Old Problems: New Technology and the Political Process. *European Journal of Communication*, 12(2), 1997, p. 193-218.
- BUCHSTEIN, Hubertus. Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy. *Constellations*, 4(2), 1997, p. 248-263.
- DAHLBERG, Lincoln. Democracy via cyberspace. *New Media & Society*, 3(2), 2001, p. 157-177.

- DOWNEY, John; FENTON, Natalie. New media, counter publicity and the public sphere. *New Media & Society*, 5(2), 2003, p. 185-202.
- GIMMLER, Antje. Deliberative democracy, the public sphere and the internet. *Philosophy & Social Criticism*, 27(4), 2001, p. 21-39.
- GOFFMAN, E. *Interaction Ritual*. New York: Doubleday. (1971).
- GOMES, W. Internet e participação política. In: W. GOMES e R. MAIA, *Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008, p. 293-326.
- GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Comunicação Digital: Revista Famecos*, 27, 2005, 58-78.
- KAHN, R.; KELLNER, D. New Media e Internet Activism: From the 'Battle of Seattle' to Blogging. *New Media & Society*, 6, 2004, p. 87-95.
- MAIA, Rousiley. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: W. GOMES e R. MAIA, *Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008a, p. 277-292.
- MAIA, Rousiley. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: W. GOMES e R. MAIA, *Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008b, p. 327-345.
- MARQUES, Francisco P. J. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública*, 12(1), 2006, p. 164-187.
- PAPACHARISSI, Zizi. The virtual sphere: The internet as a public sphere. *New Media & Society*, 4(1), 2002, p. 9-27.
- SAVIGNY, Heather. Public Opinion, Political Communication and the Internet. *Politics*, 22(1), 2002, p. 1-8.
- SILVA, Sivaldo P. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública, Campinas*, 11(2), 2005, p. 450- 468.

WEBER, Lori M.; LOMAKIS, Alysha; BERGMAN, James. Who Participates and Why?: An Analysis of Citizens on the Internet and the Mass Public. *Social Science Computer Review*, 21, 2003, p. 26-42.

WELLMAN, Barry; et al. Does the Internet Increase, Decrease, or Supplement Social Capital? Social Networks, Participation, and Community Commitment. *American Behavioral Scientist*, 45(3), 2001, p.436-455.

WITSCHGE, Tamara. Online Deliberation: Possibilities of the Internet for Deliberative Democracy. Paper submitted to *Euricom Colloquium Electronic Networks & Democratic Engagement*, October, 2002.

CAPÍTULO 9

DO BOA NOITE AOS NOVOS MODOS DE ENDEREÇAMENTO NA BUSCA PELA AUDIÊNCIA: UMA ANÁLISE DO JORNAL DA RECORD E DO JORNAL NACIONAL

*Taianne Santos Moreira de Souza*¹

*Cynthia Mara Miranda*²

Introdução

Considera-se aqui dois importantes produtos jornalísticos: o Jornal da Record (JR) e o Jornal Nacional (JN), ambos veiculados nos horários nobres das programações das emissoras RecordTV e TV Globo, respectivamente. É importante destacar que não se trata de uma análise comparativa, - embora em alguns momentos é possível identificar pontos em comum entre os dois - mas sim, uma descrição de como os telejornais supracitados, se comportam diante da organização temática, veiculação de conteúdo, a divulgação perante o público, como os emissores se apresentam e os diferentes modos de endereçamento das notícias, sendo estes portanto alguns critérios de análise. O acompanhamento se deu por meio das edições disponíveis na internet e pela própria TV.

Tudo começou em 1972, sob o comando de Hélio Ansaldo. Mais tarde, outros profissionais passariam pela bancada do Jornal da Record (JR), como Carlos Nascimento; Chico Pinheiro (atual ancora do Bom Dia Brasil da Rede Globo); Bóris Casoy; dentre outros. Atualmente, o JR que é exibido de segunda a sexta, às 20h40,

¹ Mestranda em Comunicação e Sociedade pela UFT. Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo:Temas Contemporâneos pelo OPAJE da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Jornalista graduada pela UFT. E-mail: Taiannejornalista22@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais (Unb), professora adjunta do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (UFT), pesquisadora do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE). cynthiamara@uft.edu.br

e aos sábados às 19h45, tem como apresentadores, os jornalistas Celso Freitas e Adriana Araújo. As edições do referido telejornal, são disponibilizadas pelo endereço eletrônico do Portal R7: <http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos> (o que veio a facilitar a nossa análise). O telejornal também é transmitido pela Record internacional e muitas das reportagens são reprisadas pelos telejornais da Record News.

Vários profissionais da comunicação também já passaram pela bancada do Jornal Nacional (JN), nesses seus quase 46 anos, dentre eles, Sergio Chapelin, Cid Moreira, Lillian Witte Fibe, Fatima Bernardes e Sandra Annenberg – essa última de forma provisória, hoje ancora do Jornal Hoje da mesma emissora – dentre outros jornalistas. Hoje, o JN é comandado por Willian Bonner, que também atua como editor-chefe e Renata Vasconcellos. Eventualmente, alguns profissionais como Alexandre Garcia e Monalisa Perrone, assumem o telejornal que tem algumas peças-chaves no quadro de repórteres como Zileide Silva e Cláudia Bomtempo. O JN é veiculado de segunda a sábado, mas os internautas podem posteriormente acessar as reportagens – que se mesclam com os anúncios – na íntegra no site g1.globo.com/jornal-nacional.

O presente trabalho tem um caráter empírico e teve na sua fase inicial, um cunho bibliográfico e exploratório referenciado em livros e artigos que subsidiaram uma melhor compreensão do gênero telejornalismo e suas dimensões. Depois de acompanhar as edições do JN e do JR, a partir de um recorte temporal de três semanas, no período de 28 de março a 16 de abril - o que corresponde a 20 edições de cada telejornal (notou-se uma presença maciça de notícias referentes ao processo de *Impeachment* de Dilma e pré-olimpíadas, o que justifica a escolha do período em questão) - deu-se a fase da inferência, sistematização e interpretação dos dados, ou seja, da Análise de Conteúdo, técnica predominante do nosso estudo, a partir dos conceitos de Bardin (1979).

A análise a seguir tem como problemática norteadora, os modos de endereçamento utilizados por cada um desses telejornais para se aproximarem dos seus respectivos público, visto que seguem linhas editoriais diferenciadas. Parte-se do pressuposto que tanto o JR quanto o JN estão indo além das fronteiras do telejornalismo e aderindo às novas ferramentas digitais, tecnológicas e de comunicação para atraírem e fidelizarem os seus telespectadores. Vale destacar que trata-se de uma relação comercial em que envolve emissores dispostos a comercializarem os seus produtos que nesse caso corresponde as notícias e que portanto, devem se atentar para as melhores técnicas de vendas, mesmo que para isso as vezes seja preciso perder um pouco da formalidade típica do telejornalismo brasileiro.

ESTRUTURA E IDENTIDADE VISUAL

Antes de pensar na estrutura do JN, recorreremos a Rezende (2000, p.38) segundo o qual “a linguagem televisiva resulta da combinação de três códigos: o icônico, representado pela imagem, o visual, o linguístico referente à língua que se fala e escreve e o sonoro, relativo à música e aos efeitos sonoros”. O formato do JN é discutido por Bucci (2000, p.30), que o intitula como “ensanduichado” em meio às novelas, “como um tipo específico de melodrama”. Bolaño e Brittos (2005, p.43), considera que o JN foi o pioneiro na televisão brasileira ao inaugurar o padrão vigente até hoje. Esse formato é considerado pela emissora, como uma inovação:

Para se diferenciar do modelo consagrado pelo Repórter Esso, que sempre terminava com a notícia mais impactante do dia, o JN concluía o seu noticiário com informações leves, de conteúdo lírico ou pitoresco. Essa matéria de encerramento era conhecida como “boa noite”, pois antecedia ao cumprimento de despedida dos locutores (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.34).

O JN é exibido de segunda a sexta com duração média de 45 minutos, divididos geralmente em 4 (quatro) blocos, intercalados por *breaks* comerciais. Para atrair o telespectador a acompanhar o referido telejornal, durante a programação da emissora (geralmente nos intervalos das novelas noturnas), os ancoras fazem chamadas gravadas e ao vivo com os destaques do jornal. As reportagens fazem uso de arquivos; artes gráficas, inclusive em 3D; fotografias; mapas; dentre outros recursos tecnológicos e de arte.

A escalada do JN geralmente é gravada – ferramenta essa utilizada por grande parte dos telejornais hoje em dia – para facilitar a edição com imagens, sobe sons, trechos de entrevistas ou *teaser* dos repórteres. Utiliza-se o recurso do BG (*background*) ao fundo, usando sempre trilha característica do telejornal. A Escalada segue um modelo padrão: sempre inicia com as notícias mais impactantes do dia e segue com frases curtas e fortes, lidas de forma alternada pelos dois ancoras (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.33).

O Jornal Nacional e o Jornal da Record possuem aspectos em comum. Os dois telejornais se assemelham no que se refere à formalidade no visual e figurinos dos apresentadores. Outra característica se refere às bancadas ao centro e na parte mais alta da redação com uma concepção cenográfica e de iluminação que traz a ideia de que o jornalismo tem que ter densidade. A exibição das redações como pano de fundo para os apresentadores se tornou uma marca registrada, presente em diferentes programas jornalísticos brasileiros. Não se poderia deixar de ser mencionado o tradicional globo terrestre ao fundo do cenário do JN que se tornou uma das marcas registradas ao mesclar em diferentes tons de azul com as faixas que representam os continentes para representar a ideia de representação de “mundo”.



Fonte: Divulgação Globo e Record (Internet)

No caso do JN, o cenário trouxe mais uma inovação. Os apresentadores agora têm a opção de caminharem pelo estúdio e interagirem com os repórteres ao vivo diante de um telão. Também é notória a presença, ao fundo de imagens em movimento ou estáticas que representam os assuntos do telejornal ou ainda cartelas e artes que vão desde dados econômicos, como os índices da bolsa de valores ou outras informações como verificado na edição do dia 14 de abril em que foi utilizado uma base com dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Ao longo dos anos, é notória a construção e a manutenção da identidade da marca JN, seja por meio dos logotipos, selos e vinhetas (que dita um ritmo inconfundível e traz mais um aspecto de

identidade com o público), o que demonstram que o telejornalismo brasileiro, aos poucos, ganha uma identidade, uma roupagem e por que não dizer, uma linguagem própria. Ainda diante desse contexto de análise, perceba pelas imagens abaixo que a logotipo do Jornal Nacional sofreu variações, mais sempre tentando trazer uma ideia de profundidade e seriedade. A seguir algumas das principais logos que fizeram parte da composição visual do JN, no qual é possível identificar que inicialmente utilizava-se a força da marca globo que ao longo dos anos foi deixada de lado para adotar apenas as siglas do telejornal.



Fonte: Internet

As logomarcas do JR E JN já se tornaram peças fundamentais dos referidos telejornais e constituem-se na identidade, já que ajudam a compor as vinhetas de abertura e de encerramento; as passagens de bloco e os respectivos cenários. Note abaixo as

semelhanças entre as logo e a proposta gráfica dos dois telejornais, no qual é possível perceber, por exemplo, que eles utilizam das mesmas cores, com o clareamento do azul nas siglas dos telejornais, um tom mais escuro ao fundo e uma linha avermelhada.



Fonte: Internet

Ainda sobre o aspecto de inovação, além dos recursos gráficos que ajudam a contextualizar e reforçar algumas informações pode-

se dizer que os dois telejornais analisados seguem o mesmo padrão de qualidade tecnológica, ao adotarem em suas transmissões o sistema em *High Definition* (HD). Essa busca pela qualidade na imagem precisa de fato se tornar uma preocupação das emissoras de TV, visto que estamos lidando com um público consumidor cada vez mais exigente e que vem migrando para as TVs fechadas ou acessando apenas conteúdos on-line.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO E OS MODOS DE ENDEREÇAMENTO

Quem nunca respondeu ao famoso boa noite do Willian Bonner? Essa expressão vai muito além de uma simples saudação, mas faz parte do contexto comunicativo e traz uma familiaridade para quem está em casa e se tornou uma marca do JN. O telejornal em questão vem ao longo dos anos, se rendendo a informalidade como ferramenta para se aproximar cada vez mais do telespectador, e assim eles buscam o reconhecimento da sua autenticidade. Diante dessa impessoalidade, característica registrada no JN, Camargo (2005), explica que:

A saudação do apresentador é a marca que nos convoca para estar em relação com ele e instaura um processo de atualização do discurso sobre os acontecimentos, fatos e eventos selecionados para compor o informativo destinado a nos qualificar enquanto sujeitos de um saber que se construirá no período delimitado pelo próprio jornal (CAMARGO, 2005, p. 10)

Nesse contexto, tomando por base pesquisadores da recepção televisiva como Morley e Brundson (1978), insere-se aqui os conceitos de “Modos de Endereçamento”, que corresponde ao que é característico das práticas comunicativas e a construção de sentido construídos pelos emissores dando ênfase aos seus respectivos receptores. São relações próprias de um programa e que estão atreladas as formas como tentam estabelecer uma experiência com

a audiência que se quer atingir, de modo a construir um estilo próprio para o telejornal. Deste modo, analisa-se aqui, como o JN e o JR convocam os telespectadores a acompanharem os programas jornalísticos em questão.

A busca pela informalidade ao chamar determinadas notícias nos dois telejornais, significa uma tentativa de “objetividade” – embora saibamos que na prática isso não existe de fato já que até a escolha das fontes já demonstra um certo direcionamento –mas também não caracteriza perda de credibilidade e nem ao menos reflete necessariamente no sentido da notícia. A postura, firmeza e os tons rígidos demonstrados pelos ancoras do JR e JN, sobretudo nas cabeças de reportagens de cunho político, social e econômico, são permanentes, se analisados todo o contexto comunicativo que nesse caso compreende o emissor, telespectador/público e as circunstâncias espaciais e temporais em que ocorre o processo de transmissão e recepção da notícia.

É possível dizer que a sociedade contemporânea é formada por migrantes digitais. Pensando nisso que, o JN e o JR estão cada vez mais, apostando nas redes sociais. O JN faz uso do *facebook* e do *Twitter* para reforçar o conteúdo e aproximar-se dos telespectadores. O JR, além dos já citados recursos de mídias sociais, ainda faz uso do *Google Plus*, do *Pinterest* e o telespectador ainda tem a opção de receber as notícias pelo celular, com postagens de fotos e vídeos dos bastidores, direto da redação, investindo na espontaneidade.



Fonte: Reprodução Twitter Willian Bonner

Na página do JR no site R7, há ainda uma seção denominada “interatividade”, onde os internautas têm a opção de enviar suas dúvidas diante dos temas abordados pelo telejornal, proporcionando uma maior comunicação entre emissores e receptores. Para se aproximarem do público, uma vez por semana, os apresentadores do *Jornal da Record* fazem o *JR Online*, onde conversam com internautas ao fim do programa na TV. O bate-papo vai desde comentários sobre o referido telejornal e até assuntos pessoais da vida dos dois jornalistas, sempre enfatizando que este é um canal, criado para ser uma extensão da bancada na casa do internauta/espectador.

Um das marcas registradas do JN e que serve como ferramenta de fidelização do público, são os *teasers* apresentados ao longo do telejornal, de modo a prender os telespectadores para as notícias que ainda virão. Como já é de praxe na Globo, eles oportunizam que seus programas anunciem o que vai rolar na programação da emissora, e como foi possível observar, com o JN não é diferente. No encerramento, eles reforçam o convite para o telespectador acompanhar a programação, ao chamarem para um programa ou novela ou ao reforçarem que mais notícias poderão ser conferidas no Jornal da Globo. Nas edições de sexta-feira, Sergio Chapelin entra em cena com os destaques do Globo Repórter e aos

sábados, os apresentadores do Esporte Espetacular também trazem as principais notícias do programa esportivo dominical.

OS MEDIADORES

Considera-se na presente seção de análise, os apresentadores, repórteres, comentaristas e correspondentes como os mediadores dos dois telejornais. Pode-se dizer, por exemplo, que a empatia transmitida pelos âncoras do JN e do JR, ajudam na construção do ideal de credibilidade na transmissão da notícia, já que ela nada mais é do que uma narrativa de um acontecimento a partir de diferentes vozes (especialistas, personagens com suas vivências, dentre outros) e pontos de vistas que se mesclam para a construção da notícia.

Os dois telejornais possuem correspondentes em países estratégicos com força econômica ou política, de modo a trazer acontecimentos relevantes de várias partes do mundo. Na edição do dia 2 de abril de 2016 do Jornal Nacional, por exemplo, a reportagem de Cecilia Malan trouxe as informações de um protesto em um bairro muçulmano de Bruxelas que teve 30 pessoas presas. O JN também trouxe na mesma edição, uma nota coberta narrada ao vivo pelo apresentador com informações das tropas sírias que encontraram cova coletiva na cidade histórica de Palmira.

Observando os âncoras do JN, William Bonner e Renata Vasconcellos, é possível dizer que eles utilizam um tom de voz mais intenso de modo a atrair a atenção para as notícias. A performance é complementada com uma postura enfática quando os assuntos são mais “sérios” e um ar mais descontraído nas chamadas de reportagens esportivas, por exemplo. Em todas as edições analisadas, verificou-se que Bonner – assim como os apresentadores substitutos – sempre ocupam o canto esquerdo do vídeo, enquanto Renata, está sempre do lado direito.

Já Adriana Araújo e Celso Freitas, âncoras do JR, demonstram pouca interação com os repórteres e parecem sempre seguir o roteiro (espelho do jornal), sem fazer acréscimos ou comentários.

Em outras palavras, os dois jornalistas se atêm ao papel de apresentadores, diferentemente de Bonner e Renata do JN que, em alguns momentos, assumem um caráter um pouco mais informal e às vezes até se arriscam a dar uns “pitacos” ou tentam mostrar certa “intimidade” ao chamar os repórteres ao vivo. Deste modo, pode-se dizer que essas performances estão muito ligadas a linha editorial proposta por cada um desses telejornais.

Quanto ao enquadramento de câmera no JN, utiliza-se o close no rosto do apresentador na escalada, durante o que chamamos de nota pé (comentário ou acréscimo de informação depois de uma notícia) e ao ler um editorial ou um comentário pessoal (geralmente feito por Bonner, que como já mencionado, também é editor do telejornal). Ainda sobre o JN, nota-se que há poucos movimentos de câmeras, exceto em algumas edições em que na abertura eles fizeram uso de uma grua que passeia pelo cenário até fechar nos apresentadores, recurso esse também utilizado no encerramento para mostrar a redação ao final. Quanto ao enquadramento dos repórteres, verifica-se que não há um padrão fixo. O que vai determinar é o ambiente, o texto, a intenção da passagem, se é ao vivo ou gravado, dentre outros critérios.

O quadro fixo da previsão do tempo do JN, comandado pela Jornalista e comentarista especializada, Maria Júlia Coutinho, chamada pelos ancoras simplesmente de “Maju”, faz uso de vídeos e fotos, mapas, cartelas com os dados da temperatura e outros recursos gráficos, aliando-se cada vez mais a tecnologia. As informações são dadas através de um bate-papo ao vivo bem informal com os ancoras do referido telejornal que conversam dos estúdios do Rio com a apresentadora do quadro, que está em São Paulo. Na edição do dia 9 de abril, a previsão ficou por conta da Jornalista Izabella Camargo.

Já no Jornal da Record, durante o período analisado, a jornalista Patrícia Costa esteve à frente do quadro da previsão do tempo. As informações são dadas de forma bem tradicional, por meio de um mapa do Brasil (no qual visivelmente nota-se o uso da

tecnologia do *chroma key*), eles trazem os principais destaques de cada região no que tange as variações das temperaturas mínima e máxima, de modo a obter uma maior abrangência dos estados brasileiros.

ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA

Nota-se que grande parte das reportagens do JR e JN são originárias do eixo-Rio-São-Paulo e da capital federal, sendo na sua grande maioria, reportagens factuais – porém ricas de recursos tecnológicos e artes gráficas –. A ordem dos telejornais são pensadas em termos de impacto que a notícia pode trazer. Os jornais em questão, sempre iniciam com as notícias mais fortes ou a mais importantes do dia e encerram com as mais leves, geralmente as de esporte ou de comportamento, e assim constrói-se o ritmo do telejornal. Quanto à estrutura dos blocos, há chamadas para avivar a memória em relação às notícias que ainda estão por vir, de modo, a prender a atenção do telespectador até o final.

A Operação Lavajato e seus desdobramentos foram pratos cheios para o JN e JR, no qual em todas as edições analisadas foram identificadas, notícias ligadas a Presidenta Dilma Rouseff, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e aos demais investigados, sempre abrindo os telejornais e fazendo uso do que chamamos no telejornalismo de “suíte”. O primeiro bloco das edições do dia 11 e 14 de abril do JN, por exemplo, foram totalmente dedicados à votação do Impeachment da Presidenta no Congresso, a repercussão em Brasília e os impactos dessa conjuntura política na economia.

Durante a cobertura prévia do processo de votação do Impeachment pelo Jornal Nacional, foi possível identificar uma aparente organização temática na estrutura das reportagens, nos quais se pode destacar: descrição do relatório favorável à abertura do processo; como funciona e um pouco de como se dá a votação no plenário; argumentos prós e contras; a relação entre o pedido e a defesa, dentre outros assuntos. O JN também contou com imagens

cedidas pela TV Câmara destacando-se a marca d'água da emissora supracitada no canto direito e superior da tela.

A estrutura dos dois telejornais seguem os modelos padrões adotados nos principais telejornais brasileiros. O JN e o JR fazem uso de diferentes formatos de apresentação da notícia, como entradas ao vivo, notas e reportagens, nesse último caso, a sua grande maioria vem acompanhada da estrutura básica constituída por cabeça, *off*, sonora, passagem, *off*, sonora, seguidas muitas vezes de nota pé com informações adicionais ou os posicionamentos oficiais de personagens citados nas matérias que não foram ouvidos ou encontrados pela equipe de reportagem, o que demonstra uma preocupação em tentar manter uma certa imparcialidade.

No quadro da previsão do tempo do Jornal Nacional, é possível identificar a preocupação em tentar abranger cidades de regiões diferentes. Na edição do dia 2 de abril, por exemplo, destacaram-se alertas de chuvas fortes em algumas capitais das regiões do Nordeste, Norte e Sul do país. Já no dia 11 do mesmo mês, eles contemplaram as regiões Norte (Belém), Nordeste (Salvador), Centro-Oeste (Brasília) e Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que essas duas cidades são sempre mencionadas).

Quanto à editoria de esporte, no Jornal Nacional, suas notícias são sempre apresentadas no último bloco. No período analisado, os assuntos mais recorrentes tratavam-se das Olimpíadas, Seleção brasileira, Fórmula 1 e os gols dos principais Campeonatos Estaduais. O Jornal da Record seguiu com as mesmas temáticas e restringiu-se aos Campeonatos regionais e aos eventos testes para os Jogos Olímpicos Rio 2016. As temáticas em questão foram abordadas por meio de reportagens e notas cobertas previamente gravadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise de conteúdo dos dois telejornais foi possível identificar que o Jornal da Record investe em uma maior

variedade de temáticas como em reportagens de cunho comportamental, educação, pautando-se em assuntos curiosos do cotidiano das grandes cidades, flagrantes, saúde (nesse caso, geralmente descobertas e testes científicos ou campanhas de vacinas), notícias policiais e de violência que fogem inclusive do eixo Rio-São Paulo, dentre outros assuntos de interesse do grande público. O JN, por sua vez, assume seu caráter político e econômico predominantemente. Nota-se também que ambos os jornais quase não trabalham com temas ligados a arte ou cultura.

É sabido que o Jornal Nacional, assim como o Jornal da Record são os carros chefes no que diz respeito ao jornalismo em suas respectivas emissoras e referências no âmbito do telejornalismo brasileiro. Embora não se trata de uma análise comparativa, mas até que ponto os dois se assemelham ou diferenciam? A identidade visual e a composição dos cenários, por exemplo, permite uma discussão quanto à tentativa do JR de se aproximar do perfil do seu principal concorrente, que é o próprio JN. Nota-se também aspectos em comum quanto aos acordos tácitos construídos para relacionarem-se com os telespectadores.

Quanto ao pacto sobre o papel do jornalismo, nota-se que o JR e o JN atendem uma das principais premissas desse campo da comunicação: a “Atualidade”. A medida que trazem notícias quentes ao longo dos telejornais e ao incorporarem novos elementos ou vozes para complementarem aquelas notícia da quais foram objetos de discussão durante todo o dia, inclusive por outras emissoras e principalmente, foi divulgada pela principal concorrente da televisão nos dias de hoje, a internet. Assim, eles conseguem vencer o imediatismo e não caem no esvaziamento do conteúdo. E nesse contexto mais uma vez insere-se a importância dos mediadores, afinal são eles que farão a ponte entre as notícias e os receptores.

REFERÊNCIAS

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. 373 p.

BUCCI, Eugênio. **A TV aos 50** - criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CAMARGO, I. **Imagem, movimento e som**: apreensão e instantaneidade na mídia. In: XVI Encontro Anual da Compôs 2005, Anais (Cd ROM). Niterói, RJ.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional** - A notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MORLEY, David; BRUNSDON, Charlotte. **Everyday Television: "Nationwide"**, London: British Film Institute, 1978;

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

CAPÍTULO 10

LEGITIMAÇÃO DA DEMOCRACIA INFORMATIVA NAS MÍDIAS SOCIAIS: O PAPEL DO JORNALISMO CIDADÃO

Lara Francielly Santos Tavares¹

Darlene Teixeira Castro²

1 INTRODUÇÃO

As interações sociais proporcionadas pelas novas tecnologias têm transformado o cenário de relações sociais em todo mundo. Com o jornalismo não tem sido diferente. As mídias sociais e a interação entre seus usuários têm acarretado em significativas mudanças no modo de se “fazer jornalismo”.

Mais do que meros espectadores e receptores da notícia os cidadãos tem o poder de emitir e difundir fatos e acontecimentos sejam por meio das mídias sociais ou nos meios de comunicação tradicionais como TV e rádio. O jornalismo cidadão é uma forma de a comunidade produzir material jornalístico mesmo sem ser jornalista.

O constante uso das mídias sociais e a intencionalidade de estar sempre conectado e informado acerca de fatos e acontecimentos que ocorrem na sua região ou no mundo fez com que os usuários (comunidade) tivessem a necessidade de serem protagonistas na produção de informações.

O público não precisa mais esperar notícias dos veículos de comunicação para ter conhecimento de fatos e acontecimentos que ocorreram ou estão em andamento seja na sua rua, cidade, estado ou em outro país. Além dos jornalistas que estão *in loco* para

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT), Jornalista e pós-graduanda na especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos-UFT.

² Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Ciência da Informação pela PUC-Campinas e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Letras (Ulbra). É professora na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cultura Contemporâneas. E-mail: darlene.tc@unitins.br.

produzir, checar e divulgar informações há ainda as testemunhas oculares que por vezes se tornam emissores de acontecimentos ao publicar/ postar informações, imagens e vídeos nas mídias sociais.

Desta forma esse trabalho surgiu a partir do seguinte questionamento: De que forma as novas tecnologias podem influenciar os veículos de comunicação na inserção de pautas na rotina diária de produção de notícias. Com a constante inserção das novas tecnologias os canais de comunicação têm criado ferramentas para que mais do que recorrerem às mídias sociais como fonte de informação, o público possa interagir diretamente com a produção dos programas de TV. Os telespectadores deixam de ser um público passivo e se torna ativo, por meio da utilização de novas tecnologias, para postar fatos e acontecimentos de interesse coletivo.

Com base nisso, revelou-se a importância em discutir como as novas tecnologias, em especial, as mídias sociais têm implicado em novas formas de “fazer jornalismo” como é o caso do jornalismo cidadão no qual a comunidade pode enviar informações e provocar discussões agendando o debate público, assim como os grandes canais de comunicação.

Para tanto, esse trabalho discute sobre a influência das novas tecnologias na produção jornalística e as ferramentas utilizadas pelos cidadãos que se tornaram mais do que receptores, mas também emissores da informação que de sobremaneira debate temáticas de cunho social.

2 A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

As mídias sociais têm mudado diariamente as rotinas jornalísticas no que concerne à produção e disseminação de notícias. Primeiramente, ao tratarmos de novas tecnologias e mídias digitais deve-se fazer a elucidação quanto à diferença entre redes sociais e mídias sociais, termos por muitas vezes utilizados como sinônimos, erroneamente.

São as ações que emergem dentro das redes sociais, pela interação entre as pessoas, com base no capital social construído e percebido que vão iniciar movimentos de difusão de informações, construção e compartilhamento de conteúdo, mobilização e ação social. E isso ocorre principalmente porque as redes sociais acabam criando e mantendo, através das ferramentas da internet, canais mais permanentemente abertos de informação e contato (RECUERO, 2010, texto eletrônico).

As mídias sociais é um conceito macro que define a utilização de redes sociais, sendo as troca de informações e “dinâmicas” que ocorrem por meio das plataformas de redes sociais, assim como afirma Recuero (2010, texto eletrônico). Desta forma, as redes sociais são “grupos sociais” nos quais os usuários das mídias sociais interagem.

As teorias do jornalismo de *newsmaking* e *gatekeeper*, que correspondem ao processo de produção e escolha de notícias, analisam critérios como atualidade, novidade, tempo e dramatização para definir o que é ou não notícia (ZAGO, 2011; JENKINS, 2009). Com base nisso, as mídias sociais são potenciais canais de comunicação da comunidade com os meios de comunicação, uma vez que oferecem informações reais, que são comprovadas por imagens e/ou vídeos, além de conteúdos “quentes”, do jargão jornalístico fato recém-ocorrido ou ainda em desenvolvimento.

A respeito das novas rotinas jornalísticas na qual os usuários são participantes ativos na produção da notícia, nem sempre é vista positivamente no meio jornalístico. Há profissionais que fazem uso dessas novas utilidades para facilitar o trabalho diário e o cumprimento do *deadline* nas redações. Porém há aqueles que não veem com bons olhos a evolução do jornalismo e classificam as novas atividades, com a participação profícua de pessoas sem formação na área – cidadãos –, como “reducionista e pejorativa” que desvaloriza a atuação do jornalista e minimiza seu papel social. Para esses, as mídias sociais são somente fonte de entretenimento e

diversão e não de conhecimento e informações jornalísticas (ZAGO, 2009).

A possibilidade do público das notícias ser ao mesmo tempo receptor e produtor de notícias tem sido alvo de discussão de Castells (2000) que sustenta o conceito de sociedade informacional. Para o estudioso, o indivíduo mais do que receptor se torna produtor de notícias ao presenciar fatos, sendo testemunha ocular, e mais do que isso, uma fonte para os jornalistas. Ademais, o indivíduo ao fazer uso das mídias sociais se torna um produtor de notícias ao postar informações em primeira mão, com seu ponto de vista, o fato acontecido.

Tal prática é o que Bruns (2011) apregoa como *gatewatching* que é a junção dos conceitos de *gatekeeping* com *watching* (editor e observador, tradução literal do inglês). Esse termo surgiu a partir das novas práticas jornalísticas, a qual o público pode ser também produtor de informações e difundi-las em diversos canais de comunicação. As mídias sociais é um deles.

As mídias sociais fazem com que as notícias sejam pluridirecionadas e com uma imensa heterogeneidade de temáticas. A participação direta da audiência faz com que o cidadão além de emitir opinião pública ainda atue diretamente no processo de cobertura jornalística. Sendo assim, a produção jornalística tem sido modificada com a pluralidade de protagonistas nos meios de comunicação, inclusive mídias sociais, sejam esses profissionais jornalistas ou não (BRUNS, 2011).

Os diversos formatos e plataformas *online* dispostos pelas novas tecnologias proporcionam aos cidadãos utilizar o que melhor se adequa ao seu perfil ou mesmo que requeira as habilidades que o usuário possui para fazer uso da plataforma. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) realizada pelo IBOPE para a Secretaria de Comunicação da Presidência da República em 2015 revelou que 48% dos brasileiros usam a internet e que 92% possuem perfis nas redes sociais.

As plataformas digitais dos telejornais nas Redes Sociais Online são apenas um dos exemplos de modelos de participação que procuram encontrar uma forma de reunir a audiência nos espaços extratelevisão convencionais, por meio de linguagem própria que busca aproximar o público da programação televisiva. Ao acessar o conteúdo desses espaços virtuais, os usuários têm a possibilidade de compartilhar vídeos da emissora de televisão, em seus sites pessoais, nas Redes Sociais. Isso acaba por colaborar com a redistribuição do conteúdo informacional nos espaços multiplataformas (CAJAZEIRA, 2014).

Ainda conforme a pesquisa, as redes sociais mais acessados no Brasil foram *Facebook*, *WhatsApp*, *YouTube*, *Instagram*, *Google+* e *Twitter*. Os círculos relacionais dos usuários proporcionam mais do que relações interpessoais, mas também a necessidade de estarem sempre conectados e interagindo com os “amigos” da rede. Mais do que isso as pessoas tendem a trocar fatos e acontecimentos da sua região postando nas redes sociais. Dessa forma, o espectador/leitor se torna emissor da notícia ao postar uma foto ou fazer um comentário sobre, por exemplo, um acidente que ocorreu na sua rua.

Afirmações estas explicadas por Recuero (2009) que sistematiza três funções das mídias sociais sob o jornalismo: atuar como fontes produtoras de informação, filtros de informação e espaço de reverberação de fatos e acontecimentos. Conforme a pesquisadora as mídias sociais promovem a circulação da notícia, geram mobilizações e debates públicos que refletem assuntos de cunho social. Essa mudança no processo de produção de notícia democratiza a produção e acesso à informação.

Redes sociais [mídias sociais] tornaram-se a nova mídia, em cima da qual informação circula, é filtrada e repassada; conectada à conversação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades. (RECUERO, 2009).

Ocorre que o meio virtual é uma extensão do meio real. A realidade do “mundo real” se virtualiza no “mundo virtual” havendo a hierarquização de discursos que ocorrem nos dois mundos. Levy (1997) explica sobre o conceito de virtualização, para o autor o ciberespaço é a virtualização do real, onde fatos do mundo real são inseridos na internet e adquirem uma realidade social que impulsionam o debate público seja social, cultural ou político.

A hiperconexão proporcionada pelas mídias sociais faz que determinados grupos sociais coloquem em pauta debates de cunho social que abrangem interesses coletivos, que por vezes, não são postos na *agenda setting* pelos grandes canais de comunicação. Debates este que podem ser regionalizados conforme a necessidade de determinado grupo em discutir certo assunto e buscar soluções perante as autoridades, já que as informações irão reverberar nas mídias sociais e conseqüentemente pautar os canais de comunicação sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais. Vai depender do tema em pauta.

Que as mídias sociais são ferramentas de mobilização social não é novidade, existem inúmeras ocasiões/eventos que nos leva a fazer tal afirmação. A teoria da *agenda setting* (MCCOMBS, 2009) revela que a mídia tende a agendar o debate público por meio de discussões que ela insere e dissemina para a sociedade pelos canais de comunicação. O mesmo ocorre nas mídias sociais onde qualquer pessoa posta uma informação que gera repercussão e se torne debate na esfera pública.

As novas tecnologias emergentes, as mídias sociais, oferecem ferramentas aos usuários que têm acesso a gravar vídeos, capturar imagens e áudios. O que torna a informação mais próxima o possível da realidade. Diversas pautas surgiram no Brasil e se tornaram debate público como as manifestações intituladas “panelaço” movidas por questões políticas. Esse tema teve bastante repercussão nas mídias sociais e entrou na pauta dos grandes veículos de comunicação como TV e rádio.

Outro debate que ganhou força nas mídias sociais *Facebook*, *WhatsApp* e *Twitter* foi o caso do estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro. Um vídeo foi divulgado em uma mídia social e obteve repercussão negativa de outros usuários que apontaram a postagem como divulgação de ato criminoso em que os autores e o usuário que postou deveriam ser responsabilizados. A postagem feita em maio desse ano obteve repercussão em canais de comunicação e agendou o debate público durante todo o período que principiou a investigação criminal. A vítima foi localizada e teve os devidos apoios institucionalizados por lei e os autores foram identificados sendo alguns deles presos.

O debate político no Brasil também foi acalentado, no mês de agosto, pelos debates das mídias sociais durante o processo de votação do *impeachment* da então presidente do país, Dilma Rousseff, a temática reverberou no *Twitter* por três dias, o que antecedeu, durante e que sucedeu a votação feita no Senado Federal, em Brasília. Além do mais, as postagens na rede social pautaram jornais impressos em todo o país. Pois manchetes postadas pelos veículos de comunicação minuto a minuto eram agrupadas e publicadas no dia seguinte nos jornais impressos.

Por meio da plataforma *Instagram* várias ONGS e instituições de cunho social movimentam campanhas de arrecadação de donativos e ajuda financeira para subsidiar suas causas. Além disso, incitam ainda o debate de questões políticas e ideológicas que podem acarretar na conscientização da sociedade ou mesmo em ações ativas para mudar o cenário descontente frente a alguma temática.

Como exemplo os perfis @mundocaslu que por meio da venda de camisetas arrecada donativos para abrigos e lares infantis; @ongmeninasdedeus que cuja finalidade é auxiliar crianças abandonadas; @pontejornalismo recebe informações que debatam sobre segurança pública, justiça e Direitos Humanos e dentre diversos outros.

Esse último faz uso do modelo de jornalismo cidadão para divulgar e disseminar informações que são postadas por seguidores no perfil do *Instagram*. As mídias sociais têm adotado esse modelo para estimular a postagem de informação da sociedade nas plataformas *online* o que gera mais pauta para os canais de comunicação e ainda dá visibilidade e voz para o debate de questões de interesse da sociedade.

3 JORNALISMO CIDADÃO: A INOVAÇÃO DOS RECEPTORES QUE SE TORNAM PRODUTORES DE CONTEÚDO

O jornalismo cidadão surgiu da expressão norte-americana *citizen journalism* que coloca o cidadão, jornalista ou não, a exercer o papel de transmitir e difundir informações de caráter jornalístico. O movimento originário dessa função surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 com o intuito de democratizar a informação, que por vezes, se concentrava nas mãos de certos segmentos sociais e assim agendavam a opinião pública. Abreu (2003) explica com a democracia participativa alcançou os detentores do “fazer jornalismo”.

Foi uma resposta à perda de leitores da imprensa escrita na concorrência com os canais de televisão, e também uma maneira de impedir o controle, cada vez maior, das máquinas partidárias sobre o debate político na mídia. Esse novo jornalismo pretendia impor uma nova agenda de opinião e se tornar o intérprete dos cidadãos quanto à hierarquia dos problemas e à escolha das soluções pela comunidade. O *civic journalism* nasceu na década de 1970 por iniciativa de um industrial de petróleo, que decidiu financiar projetos de jornalismo tendentes a enaltecer os valores democráticos. Desenvolveu-se a partir dessa experiência, orientado para mobilizar, dar a palavra aos cidadãos comuns e aos responsáveis por associações e comunidades. Baseado na afirmação dos procedimentos democráticos, esse movimento, considerava o confronto de opiniões o motor das escolhas e da deliberação na comunidade e apresentava o jornalista como o

animador dessa atividade. Esse movimento representava a democracia participativa, direta, que servia de referência nesse tipo de jornalismo (ABREU, 2003).

O público, os cidadãos, puderam mais do que somente ser receptores das notícias como ainda serem emissores de informações, fatos e acontecimentos. Hodiernamente, existem diversos termos que são utilizados para se referir ao jornalismo cidadão como jornalismo participativo, *opensource*, *participatory media* jornalismo comunitário, *network journalism* e jornalismo cívico. No entanto, por vezes eles são usados como sinônimos, o que de fato não é real. Cada termo existe sua peculiaridade, todavia, todos possui um fato em comum: são baseados na colaboração dos usuários (receptores). Esse trabalho se atém a explicar e discutir sobre o jornalismo cidadão.

O jornalismo cidadão tem se popularizado com a modernização das novas tecnologias, que pode ser acessada por um aparelho de celular, não é preciso ter modernos equipamentos para gravar vídeos, fazer imagens, áudios e demais formatos de arquivos. O jornalismo 3.0 surgiu com o advento dos meios sociais de comunicação disponíveis na internet.

Antes os meios de comunicação utilizavam o padrão *one-to-many* (um para muitos, tradução literal) que era feita por meio de cartas, telefone, email etc, atualmente esse padrão mudou para o *many-to many* que é feita de “muitos para muitos” já demonstra a capacidade de produção de informações que são lançadas nas mídias sociais diariamente (GILL MOR, 2004). O fluxo de informações é infinito bem como as possibilidades de interação entre os usuários.

As novas tecnologias proporciona ao cidadão um palco no qual suas opiniões e registros de fatos e acontecimento possam ser difundidos e visto por espectadores e leitores em todo mundo. “O ciberespaço encoraja uma troca recíproca e comunitária, enquanto as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros” (LÉVY, 1999)

A midiaticização dos meios de comunicação fez com que o jornalismo cidadão tivesse legitimação não somente nos meios digitais, mas também nos meios de comunicação tradicionais como TV. A convergência das mídias é um padrão atual utilizado pelo jornalismo para atingir uma maior audiência e estar presente em diversos canais. Os veículos de comunicação fazem uso de diversas plataformas e mídias sociais para distribuir, circular e compartilhar informações (JENKINS, 2009).

Como é o caso do telejornalismo que usa ferramentas digitais para interagir com os espectadores e ainda obter sugestões de pautas e conteúdo noticioso, gerando assim um fluxo de informações contínuo e fazendo uso de narrativas transmidiáticas. Os telejornais têm utilizado do jornalismo cidadão para agregar pautas e buscar respostas para problemas sociais denunciados pela comunidade por meio de aplicativos baixados gratuitamente em lojas virtuais. Temos diversos exemplos de afiliadas à Rede Globo de Televisão que fazem uso dessa ferramenta, no estado do Tocantins tem o QVT, no Rio Grande do Sul tem o VC no G1 RS, no Piauí, Vc no P1TV.

Para participar basta o usuário enviar um vídeo, imagem ou sugerir uma pauta no aplicativo como pode-se observar nas imagens 1 e 2.

Imagem 1: Foto TV Anhanguera



Fonte: *Print Screen* aplicativo.

Imagem 2: VC no PITV



Fonte: *Print Screen* do site TV Clube.

Os telejornais têm utilizado diversas plataformas e interfaces digitais para coletar conteúdo informacional. Como a Inter TV afiliada da Rede Globo no Rio de Janeiro que oferece aos

telespectadores um número de *WhatsApp* para que a comunidade envie imagens, vídeos, sugestão de pautas e comentários que podem ser lidos pelo âncora (apresentador) durante a exibição do telejornal. Assim como postar informações e interagir pelo *Facebook*, conforme demonstrado na imagem 3.

Imagem 3: Inter TV disponibiliza número de *WhatsApp* para telespectadores



Fonte: *Print Screen* do site TV Inter TV.

Por meio dessas ferramentas pode-se verificar o que Benevides (2003) denomina cidadania ativa na qual a sociedade tem consciência de participação política, defende o exercício de seus direitos, além de participar diretamente na dinâmica social de difusão de conteúdo jornalístico. O modelo de jornalismo cidadão apregoa uma linguagem direta e clara que pode ser entendida por todos. Além de disseminar informações de forma mais ágil e eficiente, já que os conteúdos apresentados nos telejornais são de interesse da audiência.

Além da audiência para ter informações a respeito de determinado assunto, o público-alvo ainda terá o interesse em assistir ao noticiário para ver uma postagem, sugestão ou vídeo/imagem postado por ele sendo noticiado na TV. Ademais, a iniciativa do público – sociedade – em exercer uma função ativa na

busca de informações, respostas e soluções a problemas de cunho social demonstra o papel social exercido pelo jornalismo cidadão.

Conforme afirma Cajazeira (2014) as mídias sociais são canais legítimos de sociabilidade, assim como a TV, rádio e jornalismo impresso, sendo que potencializam a disseminação de informações, *a priori*, com a participação do público que agenda temáticas a serem abordadas pelos tradicionais canais de comunicação.

Os critérios tradicionais de pauta de notícias têm sido modificados com o acréscimo de novos elementos à percepção dos jornalistas criando assim um novo *habitus* (DEL BIANCO, 2004; BOURDIEU, 1983). Novos valores são incorporados à produção jornalística que não é feita unilateralmente com a visão do jornalista. Essa visão é pluridirecionada ao jornalista, ao usuário das mídias sociais e demais produtores dos canais de comunicação.

Configura-se como veículo de ampla repercussão social, que impulsiona a democratização de informações, em qualquer formato (texto, áudio, imagem) e a custo zero, geradas por indivíduos “comuns”, independentemente de características individuais e sociais. (TARGINO; CARVALHO; GOMES, 2008, p. 52)

Um programa, em especial, que sempre faz uso de temáticas em voga nas mídias sociais postadas por pessoas “comuns” que pautam discussões feitas pela apresentadora e seus convidados é o Encontro com Fátima Bernardes da Rede Globo. No dia 10 de outubro de 2016, o programa convidou um professor de sociologia que foi questionado “Professor, o senhor é gay?”, na oportunidade o professor problematizou o tema de gênero e sexualidade para os alunos. A discussão reverberou nas redes sociais e chamou a atenção da produção do programa que trouxe a pauta.

Imagem 4: Pergunta para professor de sociologia reverbera nas mídias sociais com a temática gênero e sexualidade



Fonte: *Print Screen* da página do programa

Conforme a entrevista do professor ao programa, que pode ser conferida pelo site do programa na íntegra, ele fez um texto com alguns questionamentos e repostas sobre a cultura machista dos estereótipos de ser ou não homossexual. Com isso, diversas pessoas comentaram sua postagem que reverberou nas redes sociais.

Mais do que noticiar informações “quentes” podemos observar que as mídias sociais criam um palco de debate de questões políticas, caso do panelaço; sociais, pautas da TV; e ainda sociais e culturais como o caso do professor de sociologia.

Castells (2001) coloca que a internet estabeleceu novos paradigmas e formas de comunicação que reflete na mudança de toda a sociedade. As relações mantidas no mundo virtual não visam somente a troca de informações, mas estabelece laços nos quais os usuários/ pessoas irão debater questões relacionadas à sua vida como trabalho, educação, política, cultura e tudo mais.

Os usuários partilham experiências e vivências que sendo de cunho social ou não podem virar pauta sob a visão dos canais de

comunicação. Com a necessidade dos usuários de estarem sempre informados, os meios de comunicação precisam estar publicando ininterruptamente informações “frescas” para os ávidos leitores das redes sociais, que mais do que entretenimento buscam também informações e conhecimento.

4 APONTAMENTOS FINAIS

Pode-se observar que a internet é uma ferramenta colaborativa de pauta para os canais de comunicação. Os receptores mais do que sujeitos passivos tornaram-se ativos no processo de produção de informações. Os canais de comunicação estão suprindo essa necessidade social do indivíduo que percebe o mundo a sua volta e age de maneira que possa mudar sua realidade.

Críticas, sugestões, investigações e divulgação de ações com resultados positivos são postados nas plataformas *online*, ininterruptamente. Os canais de comunicação viram nessas plataformas digitais, mídias sociais, uma manancial de informações que podem ser utilizadas e colocadas em pautas na sociedade.

De maneira transmidiática a TV faz uso das sugestões de pautas dos telespectadores por meio de aplicativos nos quais o público pode participar ativamente das reportagens que irão ao ar ao fazerem postagens com sugestões de pauta, que na maioria dos casos, são de cunho social. *Práxis* esta que alcança a real função social do jornalismo e ainda dá o retorno e visibilidade que os meios de comunicação necessitam no mercado de comunicação. O público terá seu interesse colocado em pauta na agenda midiática e ainda dará maior audiência ao canal.

Sem dúvida tem ocorrido a reconfiguração da produção jornalística devido à adoção de novas tecnologias digitais de comunicação e informação. O que implica em mudanças significativas no modo de “fazer jornalismo”, conforme as exigências da instantaneidade e inovação.

É inegável a função das mídias sociais em promover o debate público e agendar temáticas na agenda pública dos grandes canais de comunicação. Observou-se que o jornalismo cidadão por meio das mídias sociais promove a democracia informativa na qual a sociedade exerce papel ativo em busca de direitos e mais do que isso em disseminar informações e acontecimentos sobre fatos de cunho social.

Referências

- ABREU, Alzira A. (2003) – **Jornalismo Cidadão**. Estudos Históricos, Mídia. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/339.pdf>
- BENEVIDES, M. V. M. **Cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. 2 ed. São Paulo: Ática, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de teoria da prática**. In ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.
- BRUNS, Axel. **Gatekeeping, Gatewatching, Realimentação em Tempo Real**: novos desafios para o Jornalismo⁰¹. Brazilian Journalism Research – v. 7 - Número 1I – 2011.
- CASTELLS, Manuel. **La Galáxia Internet – reflexiones sobre Internet, empresa y sociedad**. Barcelona: Areté, 2001.
- CAZAJEIRA, Paulo Eduardo Silva Lins. **A audiência convergida do telejornal nas Redes Sociais**. Trabalho de Pós-doutoramento. Universidade da Beira Interior, 2014.
- DEL BIANCO, Nelía R. **A Internet como fator de mudança no jornalismo**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo , v. 27, n. 2, p. 133-147, jul, 2004.
- FINGER, C. (2013). **O telejornal em qualquer lugar: uma sondagem sobre a recepção de notícias nos dispositivos portáteis**. Disponível em: www.ucs.br.
- GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

JENKINS, Henry. **Cultura de convergência**. Tradução de Susana Alexandria. – 2. Ed. – São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre (1996). **O Que é Virtual?**. Rio: Editora 34.

_____. (1999), **Cibercultura**, São Paulo: Ed. 34.MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda : a mídia e a opinião pública** / Maxwell McCombs ; tradução de Jacques a. Wainberg. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

RECUERO, Raquel. **Mídias x Redes Sociais**. Site Raquel Recuero – Social Media, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: http://www.raquelrecuero.com/arquivos/midia_x_rede_social.html.

_____. **Discutindo redes sociais e jornalismo na internet**. 2009. Disponível em: <http://www.jornalistasdawebr.com.br/2009/02/14/discutindo-redes-sociais-e-jornalismo-na-internet/>. Acesso em 20 fev. 2016.

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TARGINO, M. das G.; CARVALHO, C. P. de; GOMES, A. D. Centro de mídia independente Brasil: jornalismo cidadão e democracia representativa. **Revista Comunicação e Inovação**, v. 9, n. 16, 2008. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/700. Acesso em: 18 out. 2016.

ZAGO, Gabriela. **Informações Jornalísticas no Twitter: redes sociais e filtros de informações**. Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília, 2011.

CAPÍTULO 11

COMUNICAÇÃO RELIGIOSA NA SOCIEDADE LÍQUIDA: APONTAMENTOS FILOSÓFICOS E TEOLÓGICOS

João Paulo Fernandes dos Santos Veloso¹

Nelson Russo de Moraes²

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é apontar como a comunicação religiosa está lidando com a sociedade líquida. O termo, cunhado pelo sociólogo Zygmunt Bauman, falecido recentemente, significa a fragmentação dos valores e instituição outrora considerados “sólidos”. A religião, com o seu modo próprio de comunicar seus valores, está atenta a essa mudança de paradigmas da sociedade no século XXI?

Esse artigo usa como base apontamentos da filosofia da comunicação, essenciais para o desenvolvimento da prática católica no campo da evangelização. De fato, a Igreja Católica, objeto desta pesquisa, utiliza um arcabouço teórico-filosófico em suas linhas de ação. Também trará, naturalmente, apontamentos da teologia católica que justifiquem a atual prática da Igreja Católica no campo da comunicação.

No primeiro capítulo se apresenta os fundamentos da comunicação religiosa. No segundo capítulo se discorre sobre a

¹ João Paulo Veloso é Jornalista formado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pós-graduando em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos, também pela UFT. Graduou-se em Teologia pelo Instituto Mater Dei da Província Eclesiástica de Palmas, onde atua como professor. É Administrador Paroquial da Paróquia Santa Teresa, em Santa Tereza do Tocantins. Desde 2009 atua como Coordenador do Setor de Comunicação da Arquidiocese de Palmas e desde 2013 é assessor do Ministério de Comunicação Social da Renovação Carismática Católica do Brasil. E-mail: jpauloveloso2@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela UFBA, Mestre em Serviço Social pela UNESP, Graduado em Administração pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP. Professor do Curso de Graduação em Administração e do Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento, UNESP-Tupã. E-mail: nelsonrusso@tupa.unesp.br.

comunicação na era líquida. Finalmente, no terceiro capítulo, aborda-se a questão teológica da comunicação católica.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Partindo do parâmetro teórico, verificou-se a prática da Igreja através dos apontamentos pastorais oferecidos pelos papas Bento XVI e Francisco, autoridades máximas do catolicismo.

FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO RELIGIOSA

A comunicação não é um apêndice da vida do homem. Ela é parte essencial de sua existência, tão vital quanto comer e respirar. Por ser um animal social, o homem necessita comunicar a si próprio, através de relacionamentos, de diálogo, do encontro com o outro. Através da troca de experiências e do embate com o que é diferente de si, a humanidade produziu cultura, técnica e progresso. Nada disso teria sido possível se não houvesse uma comunicação que interligasse as vontades e os anseios de cada um de nossos ancestrais.

Pena (2005) afirma que o fundamento mais rudimentar da comunicação é baseado no tripé meio-mensagem-receptor. Para existir comunicação é necessário que exista um meio (visual, auditivo, cibernético) que entregue uma mensagem (signos, sinais, códigos) a um receptor (pessoa, audiência, massa). A comunicação falha quando há algum tipo de ruído no meio (impresso não lido, televisão desligada, pacote de dados esgotado), na mensagem (código truncado, má qualidade, outro idioma) ou no receptor (falta de interesse, incapacidade cognitiva, antipatia).

Não se pode afirmar, concretamente, que haja uma “Filosofia da Comunicação”. Não no sentido correlacionado às outras filosofias, como “Filosofia das Religiões” ou “Filosofia da Política”. De fato, a Comunicação, enquanto disciplina teórica, engloba não só a Filosofia, mas também estudos da Política, da Sociologia, da Semiótica e da Antropologia, entre outras cadeiras acadêmicas, conforme aponta Jensen (online).

Portanto, é mais adequado falarmos sobre “Teorias da Comunicação”. Desde que os estudos científicos sobre comunicação começaram a ser realizados, dezenas de escolas teóricas surgiram para desvendar os meandros que permeiam as relações comunicacionais, bem como para potencializar a efetividade de determinado tipo de comunicação.

Partindo do clássico “emissor envia mensagem através de um meio para um receptor”, várias teorias surgiram para explicar as consequências da comunicação na vida de uma pessoa. Pena (2005) apresenta uma lista com as principais dessas teorias: a Teoria da Agulha Hipodérmica (a mensagem chega ao receptor sem nenhum tipo de filtro, uma vez que sua individualidade está perdida na massa); a Teoria de Laswell (comunicação intencional, voluntária e isolada, sem feedback entre receptor e emissor); a Teoria da Persuasão (o receptor filtra a mensagem, de forma que a mídia não o manipula, mas sim o persuade); a Teoria Empírica de Campo (a mídia tem influência indireta sobre as decisões do receptor); a Teoria Funcionalista (estuda o função da mídia na sociedade, e não os seus efeitos); a Teoria Crítica (conceito de indústria cultural); a Teoria Culturoológica (pesquisa a natureza da cultura das sociedades).

Todas essas teorias estão alinhadas aos meios tradicionais de comunicação (rádio, TV, imprensa, cinema), cuja participação do receptor é mínima ou até mesmo nula. A comunicação religiosa, segundo Martino (2005), ainda está atuando segundo essas Teorias da Comunicação.

Martino (2005, p. 10) também afirma que a origem etimológica do próprio termo “comunicação” é eclesiástica:

No universo do cristianismo antigo, onde a vida eclesiástica era marcada pela contemplação e isolamento, considerada na época como uma condição para conhecer Deus, duas tendências interpretavam este isolamento de maneira diferente: os "anacoretas" e os "cenobitas". Os primeiros cultivavam a solidão mais radical e viviam de forma completamente individual; ao

contrário destes últimos, que optaram por uma vida em comunidade, os conventos ou mosteiros, também conhecidos por cenóbios (do grego *koenóbion*), "lugar onde se vive em comum". No mosteiro aparecerá uma prática que recebeu o nome de *communicatio*, que é o ato de "tomar a refeição da noite em comum", cuja peculiaridade evidentemente não recai sobre a banalidade do ato de "comer", mas de fazê-lo "juntamente com outros" reunindo então aqueles que se encontravam isolados. A originalidade dessa prática fica por conta dessa ideia de "romper o isolamento", e nisto reside a diferença entre a *communicatio* eclesiástica e o simples jantar da comunidade primitiva. Não se trata pois de relações sociais que naturalmente os homens desenvolvem, mas de uma certa prática, cuja novidade é dada pelo pano de fundo do isolamento. Daí a necessidade de se forjar uma nova palavra, para exprimir a novidade dessa nova prática.

Nascida no âmbito eclesiástico enquanto conceito e prática, a comunicação religiosa é marcada principalmente pelo afã de conquistar mais adeptos à doutrina defendida por cada instituição. Na obra *Mídia e Poder Simbólico*, Martino (2005) sustenta que "o uso ostensivo dos meios de comunicação tornou-se uma condição fundamental de existência e manutenção das atividades religiosas da sociedade atual". Também Dom Murillo Krieger (2007) corrobora este pensamento ao dizer que "a utilização dos meios de comunicação é importante não apenas para se atingir um maior número de pessoas; é necessária porque a própria evangelização da cultura moderna depende, em grande parte, de sua influência".

A Igreja Católica, através do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil (CNBB, 2014), em seu parágrafo 28, reconhece a necessidade de uma comunicação religiosa:

Para muitos, a realidade corresponde ao que é construído pelas mídias. O que as mídias não reconhecem explicitamente torna-se também insignificante. Assim, indivíduos ou grupos podem ser submetidos a um 'silêncio total' ao serem ignorados pelas mídias. A voz do Evangelho também pode ser ignorada e reduzida ao

silêncio. Daí a importância de os cristãos serem capazes de anunciar a Palavra e de dar voz aos que dela são privados.

Se na primeira metade do século XX a Igreja Católica contava com uma grande penetração mundial através dos meios tradicionais de comunicação (rádio, cinema e jornal), nos anos 90 ela viu o avanço sistemático de outras instituições cristãs através da televisão e da internet, principalmente. Nesse primeiro quarto do século XXI, temos uma difusão de novas formas de comunicar, além de um aparato simbólico completamente novo, líquido. Como medir a efetividade da comunicação religiosa nesse novo modelo de sociedade?

A COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE LÍQUIDA

O grande teórico da “sociedade líquida”, Zygmunt Bauman (online 2013), explica esse conceito dizendo que

Tudo está agora sempre a ser permanentemente desmontado, mas sem perspectiva de nenhuma permanência. Tudo é temporário. É por isso que sugeri a metáfora da "liquidez" para caracterizar o estado da sociedade moderna, que, como os líquidos, se caracteriza por uma incapacidade de manter a forma. Nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades "auto-evidentes".

Os agentes de comunicação, dentro dessa perspectiva líquida, precisam reelaborar suas técnicas e conceitos para alcançar um mínimo de efetividade. Em um universo no qual toneladas de informação estão disponíveis a um toque de dedo numa tela de celular, que critérios serão utilizados para cativar o receptor?

Nessa sociedade líquida pós-moderna, imersa em um abismo de relativismo moral e ético, a comunicação religiosa pode parecer inoportuna, enfadonha, estreita. A religião, por si mesma, é

vista com desconfiança. Na liquidez moral, ter uma espiritualidade é imperativo; ter uma religião é pecado mortal. Eis o desafio daqueles que se propõem a fazer comunicação religiosa.

Uma Comunicação Democratizada

Com o advento das mídias digitais e a popularização do acesso à internet, a comunicação está passando por um processo de democratização sem precedentes na história da humanidade. Não é mais necessário adquirir o jornal da manhã nem ligar a televisão para se manter informado sobre o que acontece no mundo. Hoje, qualquer pessoa pode ter acesso a informação de uma forma livre e, ao mesmo tempo, ser o produtor de conteúdo.

Novas Teorias da Comunicação estão surgindo para compreender as implicações existentes no fato do indivíduo ser, ao mesmo tempo, emissor e receptor; produtor e consumidor de conteúdo; fonte de informação e destinatário da mensagem.

A grande desvantagem da democratização da comunicação é que não se há mais uma segurança de fontes. Pouca coisa é confiável na internet. A proliferação de boatos e palavras atribuídas falsamente a personalidades são assombrosas. Não há um filtro claro no discernimento de informações. Aqui, é o nível cultural do indivíduo que irá preservá-lo de consumir uma informação falsa.

Essa democratização surge ao mesmo tempo em que se liquefazem os valores tradicionais. É impensável para um indivíduo receber passivamente uma comunicação. Ele quer comentar, ele quer opinar. Ele quer mostrar que não aceita prontamente tudo o que lhe entregam e, mesmo sem saber nada sobre o assunto, ele fala algo. Não há instituições com credibilidade o suficiente para convencer a priori um usuário mediano de internet. Mesmo porque até o conceito de credibilidade é líquido hoje em dia.

Uma rede social é caracterizada, sobretudo, pela sua horizontalidade: não há um grande emissor que produz conteúdo para uma gama de receptores; pelo contrário, a produção de

conteúdos é realizada por todos os membros da rede, que se influenciam mutuamente. Além disso, a estrutura da rede social é, assim como a própria sociedade pós-moderna, líquida. Duarte (2008) corrobora essa visão ao dizer que "redes não são apenas uma outra forma de estrutura, mas quase uma não estrutura, no sentido de que parte de sua força está na habilidade de se fazer e desfazer rapidamente".

Há diversos tipos de redes sociais, como as dedicadas aos relacionamentos, ao mundo corporativo/profissional, às comunidades e à política. O fato de todas elas serem virtuais denota o fenômeno que o sociólogo Zygmunt Bauman (online 2016) nomeia como "fragmentação da vida": "a rede é mantida viva por duas atividades: conectar e desconectar. O atrativo da 'amizade Facebook' é que é fácil conectar, mas a grande atração é a facilidade de desconectar. Na relação frente a frente e olho no olho, quebrar as relações é traumático, porque é preciso ter razões ou inventar desculpas, mentir etc. Na internet a ruptura é fácil".

A comunicação religiosa se vê diante de mais um desafio: como transmitir uma mensagem com efetividade em um ambiente que certamente será contestada?

APONTAMENTOS TEOLÓGICOS

A Igreja existe para evangelizar. Baseados na ordem do Senhor, os cristãos de todos os tempos têm usado dos meios disponíveis em cada época para cumprir o mandato missionário que lhes foi confiado: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo" (Mateus 28,18-20).

A comunicação deve, portanto, ser entendida também dentro do âmbito teológico. Este não é um tema novo dentro da Teologia, pois sempre esteve presente na reflexão sobre a Trindade,

Jesus Cristo, o Espírito Santo e a Igreja. Santo Irineu, por exemplo, afirma que o Espírito Santo é a comunicação de Cristo (Contra os Hereges III 24, I). No entanto, apenas com a Instrução Pastoral Comunhão e Progresso, de 1971, o Magistério analisa a comunicação sob a perspectiva da revelação divina. Zolin (2010) afirma que “embora a sua abordagem esteja centrada nos meios de comunicação, o documento não se limita a dar um valor simplesmente ético e pastoral a esses meios, oferecendo elementos fundamentais para uma reflexão teológica”.

A Criação como Comunicação do Amor da Trindade

Um dos aspectos da Teologia da Comunicação que deve ser citado é o relato da criação, do livro do Gênesis. Nele, pode-se perceber que o ato criador é uma iniciativa de comunicação que parte de Deus, a qual a humanidade responde com o assentimento da fé. O parágrafo 34 do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil (CNBB, 2014) afirma que

Na criação do homem e da mulher e de todos os seres, Deus revelou-se como autor e comunicador da vida na sua expressão mais ampla e profunda. O Criador revela-se à humanidade e comunica seu projeto de amor para o primeiro homem e a primeira mulher, conferindo-lhes a missão de serem colaboradores e continuadores do projeto da criação. Portanto, comunicação é dom de Deus, é relação que se estabelece entre o Criador e suas criaturas.

Deus-Trindade comunica sua vida e felicidade ao dar ordem ao caos do universo e ao criar o ser humano à sua imagem e semelhança. Martínez, citado por Zolin (2010), salienta que

Deus cria com a Palavra, cria falando, pronunciando uma Palavra eficaz, comunicando-se. “Deus disse... E assim se fez”. E “denominou Deus cada coisa com o seu nome”. Estas são algumas expressões que constituem a estrutura do relato sacerdotal. A

teologia da criação associa esta última com a Palavra, com a fala, com a comunicação oral. A criação é o resultado de uma Palavra eficaz pronunciada por Deus.

Esta “Palavra” eficaz tem um nome: é o Verbo encarnado.

Jesus, o Verbo do Pai

A Igreja manifesta sua plena consciência de que Jesus Cristo é o perfeito comunicador do Pai. O Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil (CNBB, 2014) em seu parágrafo 42 afirma que

Por intermédio do seu Filho, Deus revela seu grande amor pela humanidade e comunica Seu plano de salvação para todos. Colocando o mundo e o ser humano como “outro de si”, Deus institui a possibilidade de um autêntico diálogo entre o Criador e a criatura que atinge seu auge na encarnação: “E o Verbo se fez carne e veio morar no meio de nós”. Deus realiza aqui um salto comunicativo de qualidade: com seu Filho, Jesus de Nazaré não dialoga por meio de um anúncio invisível sob a tenda da reunião dos sábios ou no templo da antiga aliança, mas com a presença pessoal de seu Verbo eterno, o Filho amado, que precisa ser escutado e seguido. Na entrega do seu Filho único para a salvação da humanidade, Deus comunica de maneira plena e eterna Seu projeto de comunicação para todos os Seus filhos.

Na perspectiva da Teologia da Comunicação, Jesus Cristo é o parâmetro para todo e qualquer tipo de comunicação religiosa. No Evangelho de João, Jesus Cristo afirma ser “o caminho, a verdade e a vida” (14,6). Utilizando a base clássica da Teoria da Comunicação, associa-se o “meio” ao “caminho”, a “mensagem” à “verdade” e o “receptor” à “vida”, de modo que a comunicação religiosa autêntica acontece quando o Evangelho é anunciado (mensagem/verdade) de uma forma ética e criativa (meio/caminho) gerando uma transformação plena em seu destinatário (receptor/vida).

A ação da Igreja Católica

A Igreja Católica tem, segundo o seu Catecismo (2002), a vocação primaz de evangelizar, reconhecendo nos meios de comunicação social os instrumentos necessários para o cumprimento deste dever.

Após o Concílio Vaticano II (1962-1965), durante a reforma da Cúria Romana, foi criado o Pontifício Conselho das Comunicações Sociais, órgão que normaliza o uso dos meios de comunicação dentro da Igreja e denuncia os abusos das mídias seculares. Entretanto, mesmo antes deste período a Igreja já utilizava a mídia como forma de evangelizar, como a Rádio Vaticana, do início do século XX e o jornal L'Osservatore Romano, do final do século XIX.

Mas, somente após o citado Concílio, a Igreja Católica percebeu a real importância de se utilizar os meios de comunicação de massa com profissionalismo. Em 1975, o papa Paulo VI (online) disse em uma exortação apostólica que “a Igreja sentir-se-ia culpável diante do seu Senhor, se não lançasse mão desses meios potentes que inteligência humana torna cada dia mais aperfeiçoados. Neles encontra uma versão moderna e eficaz do púlpito”.

Nesta perspectiva, surgiram vários meios de comunicação a serviço da Igreja Católica no mundo inteiro. No Brasil, há redes de televisão (TV Canção Nova, TV Rede Vida, TV Aparecida, TV Século XXI), rádios AM e FM, websites, jornais paroquiais, revistas.

A Evangelização na Era Digital

Em dezembro de 2012, o então papa Bento XVI lançou um perfil na rede social Twitter, que em apenas um mês contava com mais de 2,5 milhões de seguidores. O pontífice, em sua Mensagem para o 47º Dia Mundial das Comunicações (DMC), em 2013, disse que “o ambiente digital não é um mundo paralelo ou puramente virtual, mas faz parte da realidade quotidiana de muitas pessoas, especialmente dos mais jovens” (BENTO XVI, online). Assim, em seu

ofício de pastor, ele quis se aproximar dessa significativa parcela de fiéis através desse ambiente. Atualmente essa conta é utilizada pelo Papa Francisco e conta com quase 9 milhões de seguidores.

Ainda naquela mensagem, o papa Bento XVI (online) ofereceu algumas orientações de ordem prática de como utilizar as redes sociais com sabedoria. Ele claramente indica que, muitas vezes, a mensagem do evangelho é mal apresentada, ou apresentada em nível inferior, comparando-se com a mensagem da cultura de morte que pode ser visualizada nas redes: “Às vezes, a voz discreta da razão pode ser abafada pelo rumor de excessivas informações, e não consegue atrair a atenção que, ao contrário, é dada a quantos se expressam de forma mais persuasiva”. No entanto, prossegue o papa (BENTO XVI, online), a solução para isso não é usar a mesma moeda do sensacionalismo, pois “mesmo no ambiente digital, onde é fácil que se ergam vozes de tons demasiado acesos e conflituosos e onde, por vezes, há o risco de que o sensacionalismo prevaleça, somos chamados a um cuidadoso discernimento” e que “uma comunicação eficaz, como as parábolas de Jesus, necessita do envolvimento da imaginação e da sensibilidade afetiva daqueles que queremos convidar para um encontro com o mistério do amor de Deus” (BENTO XVI, online).

Ainda, o pontífice esclareceu que a evangelização através das redes sociais nem sempre precisa ser explícita, retomando a mensagem para o DMC de 2011. Ela acontece, principalmente, através dos conteúdos cotidianos produzidos pelos usuários. Estes conteúdos revelam a índole e a opção fundamental pelo Evangelho de cada um: “Tal partilha consiste não apenas na expressão de fé explícita, mas também no testemunho, isto é, no modo como se comunicam ‘escolhas, preferências, juízos que sejam profundamente coerentes com o Evangelho, mesmo quando não se fala explicitamente dele” (BENTO XVI, online). Em outras palavras, a evangelização acontece através de cada “retweet”, “curtir” ou “compartilhar”, e também através da forma como o usuário se apresenta nas redes. Produzir ou reproduzir conteúdos coadunados

com a cultura de morte ou apresentar a si mesmo de forma contraditória ao ensinamento moral da Igreja revelam um contratestemunho por parte dos batizados e um mau uso das redes sociais.

O papa Francisco (online), na mensagem para o DMC de 2014, solicitou a todos os comunicadores do mundo que, ao utilizar as mídias e as redes sociais, a cultura do encontro possa ser promovida e favorecida. Para o pontífice, a comunicação religiosa deve servir para criar pontes e aproximar as pessoas.

CONCLUSÃO

Na perspectiva pastoral, deve-se levar em conta que a evangelização não pode prescindir do uso adequado dos meios de comunicação. A comunicação religiosa deve ser feita da melhor forma possível, a fim de que a mensagem de Jesus Cristo possa alcançar o maior número de pessoas e a Igreja possa cumprir o seu mandato missionário, segundo o pensamento corrente do papa Francisco.

A comunicação religiosa tem, no entanto, se deparado com as dificuldades inerentes ao novo modelo de sociedade no século XXI. Tradicionalmente promotora de valores sólidos, portadora de uma Verdade (com letra maiúscula), a Igreja Católica ainda não parece ter descoberto a linguagem ideal para transmitir sua doutrina ao homem líquido que, desprovido de sentido e de verdades imutáveis, não consegue aceitar uma doutrina que, a priori, é impositiva.

Levando em consideração o que já foi exposto nesse artigo, elenca-se aqui dez atitudes equivocadas em termos de comunicação religiosa: ignorar o fato evidente de que o ser humano é relacional e comunicativo; negligenciar a formação em comunicação dos agentes de pastoral (seminaristas, padres, religiosos(a), catequistas); depender sempre de voluntários; produzir peças de comunicação de forma amadora; não criar pastorais de comunicação nas paróquias;

não dar o suporte necessário para uma pastoral de comunicação diocesana; não investir em qualificação técnica e estrutural; pensar que todos absorverão tudo o que é emitido; pensar que o básico da mensagem cristã é suficientemente conhecido; pensar que perfis pessoais não têm nada a ver com a Instituição.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **A sociedade líquida**. ONLINE. Disponível em < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/4_Encontro_Entrevista_A_Sociedade_Liquida_1263224949.pdf > Acesso em 21/02/2016.

_____. **Laços humanos são bênção e maldição**. ONLINE. Disponível em <<http://migre.me/cYQe8>>. Acesso em 25/01/2013.

BENTO XVI. **Mensagem para o 47º Dia Mundial das Comunicações**. ONLINE. Disponível em < http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/communications/documents/hf_ben-xvi_mes_20130124_47th-world-communications-day.html >. Acesso em 24/02/2016.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2002.

CNBB. **Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil**. Brasília: Edições CNBB, 2014.

DUARTE, F. **O Tempo Das Redes**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

FRANCISCO. **Mensagem para o 48º Dia Mundial das Comunicações**. ONLINE. Disponível em < https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html >. Acesso em 24/02/2016.

JENSEN, K. **Teoria e filosofia da comunicação**. ONLINE. Disponível em <<http://myrtus.uspnet.usp.br/matrizes/index.php/matrizes/article/view/193/327>>. Acesso em 12/06/2016.

KRIEGER, M. **Anunciai a Boa Nova: os meios de comunicação a serviço da Igreja.** São Paulo: Editora Canção Nova, 2007.

MARTINO, L. **Teorias da Comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2005.

PAULO VI. **Evangelii Nuntiandi.** ONLINE. Disponível em < http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html > Acesso em 24/02/2016.

PENA, F. **Teoria da Comunicação:** conceitos, mídias e profissões. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2005.

ZOLIN, L. **A comunicação na perspectiva da Igreja Católica.** Pelotas: RCC Brasil, 2010.

CAPÍTULO 12

160 ANOS DE JORNALISMO DO NORTE DE GOIÁS: UMA COMPILAÇÃO DAS MÍDIAS IMPRESSAS

Shara Alves de Rezende¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

Com a intenção de contribuir com a construção da memória do jornalismo norte goiano este trabalho tentou reunir todos os jornais que foram fundados na região ou que traziam em sua linha editorial assuntos relativos ao norte de Goiás. Tal intento tem a finalidade de dar continuidade a trabalhos iniciados por outros autores e que tiveram a intenção de resgatar a memória e trajetória do jornalismo do norte de Goiás, construindo a história da imprensa do centro norte do Brasil, especificamente da região atualmente pertencente ao Estado do Tocantins.

Para produzir esse trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica reunindo em um só artigo as descobertas de autores que se debruçaram em pesquisar a memória e trajetória da imprensa “tocantina”. O principal objetivo desse artigo é resgatar a memória e trajetória do jornalismo do norte de Goiás (1830 data da fundação do primeiro jornal do centro do Brasil a 1989, data da criação do Estado do Tocantins) classificando os jornais que atuaram no norte goiano ou que pautaram assuntos sobre a região. Para isso, foi organizada uma tabela com os nomes dos veículos, o ano de sua fundação, os nomes dos jornalistas responsáveis e como eles eram confeccionados.

A classificação dos jornais do norte goiano realizada nesse

¹ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo pelo OPAJE-UFT. E-mail: shararezende@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

artigo mostrou que o trabalho da imprensa acontece no centro/norte do Brasil desde o século XIX, mais precisamente remete ao ano de 1830 com a fundação do jornal Matutina Meiapotense. No entanto, somente em 1891, com a criação do Folha do Norte, é que surge um jornalismo feito especificamente na região norte de Goiás, atual Tocantins.

Já no século XX surge um número expressivo de jornais, sendo eles impressos em tipografias, rodados em mimeógrafos ou manuscritos. Dentre eles, a maioria apoiava a autonomia da região e alguns outros eram contra a separação, entretanto não daremos enfoque à divisão de linha editorial por veículo, ficando para um próximo trabalho.

Para iniciar esse trabalho iremos compreender em qual contexto histórico e político “vivia” o norte goiano e em que momento nasce o discurso autonomista, de desmembramento e, posteriormente, de criação do Estado do Tocantins.

Discurso autonomista e desmembramento do norte goiano

A ideia de autonomia através de divisão territorial foi um constante desejo de lideranças políticas e moradores do norte de Goiás. Oliveira (2012) afirma que tal anseio esteve presente em todas as fases do Estado Brasileiro, da colônia à República, da Velha República ao Estado Novo. O discurso autonomista do norte goiano se alicerçou nas bases que a separação do centro-sul de Goiás “viabilizaria a autonomia econômica, jurídica, e político-administrativa, entendida como controle da receita fiscal, acesso à saúde e educação, a segurança pública e a garantia de representação política regional nas instâncias do poder público federal”. (CAVALCANTE, 2003).

Cavalcante (2003) explica que o discurso autonomista do norte goiano remete a uma ideia de continuidade e unicidade, que extrapolou séculos e décadas, porém existem peculiaridades e particularidades associadas tanto às questões referidas com

tendência político-nacional, quanto às de oposição político-partidária entre as lideranças do norte de Goiás. Diante dessa observação a autora delimita o tempo histórico do discurso autonomista em três momentos: os anos 20 do século XIX (1821-1823) e as décadas de 50 e de 80 do século XX (1956-1960 e 1985-1988).

Segundo Cavalcante (2013) o discurso autonomista do Tocantins tem em 1821 sua primeira referência histórica, momento no qual, em algumas Províncias do Brasil, os ideais liberais influenciavam os movimentos de independência nacional. Sendo em 1821 a primeira revelação manifestada do sentimento de oposição do norte de Goiás pela situação de desvantagem econômica e abandono político em relação ao centro-sul. A autora ressalta que esse contraste regional é o que preponderou na construção do discurso autonomista do Tocantins ao longo de sua trajetória.

Conforme Anjos (2015) o primeiro momento do discurso autonomista do norte goiano aconteceu no século XIX. O marco pela 'luta da emancipação' do norte goiano foi concomitante ao processo de independência do Brasil, quando o ouvidor Joaquim Theotônio Segurado declara a independência da Comarca do Norte em relação ao sul, apoiado por um pequeno grupo de autoridades da região. O ouvidor português lança o Manifesto da Criação da Província da Palma:

Vale destacar que o Manifesto demonstra que Joaquim Theotônio Segurado, embora quisesse a autonomia da Comarca do Norte, não promovia uma ruptura com a monarquia portuguesa e nem (diplomaticamente) com o príncipe regente ou com as Cortes Reunidas, que, em Lisboa, reivindicavam o retorno de Dom João a Portugal. (ANJOS, 2015)

No entanto, esse movimento de autonomia revelou-se frágil durando pouco mais de um ano e meio. Suas lideranças, em função de interesses pessoais e diferentes posicionamentos políticos,

principalmente, em relação ao apoio ou não ao movimento de independência do Brasil, não conseguiram efetivar o intento.

Assim, em 07 de setembro de 1822, D. Pedro I, declarou a independência do Brasil e, no ano seguinte, especificamente, em 23 de junho de 1823, ‘termina’ o movimento separatista. Pois, por meio de uma Portaria do ministro e conselheiro, José Bonifácio; proíbe: a multiplicidade de Governo em uma mesma Província. Assim, considerava ilegítima a administração do Norte” (CAVALCANTE, 2003 apud ANJOS, 2015).

Anjos (2015) conta que o segundo momento da construção do discurso autonomista do norte de Goiás foi iniciado com Lysias Rodrigues, em 1940, sendo fortalecido pelo jurista Feliciano Machado (1956-1960) que juntamente de outras lideranças do município de Porto Nacional criou o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, lançado em 13 maio de 1956, sob o comando do juiz o grupo instituiu o dia 20 de maio como o dia de luta pró-criação do estado do Tocantins. Esse grupo organizou uma entidade chamada Associação Tocantinense de Imprensa (ATI).

Sob a liderança do juiz, o grupo instituiu o dia 20 de maio como o dia de luta pró-criação do estado do Tocantins. Em todas as comemorações festivas, havia desfile cívico na cidade, com estudantes portando bandeirolas com dizeres a favor da criação do Estado do Tocantins. Entre os dizeres, ficou celebrizada a frase: “nasci goiano, mas sou tocantinense de coração”. (OLIVEIRA, 2012)

Nos anos 1950, as discussões sobre a criação do estado evoluíram com a criação de uma entidade estudantil denominada Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG), fundada por professores e estudantes de Pedro Afonso e Porto Nacional. É nesse segundo momento definido por Cavalcante que surgem com mais força e “profissionalização” os jornais impressos que tinham a

finalidade de apoiar o desmembramento do norte goiano e a criação do estado do Tocantins.

Anjos (2015) descreve que o terceiro momento de luta para a emancipação do Norte de Goiás fora iniciado, em 1981, com a criação da Comissão de Estudos do Norte Goiano (Conorte) para reivindicar investimentos públicos e privados com o propósito de promover o desenvolvimento da população da região norte. Segundo Anjos (2015) a criação da Conorte:

Foi uma continuidade da Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG), criada com a finalidade de mobilizar os estudantes do Norte de Goiás, em Goiânia [...] e depois foi agregando mais pessoas. Ela ficou mais abrangente e foi agregando todas as pessoas que eram do Norte e que já tinha esses filhos da terra e que lá estavam e que desejavam, de há muitos anos, e até de seus antepassados, essa vontade de divisão do Estado. A CONORTE teve um papel fundamental na época mais recente de criação do Estado do Tocantins, porque ajudou a conscientizar esse povo, ajudou a lutar por esta causa e automaticamente a mobilizar a nossa sociedade. (ANJOS, 2015)

Anjos (2015) afirma que um terceiro momento foi construído por participação de agentes sociais, políticos e lideranças que reconstruíram o discurso autonomista do Tocantins, reatualizando seus ‘heróis’, evocando no passado a referência que legitimava as ações desses homens no tempo presente. “Afinal, era preciso primeiro criar o Estado do Tocantins no imaginário coletivo da população nortense e, em seguida, desenvolver estratégias de constituí-lo legalmente”.

Diante do exposto, acrescenta-se que as lideranças nortenses e a imprensa local conjungiram formando um discurso do desenvolvimento e da identidade regional pró-criação do Estado do Tocantins, o qual fora, amplamente, publicizado.

Enquanto eram tecidas as alianças partidárias para se garantir o espaço político do próprio partido, durante o encaminhamento do

projeto na Constituinte, a imprensa em Goiás e o Comitê Pró-Tocantins trabalhavam para mobilizar a opinião pública mediante consulta de opinião, realizada inicialmente em Goiânia, e coleta de assinaturas para a emenda popular a ser apresentada à Constituinte. (CAVALCANTE, 2003).

O projeto de desmembramento e criação do Estado do Tocantins ganhou força e, em forma de projeto de Lei do deputado federal José Wilson Siqueira Campos, foi por duas vezes aprovado pelo Congresso Nacional (1985), e nas duas ocasiões vetado pelo presidente da República, José Sarney, que alegou ser a medida onerosa e desprovida de interesse público. No entanto, 1987 por decisão soberana da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em fevereiro, incluiu-se na nova Carta, promulgada em outubro de 1988, a criação do novo Estado de Tocantins, encerrando o terceiro momento do discurso autonomista.

A imprensa do norte de Goiás

No primeiro momento histórico (1821-1823) do discurso autonomista definido por Cavalcante (2003) não existiam jornais circulando na Província de Goiás e conseqüentemente no norte goiano, sendo que o primeiro periódico fundado no centro do Brasil foi o *Matutina Meiapontense* em 5 de março de 1830, editado em Pirenópolis (GO) que era de propriedade do goiano, Joaquim Alves de Oliveira, e circulou até o ano de 1834 (OLIVEIRA, 2013). Teixeira (2003) considera o *Matutina* a primeira mídia impressa do norte goiano, pois nele foi publicado um artigo falando sobre o norte de Goiás.

Já em artigo apresentado no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, no Grupo de Trabalho História da Mídia Impressa Costa, Teixeira e Painkow (2004) afirmam que “transcorridos 61 anos da fundação do *Matutina Meiapontense*, e depois de 40 jornais goianos – todos sediados em cidades do sul de

Goiás – o norte goiano viu surgir o primeiro periódico da região tocantina, na cidade de Porto Nacional”, era ele a Folha do Norte, fundado em 1891 por Frederico Ferreira Lemos e Luis Leite Ribeiro, que segundo Barros (2003) era contrário à independência política da região e deixou de circular em 1893.

O que se sabe, a partir dos registros e pesquisas estudados, é que no norte goiano existiram “inúmeros periódicos a serviço não apenas das elites políticas e econômicas da região, mas também a serviço da sociedade do norte, servindo, inclusive, como suporte para as diversas manifestações separatistas” (COSTA, TEIXEIRA E PAINKOW, 2004). Durante o século XIX e XX diversos jornais surgiram com a intenção de apoiar o desmembramento e criação do Estado do Tocantins, eles eram prioritariamente veículos situados na região do norte de Goiás, no entanto, a causa teve apoio de jornais localizados na cidade de Carolina no Estado do Maranhão. O quadro abaixo apresenta uma cronologia dos jornais que pautaram o ideal autonomista, de desmembramento do norte de Goiás e criação do Tocantins, como também de jornais que eram contrários a esse desejo e apresenta jornais fundados sul de Goiás e que, através de viajantes, chegavam à região norte.

QUADRO 1 – Cronologia dos jornais existentes no norte de Goiás

Unid	Periódico	Fundação	Local	Responsáveis	Confecção
1	Matutina Meiapontense	1830	Pirenópolis	Joaquim Alves de Oliveira	Impresso em tipografia
2	O Tocantins	1855	Cidade de Goiás	Felipe Antônio Cardoso de Santa Cruz	Impresso em tipografia
3	Alto do Tocantins	1860	Cidade de Goiás	Umbelino Godinho Galvão de Moura Lacerda	Impresso em tipografia
4	Alto Araguaia	1866	Não identificado	P. de Abreu	Impresso em tipografia
5	O Correio Oficial de Goiás	1837	Pirenópolis	Joaquim Vicente de Azevedo	Impresso em tipografia
6	Folha do Norte	1891	Porto Nacional	Frederico Ferreira Lemos e Luis Leite Ribeiro	Impresso em tipografia

7	O Incentivo	1901	Porto Nacional	Frederico Ferreira Lemos e Luis Leite Ribeiro	Impresso em tipografia
8	Norte de Goiaz	1905	Porto Nacional	Francisco Ayres, João Joca Ayres	Impresso em tipografia
9	O Tocantins	1913	Carolina (MA)	José Queiroz, Ovídio Coelho e Elpídio Pereira	Impresso em pranchas de madeira
10	O Polichinelo	1919	Porto Nacional	Oswaldo Ayres da Silva	Manuscrito
11	A Luz	1020	Pedro Afonso	Silvina de Souza Brito	Manuscrito
12	Jornal do Povo	1920	Porto Nacional	Abílio Nunes, Frederico Lemos, Quintiliano da Silva, Rafael Fernandes Belle	Impresso em tipografia
13	A Tarde	1921	Carolina (MA)	Catão Maranhão	Impresso em tipografia
14	O Porvir	1922	Porto Nacional	Oswaldo Ayres da Silva	Impresso em tipografia
15	O Sertanejo	1925	Carolina (MA)	Não identificado	Impresso em tipografia
16	O Corisco	1927	Natividade	José Lopes Rodrigues	Impresso em tipografia
17	Voz do Norte	1929	Natividade	Quintiliano da Silva	Impresso em tipografia
18	O Norte	1929	Arraias	João de Abreu	Manuscrito
19	A Palavra	1930	Natividade	André Ayres e Quintiliano Castro	Impresso em tipografia
20	O Norte	1931	Pedro Afonso	Maria Conceição Tavar	Manuscrito
21	A Vida	1934	Pedro Afonso	Maria Conceição Tavar	Manuscrito
22	Voz do Norte	1934	Natividade	André Ayres	Impresso em tipografia
23	O Tocantins	1935	Cidade de Goiás	Maximiano da Matta Teix	Impresso em tipografia
24	O Norte	1935	Arraias	João de Abreu	Impresso em tipografia
25	A Voz de Pedro Afonso	1936	Pedro Afonso	João Matos Quinaud	Impresso em tipografia
26	A Palavra	1938	Pedro Afonso	Raimundo Júnior, Messias Tavares, Álvaro Japiac	Impresso em tipografia man
27	A Voz do Norte	1939	Tocantinópolis	Não identificado	Impresso em tipografia
28	O Colegial	1940	Pedro Afonso	Messias Tavares e Álvaro Maranhão Japiac	Manuscrito
29	O Araguaetins	1946	Goiânia	Maximiano da Matta Teix	Impresso em tipografia
30	Correio do Norte	1948	Tocantinópolis	Alvides Miranda, Antônio Gomes Pereira e R. Sant Sardinha	Impresso em tipografia
31	O Goiás Central	1950	Porto Nacional	João Matos Quinaud	Impresso em tipografia

32	O Tocantins	1950	Tocantinópolis	Tibério Maranhão Azevedo	Impresso em tipografia
33	Jornal de Carolina	1952	Carolina (MA)	Ruy Carvalho e José Alcides Carvalho	Impresso em tipografia
34	Ecossistema do Tocantins	1951	Pium	Trajano Coelho Neto	Impresso em tipografia
35	A Norma	1953	Porto Nacional	Oswaldo Ayres da Silva	Impresso em tipografia
36	Palavra Livre	1954	Tocantinópolis	Darci Martins Coelho e Manuel Messias Bezerra	Impresso em tipografia
37	O Estado do Tocantins	1956	Porto Nacional	Feliciano Machado Braga, João Mattos Quinaud, Fabiano César Freire.	Impresso em tipografia
38	Anuário do Tocantins	1957	Pium	Trajano Coelho Neto	Impresso em tipografia
39	Tribuna de Carolina	1962	Carolina (MA)	Absalão Coelho	Impresso em "set"
40	A Voz de Gurupi	1963	Gurupi	Antônio Poincaré de Andrade	Impresso em tipografia
41	O Paralelo 13	1963	Goiânia	Manoel Getúlio	Impresso em tipografia
42	Porto Nacional Jornal	1964	Porto Nacional	Antônio Poincaré de Andrade	Impresso em tipografia
43	O Imparcial	1969	Filadélfia	Fábio do IBGE, José Ribamar Maia de Sousa	Mimeografado
44	Tribuna da Amazônia	1973	Araguaína	Otávio Barros Silva	Impresso em tipografia
45	O Correio	1974	Araguaína	Otávio Barros Silva e Oliveira "Contador"	Impresso em tipografia
46	O Estado do Tocantins	1975	Araguaína	Otávio Barros Silva e João Mattos Quinaud	Impresso em tipografia
47	Estado Norte	1976	Araguaína	Anadir Costa Galvão	Impresso em tipografia
48	O Araguaia	1978	Araguaína	Francisco A. F. Pinheiro	Impresso em tipografia
49	O Goiatins	1978	Goiatins	Otacílio Quezadão Araújo	Impresso em tipografia
50	Jornal do Tocantins	1979	Araguaína	Jaime Câmara	Impresso em tipografia
51	Correio do Norte	1979	Araguaína	Luis Pires	Impresso em tipografia
52	O Norte de Goyaz	1981	Araguaína	Aldo Ayres e Gutemberg Brasil	Impresso em tipografia
53	Folha do Tocantins	1983	Araguaína	Aldo Ayres	Impresso em tipografia
54	Tribuna do Norte	1984	Tocantinópolis	Evandro Guimarães Santos e David Araújo	Impresso em tipografia
55	Tribuna de Araguaína	1984	Araguaína	Wagner P. Figueiredo	Impresso em tipografia

56	O Regional	1985	Araguaína	Sandra Miranda	Impresso em tipografia
57	O Paralelo 13	1987	Gurupi	Edson Rodrigues e Ediva Rodrigues	Impresso em tipografia
58	O Tocantins	1987	Brasília	José Maia Leite e Jales Pimentel Marinho	Impresso em tipografia
59	Folha da Cidade	1984	Gurupi	Luiz Barbosa Aguiar e Júlio Veras	Impresso em tipografia

Fonte: Extraído das obras Anjos, 2015; Costa, Teixeira e Painkow, 2004; Teixeira, 2003; Silva, 2003.

Org.: Rezende (2016).

Com base em pesquisas bibliográficas é possível considerar que os jornais do século XIX como o Matutina Meiapontense, O Tocantins, Alto do Tocantins, Alto Araguaia, O Correio Oficial de Goiás, Folha do Norte, O Incentivo e Norte de Goiás eram avessos ao desmembramento territorial do norte de Goiás. Teixeira (2003) contribui com essa afirmativa no exposto a seguir.

Contrário a essa política e com intenção de desmembramento, citamos o jornal Norte de Goyaz criado no ano de 1905 em Porto Nacional por Francisco Ayres da Silva. Quinzenalmente circulou quase meio século ininterruptamente, sendo que na década de 40 foi contra a criação do Território Federal do Tocantins e contra o movimento para criação do Estado do Tocantins na década de 50. (TEIXEIRA, 2003)

No entanto, nas primeiras décadas do século XX surgiram jornais que eram porta-vozes da criação do Tocantins, como por exemplo, O Tocantins (1913) e a A Tarde (1921), ambos fundados em Carolina (MA) e, apesar de não estarem dentro do atual território pertencente ao Estado do Tocantins pautavam a necessidade do desmembramento do norte de Goiás a fim de promover avanços significativos na região. (TEIXEIRA, 2003; SILVA 2003). A imprensa do norte de Goiás no século XX se dividiu em apoiar o desmembramento do território e posteriormente a criação do Estado do Tocantins e também em fazer campanha contra esse ideal.

[...] em 1946, O Araguaatins, que se mostrou contrário à Criação do Tocantins. Em 1951, a favor de um Estado independente é criado o jornal Ecos do Tocantins, sob a direção de Trajano Coelho Neto. Já em 1956, também defendendo os interesses do norte é lançado o jornal Estado do Tocantins; e em 1957, sob a direção de Trajano Coelho Neto, surge o Anuário do Tocantins, considerado a obra-prima do jornalismo impresso tocantinense. (TEIXEIRA, 2003)

Costa, Teixeira e Painkow (2004) explicam que a imprensa do norte de Goiás usava em suas publicações como local a sigla da unidade federativa de Goiás, “somente com o desmembramento do norte goiano, quando então se pode, realmente, dizer que se configura uma imprensa tocantinense”. No entanto, os autores destacam que alguns veículos ostentaram cabeçalhos evocativos ao novo Estado.

É o caso do jornal Ecos do Tocantins, que publicou 600 edições semanais entre 1951 e 1961 em Pium, do O Estado do Tocantins que circulou entre 1956 e 1960, em Porto Nacional e do Anuário do Tocantins (1957) o primeiro almanaque cultural e político da região, também de Pium. Os três veículos formavam a trilogia comunicacional defensora do movimento emancipatório da década de 1950. Tais títulos, a nosso ver, ao evocar o nome do Estado pelo qual reivindicavam em suas páginas, tanto remetem ao ideal separatista em voga na década de 1950, quanto à posição geográfica mesmo, dada suas sedes situarem-se na região então denominada “tocantina”, que localizada entre os Rios Tocantins e Araguaia. (COSTA, TEIXEIRA E PAINKOW, 2004)

Cabe ressaltar que o papel da imprensa foi primordial para tornar os ideais autonomistas do século XIX públicos e construir a identidade de um povo chamado tocantinense no século XX. A imprensa também apoiou o desmembramento do território e a criação do Estado do Tocantins contribuindo com a formação da opinião pública para que a tão sonhada autonomia econômica, jurídica e político-administrativa da região acontecesse e pudesse

transformar profundamente a realidade do “esquecido” norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins.

Considerações finais

A pesquisa sobre a história da imprensa do norte de Goiás ainda está em fase inicial, atualmente consegue-se mapear a existência dos veículos na região, neste artigo define-se uma trajetória cronológica e onde estavam localizados jornais, também foi possível identificar quem eram os responsáveis pelos veículos.

Tal resultado se faz importante no sentido de contribuir com a construção da história do jornalismo no norte goiano (1830, data da fundação do primeiro jornal do centro do Brasil, a 1989, data da criação do Estado do Tocantins), levantando suas memórias e trajetórias, para assim contribuir com a história da imprensa no Brasil e com a história dos estados do Tocantins e de Goiás.

Entretanto, ainda se conhece pouco sobre as linhas editoriais, conteúdos e abrangência dos veículos fundados entre os anos de 1830 a 1989. Todavia, cabe ressaltar que alguns pesquisadores já se debruçaram para estudar minúcias dos jornais: Matutina Meiotopense, início do século XIX (1830); Folha do Norte, final do século XIX (1891); Norte de Goyáz, início do século XX (1905); e Ecos do Tocantins, segunda metade do século XX (1951).

Torna-se evidente a necessidade de mais pesquisas acerca da história do jornalismo do norte goiano tenha a contribuição de mais pesquisadores a fim de catalogar todos os jornais que existiram no norte de Goiás, como também aqueles confeccionados em outros estados, mas que tinham como pauta essa região.

Em trabalhos futuros pretende-se classificar as linhas editoriais, o delineamento do perfil dos proprietários e jornalistas, e análise dos conteúdos dos jornais para assim detalhar as práticas jornalísticas durante mais de um século e meio, contribuindo de forma pormenorizada com a história da imprensa do norte goiano e Brasil.

Referências

- ANJOS, Ana Carolina Costa dos Anjos. **Do Girassol ao Capim Dourado: a apropriação de elementos da natureza na construção de símbolos político-identitários no Estado do Tocantins**. 2015. (330p). Dissertação. (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Jornal Goyaz - Órgão Democrata**. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=246590&pagfis=189&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em 14 dez. 2016.
- _____. **Jornal O Tocantins - Órgão Democrata**. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=811785&pesq=goyaz>. Acesso em 14 dez. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em 14 dez. 2016
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.
- MOTTER, Ana Elisete. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)**. 2010. 158f. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em História. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2185/AnaMotterHistoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 dez. 2016.
- PAINKOW, A.; TEIXEIRA, I.; COSTA, L. **Jornal Norte de Goyaz: o legado da família Ayres à imprensa tocantina**. Encontro da associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Novo Hamburgo/RS: 14 a 16 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/30-encontro-2005-1>. Acesso em 14 dez. de 2016.

PAINKOW, A.; TEIXEIRA, I.; COSTA, L. **Folha do norte (1891-1894), o jornal pioneiro da imprensa tocantina.** Encontro da associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Novo Hamburgo/RS: 14 a 16 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/30-encontro-2005-1>. Acesso em 14 dez. de 2016.

PAINKOW, A. **A imprensa da região tocantina e a luta pela emancipação política do norte de Goiás na década de 1950.** Encontro da associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Novo Hamburgo/RS: 14 a 16 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/30-encontro-2005-1>. Acesso em 14 dez. de 2014.

TEIXEIRA. Irenides. **O Jornal do Tocantins de 1988 a 1991: o texto, o contexto e a imagem fotojornalística na formação do Estado do Tocantins.** 2003. 113f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado) Programa de Mestrado em Comunicação e Mercado da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cpo80341.pdf>. Acesso em 12 dez. 2016.

CAPÍTULO 13

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE JORNALISMO: UM OLHAR SOBRE O CURRÍCULO NA FORMAÇÃO DO JORNALISTA NA UFT

Nataly de Sousa Dias Daher¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

Introdução

Diante das transformações que a profissão de jornalista sofreu nas últimas décadas, com as mudanças e as exigências impostas pelos avanços tecnológicos na área da comunicação, a formação dos profissionais em jornalismo também teve que se adaptar, uma vez que sofreu diretamente esses impactos. Destaque-se que, também, mudanças curriculares internacionais, como o Processo de Bolonha, têm modificado os processos formativos (PÔRTO JUNIOR, 2012, 2014, 2016a, 2016b).

Os avanços nesse, sentido, trazem mudanças na produção jornalística, uma vez que surgem novos suportes e formatos, que exigem uma postura diferente do profissional de alguns anos atrás. Diante disso, torna-se relevante analisar, brevemente, algumas questões relacionadas à formação do jornalista a partir das diretrizes curriculares dos cursos de formação em jornalismo.

Há que se observar, nesse contexto, que os cursos superiores no País estão subordinados ao Estado, tanto no que diz respeito à sua autorização e reconhecimento, bem como em relação a seguir as

¹ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduanda em Medicina pela Universidade Privada Del Este (UPE) (Argentina). E-mail: natysodias@hotmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

determinações de tempo de duração e quais serão seus componentes curriculares (ANTONIOLI, 2014, p. 183).

O currículo

Antes de aprofundarmos a discussão acerca do currículo de jornalismo, é preciso entender, ainda que minimamente, a definição do próprio currículo. Nesse sentido, Pereira (2013) traz à discussão não apenas o significado da palavra currículo, mas, também, algumas questões básicas das discussões curriculares. Ainda que tratando de uma análise sobre o currículo escolar, essas discussões da autora se tornam pertinentes para nossa análise nesse estudo.

De acordo com a professora, “o termo currículo pode apresentar uma diversidade de conceitos consoante às perspectivas adotadas” (PEREIRA; In SANTANA et. al. 2013, p. 100).

Ainda segundo a autora, “as primeiras discussões sobre currículo no Brasil, localizadas nos anos vinte e trinta do século XX, podem ser entendidas como tentativas de harmonização da educação com a nova ordem industrial e seus consequentes conflitos e disputas ideológicas” (idem, p. 100).

Em uma análise superficial, podemos entender o currículo como sendo um conjunto de aprendizagens pretendidas (DEWEY, 1959). Sem uma análise específica sobre o termo, essa definição poderia ser suficiente, afinal, o currículo do Curso de Jornalismo, por exemplo, apresenta um conjunto de aprendizagens pretendidas pelos acadêmicos do referido curso.

No entanto, essa visão é expandida na definição de Goodlad (1979), conforme observam Passoni et. al. (2010). Para esse autor, existem cinco possíveis concepções para definir o currículo: o ideal, o formal, o percebido, o operacional e o experienciado.

Nesse sentido, de acordo com Goodlad (1979), o currículo ideal (ou ideológico), como a própria terminologia sugere, é o currículo que previamente estabelece um planejamento idealizado sobre como o processo de ensino/aprendizagem deve ocorrer. Já o

formal, derivado de forma, é o currículo que se apresenta como um documento escrito e aprovado por legisladores, possuindo, nesse contexto, status de lei, projetando as crenças, os valores e as atitudes vislumbradas aos aprendizes. A terceira perspectiva que o autor elenca é a do currículo percebido, que trata do que está na mente daqueles que estão envolvidos com o processo de ensino/aprendizagem, quer sejam professores, alunos, pais ou gestores. O currículo operacional, por sua vez, diz respeito ao que os professores efetivamente realizam em sala de aula. Por fim, o currículo experienciado diz respeito à experiência vivenciada pelos alunos em sala de aula.

Poderíamos referir, ainda, à abordagem de Silva (2004), que faz referência ao currículo oculto, considerando os aspectos implícitos e não oficiais que contribuem para a aprendizagem dos valores sociais presentes no ambiente de ensino/aprendizagem.

Não pretendemos nos debruçar com muito rigor sobre as diversas concepções de currículo, não haveria espaço para todas essas análises de maneira criteriosa. No entanto, essas referências são fundamentais para essa compreensão. Especialmente, cabe observar a definição de Piconi (2009, p. 49), quando considera o currículo como “instrumento e resultado do processo de produção de conhecimento na atividade de formação”.

Diante disso e a partir de então, podemos entender o mercado de trabalho como direcionador dos cursos superiores. Ou seja, numa visão tecnicista e mercadológica, os cursos de formação estão fragmentados e direcionados às especificidades das respectivas profissões.

Um elemento importante a ser observado, especialmente quando se fala em atividade de formação e se observa o campo de atuação do jornalista, diz respeito à entrada efetiva do Brasil na era da tecnologia, uma vez que isso trouxe implicações para os currículos (MEDINA, 1982; MEDITSCH, 2007; MELO, 2003). Esse fato representou transformações significativas para o ensino superior e os cursos de formação profissional no País. A partir do

momento em que as tecnologias de informação e comunicação passam a ser uma realidade no Brasil, exige-se um novo modelo e passa-se a buscar a construção real de um ensino superior democrático, de acordo com as necessidades brasileiras (PEREIRA; In SANTANA et. al. 2013, p. 101).

Podemos ainda recorrer à definição atual mais frequente segundo Pereira (2013). Nessa perspectiva, a definição atual mais frequente entende o

[...] currículo como produção cultural; um descentramento na compreensão, no desenho e na vivência do currículo, enriquecido pelas linguagens e pelas vozes. A diferença e a diversidade aparecem como algo fundante e coerente com os conceitos de currículo. Algumas ideias próprias da pós-modernidade, como o abandono das grandes narrativas, a descrença em uma consciência unitária e formação homogênea, a preocupação com a linguagem e com a subjetividade, a percepção de que os discursos estão saturados de poder, o respeito às diferenças começam a permear o discurso curricular contemporâneo, tanto no Brasil, quanto em outros países (idem, p. 103).

Nesse sentido, observando a definição proposta, podemos observar um leque de questões e situações que vão muito além do tecnicismo mercadológico. Surge, na atualidade, uma amplitude de dimensões que envolvem o currículo e que permeiam a formação profissional, não apenas no jornalismo, mas em qualquer formação de nível superior.

O currículo de jornalismo, nesse contexto, se encontra mais diversificado, mais aberto, tal qual a sociedade diversa (COSTA, 2015). Ao mesmo tempo que considera essa diversidade, observa a importância das tecnologias ou recursos tecnológicos disponíveis, fundamentais para o cenário atual: um cenário de imediatismo das informações, de eliminação das barreiras de tempo e espaço e do papel das imagens na construção das notícias.

Assim, as diretrizes curriculares do curso de jornalismo, por um lado, direcionam para a profissão de jornalista e, ao mesmo

tempo, são expressões dos cursos que oferecem indicadores para que sejam construídos projetos pedagógicos que representam aspectos essenciais para a formação do jornalista do século XXI (ANTONIOLI, 2014, p. 195).

As Novas Diretrizes Curriculares Propostas em 2013

Em setembro de 2013, o Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior, aprovou as novas diretrizes curriculares para o curso de jornalismo. A Resolução N^o 1, de 27 de setembro de 2013, traz 18 artigos e deveria ser implantada pelas instituições de ensino superior em prazo máximo de dois anos a contar da sua publicação.

Diante dessas alterações, se torna necessário analisar essa Resolução, observando seu texto e suas implicações.

Em seu Artigo Segundo, a Resolução N^o 1 de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação destaca que a estrutura do curso de bacharelado em jornalismo deve obedecer aos seguintes pressupostos:

- I - ter como eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;
- II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando suas articulações com diferentes segmentos da sociedade;
- III - promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular;
- IV - inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional;
- V - utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo assim ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais;
- VI - propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo, desde o início de sua formação, estimulando, desse modo, o aluno a lidar com

problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia (BRASIL, 2013).

Esses pressupostos evidenciam e comprovam o que já foi apontado anteriormente, que o currículo no contexto atual está focado no âmbito da diversidade da sociedade em seus diferentes segmentos, bem como nas particularidades do mercado de trabalho, desafiando o aluno a ter contato direto com a profissão ao longo do seu período de formação.

O Artigo Terceiro da Resolução N^o 1 destaca a estrutura do projeto pedagógico do curso, observando suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização. Nesse sentido, o texto da Resolução determina que a estrutura do projeto pedagógico deve conter alguns elementos importantes, quais sejam:

- I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções – institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de efetivação da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e cidadã;
- IX - regulamentação das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente;
- X - regulamentação das atividades do estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização;
- XI - concepção e composição das atividades complementares, quando existentes (BRASIL, 2013).

Diante dessa estrutura, o projeto político do curso se

apresenta abrangente e todas as atividades do curso devem estar bem detalhadas, sendo norteador do curso e deixando claro, também, o perfil do curso. A regulamentação do estágio é uma inovação. Até então, o estágio para jornalista não era obrigatório. Isso permite a interação do estudante com o mercado de trabalho e a aproximação entre a Universidade e o setor produtivo.

Nessa mesma perspectiva, o Artigo 4º da Resolução define uma série de indicativos a serem observados na elaboração do projeto pedagógico:

I - formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento;

II - enfatizar, em sua formação, o espírito empreendedor e o domínio científico, de forma que sejam capazes de produzir pesquisa, conceber, executar e avaliar projetos inovadores que respondam às exigências contemporâneas e ampliem a atuação profissional em novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente;

III - orientar a formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público;

IV - aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores, por meio da elevação da autoestima profissional, dando ênfase à formação do jornalista como intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos;

V - preparar profissionais para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso conhecê-las em seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente;

VI - ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho, nem dite as referências da profissão;

VII - incluir, na formação profissional, as rotinas de trabalho do jornalista em assessoria a instituições de todos os tipos;

VIII - atentar para a necessidade de preparar profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos em contexto econômico cuja oferta de emprego não cresce na mesma proporção que a oferta de mão-de-obra;

IX - instituir a graduação como etapa de formação profissional continuada e permanente (BRASIL, 2013).

Esse Artigo traz, textualmente, um leque de objetivos para o curso. Fica evidente o perfil já mencionado de observância das mudanças tecnológicas e os desafios que elas trazem para o jornalismo com as novas possibilidades na sua prática, bem como a função social da profissão, considerando a complexidade e diversidade da sociedade atual. Fica evidente o pressuposto e a necessidade de formar profissionais competentes, com papel de mediadores junto à sociedade.

O Artigo 5º, nessa mesma direção, apresenta o perfil do egresso. Nesse sentido, o texto da Resolução evidencia que

O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social (BRASIL, 2013).

Aqui fica evidente que o projeto político do curso deve levar em conta que a sociedade também se transforma, é plural e complexa. Diante disso, o Artigo traz em um parágrafo único, a definição de competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores a serem desenvolvidos nos estudantes incluem

competências gerais, que dizem respeito a situações gerais que o profissional jornalista enfrenta no exercício da sua atividade profissional; competências cognitivas, que dizem respeito a conhecimentos necessários para o profissional, não apenas no sentido técnico ou acadêmico, mas também em relação à construção histórica do curso, da cidadania bem como o funcionamento e a lógica das empresas em que poderá atuar; competências pragmáticas, que estão diretamente ligadas à prática profissional de fato e, por fim, competências comportamentais, uma vez que a prática profissional exige do jornalista uma postura ética e adequada.

Outro aspecto importante a se considerar no texto da Resolução N^o 1 é que o curso deve ser estruturado com conteúdos que atendam a seis eixos de formação, descritos no Artigo 6^o da Resolução e amplamente detalhados. Não aparece especificação de disciplinas propriamente ditas, mas sim a indicação de que as disciplinas sejam selecionadas e definidas a partir dos eixos que direcionam o perfil e a fundamentação da formação. O primeiro que a Resolução N^o 1 em seu Artigo 6^o apresenta é o eixo de fundamentação humanística; o segundo, eixo de fundamentação específica; o terceiro, eixo de fundamentação contextual; quarto, eixo de fundamentação profissional; quinto eixo de aplicação processual e o sexto, eixo de prática laboratorial.

É importante destacar, ainda, que o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e as atividades complementares continuam mantidos e o estágio curricular passa a ser componente curricular obrigatório. Elementos que são amplamente detalhados no texto da Resolução. O TCC é detalhado no Artigo 11^o, o estágio curricular obrigatório no Artigo 12^o e as atividades complementares no Artigo 13^o da Resolução.

Assim, diante dessas considerações, cabe observar as palavras de Pereira (2013), quando observa que

O currículo se configura como um campo complexo de

contradições e questionamentos. Não implica apenas seleção e organização de saberes, mas um emaranhado de questões relativas a sujeitos, temporalidades e contextos implicados em profundas transformações. (PEREIRA; In SANTANA et. al. 2013, p. 105)

Nessa perspectiva, as novas diretrizes curriculares para o curso de jornalismo tentam trazer ou dialogar com toda essa dinâmica de complexidade no que diz respeito à sociedade, aos sujeitos, ao exercício da profissão, observando e considerando, também, seus contextos diversos, além de reorganizar os saberes acadêmicos envolvidos na formação acadêmica do jornalista.

Um olhar sobre o curso de jornalismo da UFT

O Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da UFT traz em seu item I o contexto institucional, em que apresenta um breve histórico da instituição. Nesse sentido, o documento aponta que

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins (UFT, 2014, p. 6).

Observando os aspectos regionais e a relevância da UFT nesse cenário, é importante destacar que a Universidade tem como missão, “produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UFT, 2014, p. 8). Além disso, o Plano Estratégico e o Projeto Pedagógico Institucional assinalam a visão estratégica da Universidade como sendo

“consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional” (UFT, 2014, p. 8).

Cabe observar que, antes ainda da criação da UFT, o Curso de Bacharelado em Comunicação Social já existia no Estado do Tocantins. Foi criado pelo Decreto Estadual Nº 332. Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 556, de 18 de outubro de 1996, constando na página 5080 (UFT, 2014, p. 15).

Considerando a criação recente do Estado do Tocantins e, por conseguinte, da cidade de Palmas, levando ainda em conta que o que motivou essa criação foi o descaso que a região até então norte goiana enfrentava era grande, a região viveu um período de grande expansão econômica e social. O mercado, até então carente, começava a apresentar significativas demandas, evidências dessa expansão. Empresas de comunicação passaram a se instalar na capital e em outras cidades do Estado. Assim, o curso de Jornalismo foi criado para “atender a demanda do mercado de comunicação que, a exemplo de outros setores econômicos, se encontrava em franca expansão, dada a criação recente desse Estado da Federação” (UFT, 2014, p. 22).

Com a criação da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), a instituição assumiu o Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, a exemplo de outros que também eram ofertados pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS).

No que tange à metodologia, como as atividades do Curso serão desenvolvidas, o Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins determina que

A metodologia para desenvolver as atividades do curso está comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos, tudo isso ao lado da missão e do

compromisso da própria UFT com o desenvolvimento regional (UFT, 2014, p. 42).

Observando o objetivo do curso em atender à demanda do mercado de comunicação no Estado do Tocantins, percebemos o quanto o Curso de Jornalismo tem colaborado com o mercado de comunicação nesse contexto, pois

O curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFT já formou 434 alunos de 2003 a 2012 (destes 217 do período noturno e 217 do período matutino). Os egressos tem se dedicado a várias áreas, no Estado ou em outras regiões do Brasil, destacando-se nas assessorias de imprensa e comunicação no setor público (UFT, 2014, p. 22).

Fica evidente que, com mais de 400 alunos formados, o Curso tem colaborado de forma significativa com o mercado de comunicação, seja com relação às empresas ou na área de assessoria de imprensa, uma área com demandas significativas se levarmos em conta que a cidade de Palmas conta com diversos órgãos públicos que demandam essa atividade. Por ser a Capital Política do Estado, Palmas concentra os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado, bem como órgãos federais.

Outro aspecto importante a se destacar é o perfil do aluno egresso do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins.

Também verifica-se um bom número de alunos formados atuando em veículos de comunicação, projetos independentes de audiovisual e na academia, dando continuidade à sua qualificação em pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu*. Alguns inclusive compuseram ou compõem o corpo docente do curso como professores substitutos, uma ex-aluna tendo sido efetivada por meio de concurso público (UFT, 2014, p. 22).

Essas atividades em projetos independentes também é resultado das possibilidades que a própria cidade oferece. Tem sido

crescente o número de blogs ou canais de notícias, por exemplo, que vem surgindo na cidade. Muitos, ainda, aproveitam as possibilidades que a própria Universidade oferece e continuam seus estudos com vistas à especialização ou, até mesmo, se tornam professores do próprio curso, uma vez que o curso oferece e coordena, desde 2005, um programa de pós-graduação *lato sensu* em Comunicação, Sociedade e Meio Ambiente, tendo concluído três turmas desde então (UFT, 2014, p. 23).

Com a aprovação das novas diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação, em 2013, o Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins teve que reorganizar seu projeto pedagógico a fim de adequar-se às novas exigências. No entanto, os professores responsáveis por essa adequação entendem esse exercício como coerente, observando a atenção do curso com a instituição e com a realidade regional.

Além de estar atento às exigências desse mercado em expansão, o curso de Jornalismo da UFT busca, sobretudo, sintonizar-se com a demanda da sociedade tocaninense por informação produzida com qualidade, criticidade e responsabilidade social. Desde 2003, o curso vem integrado ao processo de consolidação da UFT, o que perpassa pelo investimento na melhoria da qualidade de seu ensino, mediante a qualificação de professores, incentivo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, investimento em laboratórios e equipamentos. Neste contexto, repensar o projeto pedagógico do curso é uma ação coerente com as preocupações que têm norteado sua trajetória e com as ações que pretende desencadear na região em que está inserido (UFT, 2014, p. 23).

Além disso, ainda é importante destacar que, por ser um dos primeiros cursos da instituição, o Curso de Jornalismo tem acompanhado os avanços e o crescimento da própria Universidade. Sofre, dessa mesma forma, os reflexos das crises na economia brasileira, que podem gerar atrasos nas obras, especialmente na carência de estrutura física – laboratórios e equipamentos.

Nesse sentido, Schwartzman (2002) destaca que a sobrevivência da universidade pública no Brasil está associada à crise do financiamento da educação superior. Embora o atual cenário represente um momento de crise econômica ou financeira para as universidades brasileiras, é importante observar que não se trata de um fenômeno recente. Muito pelo contrário, como o autor destaca, teve sua origem há décadas e é consequência de políticas públicas de anos anteriores, em que as crises econômicas reduziram a capacidade do Estado em fazer maiores investimentos na área da educação.

Com relação à estrutura curricular do curso, o Projeto Pedagógico apresenta uma breve retrospectiva histórica, ao destacar que

A primeira estrutura curricular do curso de Comunicação Social foi autorizada pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins, conforme parecer nº 068/99 “Aprovação de grades curriculares e autorização para funcionamento do Curso de Comunicação Social”, processo nº 1999/2700/002024, aprovado em 04 de maio de 1999. O reconhecimento do curso foi feito pelo Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer n. 306/2001, aprovado em 20/09/2001, processo n. 2001/2700/002379. Já transferido para a UFT, o curso foi recredenciado em agosto de 2005 pelo Conselho de Educação Superior - INEP/MEC. Com a instituição das Novas Diretrizes Curriculares, em 2013, o curso de Jornalismo passou a constituir graduação dissociada da grande área da Comunicação Social, sendo assim necessário a reestruturação da concepção do curso e matriz curricular (UFT, 2014, p. 15).

Essa primeira ementa, aprovada em 2001 e em vigência até 2014, estava composta pelas seguintes disciplinas obrigatórias em seus respectivos períodos:

DISCIPLINA	CH	CR
1º Período		
Filosofia	60	4
Sociologia	60	4

Teoria da Comunicação I	60	4
Leitura e Prática de Produção de Texto	60	4
Introdução ao Jornalismo	60	4
Psicologia Aplicada à Comunicação	60	4
2º Período		
Jornalismo Interpretativo	60	4
Estética e Comunicação	60	4
Antropologia Cultural	60	4
Produção de Texto e Análise de Texto Literário	60	4
Teoria da Comunicação II	60	4
3º Período		
Técnica em Reportagem e Entrevista Jornalística I	60	4
História da Comunicação	60	4
Técnica de Produção de Som e Imagem	60	4
Planejamento Gráfico	60	4
Introdução à Fotografia	60	4
4º Período		
Técnica em Reportagem e Entrevista Jornalística II	60	4
Fundamentos Teóricos da Produção em Rádio	60	4
Radiojornalismo	60	4
Comunicação Comunitária	60	4
Fotojornalismo	60	4
Estatística	60	4
5º Período		
Legislação e Ética em Jornalismo	60	4
Fundamentos Teóricos da Produção em TV	60	4
Oficina de Jornalismo Impresso	60	4
Introdução às Relações Públicas	60	4
6º Período		
Telejornalismo	60	4
Comunicação Organizacional	60	4
Comunicação Comunitária	60	4
Metodologia e Técnica de Pesquisa	60	4
Jornalismo On-line	60	4
Novas Tecnologias e Sociedade Informacional	60	4
Estudos Contemporâneos	60	4
7º Período		
Projeto Experimental I	60	4
Comunicação Comparada	180	12

Introdução à Economia	60	4
Introdução às Relações Públicas	60	4
Assessoria de Imprensa	60	4
8º Período		
Trabalho de Conclusão de Curso II	120	8
Projeto Experimental II	180	12
Sociologia da Comunicação	60	4
Política Brasileira	60	4

Tabela I: Grade Curricular do Curso de Jornalismo aprovada em 2001.

Percebemos nessa ementa, um quantitativo significativo de disciplinas teóricas, bem como a ausência do estágio curricular, ainda não obrigatório nesse contexto.

Como já foi mencionado anteriormente, a partir das novas diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação, o Curso teve que reorganizar o seu ementário, aprovando em 2014 um novo Projeto Pedagógico que levasse em conta as exigências do MEC, a fim de realizar as adequações necessárias.

Nesse sentido, Morin (2000) aponta essa necessidade da universidade se reexaminar, ao afirmar que

A universidade conserva, memoriza, integra e ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias e valores que acaba por ter um efeito regenerador, porque a universidade se incumbe de reexaminá-la, atualizá-la e transmiti-la [ao mesmo tempo em que] gera saberes, ideias e valores que, posteriormente, farão parte dessa mesma herança. Por isso, a universidade é conservadora, regeneradora e geradora (p. 65).

Assim, nesse processo de se reexaminar, o Curso de Jornalismo da UFT aprovou, em junho de 2014, o novo Projeto Pedagógico, que passou a conter as seguintes disciplinas:

DISCIPLINA	CH	CR
1º Período		
Filosofia	60	4
Sociologia	60	4

Teorias da Comunicação I	60	4
Leitura e Prática da Produção de Textos I	60 40h teórica 20h prática	4
Introdução ao Jornalismo	60 40h teórica 20h prática	4
Jornalismo e Psicologia	60	4
2º Período		
Narrativas Jornalísticas	60	4
Cultura, Estética e Mídia	60 40h teórica 20h prática	4
Introdução ao Jornalismo	60 40h teórica 20h prática	4
Leitura e Prática da Produção de Textos II	60 40h teórica 20h prática	4
Teorias do Jornalismo	60	4
Optativa	60	4
3º Período		
Técnicas de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalísticas	60 30h teórica 30h prática	4
História das Mídias	30	2
Introdução ao Audiovisual	30	2
Planejamento Gráfico	90 45h teórica 45h prática	6
Fotojornalismo I	60 40h teórica 20h prática	4
Optativa	60	4
4º Período		
Produção em Jornalismo	90	6
Radiojornalismo	120 30h teórica 90h prática	8
Jornalismo e Cidadania	60	4

	40h teórica 20h prática	
Fot Jornalismo II	60	4
Análise de Dados Estatísticos em Jornalismo	30	2
Optativa	60	4
5º Período		
Ética no Jornalismo	60	4
Telejornalismo I	60 40h teórica 20h prática	4
Edição em Jornalismo	150 30h teórica 120h prática	10
Gestão em Jornalismo	30	2
Optativa	60	4
6º Período		
Telejornalismo II	60	4
Assessoria de Comunicação	60 40h teórica 20h prática	4
Estágio Supervisionado I	120 30h teórica 90h prática	8
Metodologia do Trabalho Científico	60	4
Webjornalismo	60 30h teórica 30h prática	4
Jornalismo Regional	60	4
7º Período		
TCC I	60	4
Jornalismo Multimídia	60 40h teórica 20h prática	4
Jornalismo Especializado I	60 20h teórica 40h prática	4
Assessoria de Imprensa	30	2
Estágio Supervisionado II	120 30h teórica 90h prática	10

8º Período		
TCC II	300 prática	20
Crítica da Mídia	30	2
Jornalismo Especializado II	60 20h teórica 40h prática	4

TABELA II: Grade Curricular do Curso de Jornalismo aprovada em 2014.

Nota-se, nessa segunda tabela, um direcionamento maior às disciplinas práticas, com aumento da carga horária prática, bem como a observância ao Estágio Supervisionado, exigência das novas diretrizes nacionais.

Para uma melhor compreensão, antes de entrarmos em uma análise mais específica, torna-se relevante comparar as duas matrizes curriculares. Para facilitar ainda mais, a análise será realizada observando cada período individualmente. Em um quadro comparativo, podemos perceber a seguinte relação entre as disciplinas da grade antiga com as novas disciplinas correspondentes do primeiro período:

DISCIPLINA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR - GRADE 2013	DISCIPLINA EQUIVALENTE - GRADE 2001
1º Período	
Filosofia	Filosofia
Sociologia	Sociologia
Teorias da Comunicação	Teoria da Comunicação I
Leitura e Prática da Produção de Textos I	Leitura e Prática de Produção de Texto
Introdução ao Jornalismo	Introdução ao Jornalismo
Jornalismo e Psicologia	Psicologia Aplicada à Comunicação

TABELA III: Equivalência entre componentes curriculares do primeiro período

Nas disciplinas do primeiro período observamos duas mudanças significativas, a primeira diz respeito à terminologia, como é o caso da disciplina Leitura e Prática da Produção de Textos e Jornalismo e Psicologia, antigas Leitura e Prática de Produção de

Texto e Psicologia Aplicada à Comunicação. A segunda alteração, mais significativa, destaca que a antiga disciplina Teoria da Comunicação I pressupunha a existência de uma ou mais disciplinas, sendo substituída pelo plural na grade de 2013: Teorias da Comunicação. Caso contrário à disciplina Leitura e Prática de Produção de Texto na grade de 2001, que em 2013 passou a ser Leitura e Prática da Produção de Textos I.

Presume-se, nesse sentido, que as teorias da comunicação serão abordadas em uma disciplina específica, com total de 4 créditos e carga horária de 60 horas. A parte II dessa disciplina da grade de 2001 dará lugar a outra abordagem, conforme observaremos no quadro correspondente ao segundo período.

Com relação ao acréscimo do elemento “I” (parte I) na disciplina Leitura e Prática da Produção de Textos na grade de 2013, não haverá acréscimo de carga horária, uma vez que a parte II dessa disciplina ocorre em substituição a outra, no segundo período, como podemos observar na tabela:

DISCIPLINA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR - GRADE 2013	DISCIPLINA EQUIVALENTE - GRADE 2001
2º Período	
Narrativas Jornalísticas	Jornalismo Interpretativo
Cultura, Estética e Mídia	Estética e Comunicação
Antropologia	Antropologia Cultural
Leitura e Prática da Produção de Textos II	Produção de Texto e Análise de Texto Literário
Teorias do Jornalismo	Teoria da Comunicação II

TABELA IV: Equivalência entre componentes curriculares do segundo período

Nesse segundo período, todas as disciplinas da grade antiga sofrem alteração na terminologia. Em alguns casos, essa alteração atinge diretamente a abordagem e o próprio objeto de estudo (conteúdo). Jornalismo Interpretativo dá lugar à disciplina Narrativas Jornalísticas, pressupondo a análise das diferentes narrativas.

A disciplina Estética e Comunicação, na grade de 2001, expande sua abordagem na grade de 2013, acrescentando os elementos “Cultura” e “Mídia” e suprimindo o termo “Comunicação” da grade antiga. Amplia-se, assim, o objeto de análise ou o conteúdo da disciplina em questão.

Já a disciplina Antropologia Cultural da grade de 2001 passa a se chamar apenas Antropologia, denotando uma abrangência maior ou, uma totalidade em seu objeto, não mais havendo a especificação “Cultural”.

Outro aspecto importante a se considerar é que a segunda parte da disciplina Leitura e Prática da Produção de Textos na grade de 2013 substitui a disciplina Produção de Texto e Análise de Texto Literário da grade de 2001. Por isso, não existe acréscimo de carga horária na grade nova, embora haja a divisão da disciplina em duas partes. Muda a terminologia e o objeto da disciplina, mas segue o mesmo eixo temático.

Por fim, a disciplina Teoria da Comunicação II na grade de 2001 é substituída pela disciplina Teorias do Jornalismo. Segue a mesma lógica da disciplina anterior, muda a nomenclatura e presume-se que o foco incide sobre as teorias do Jornalismo.

Com relação ao terceiro período, observamos o seguinte quadro comparativo:

DISCIPLINA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR - GRADE 2013	DISCIPLINA EQUIVALENTE - GRADE 2001
3º Período	
Técnicas de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística	Técnica em Reportagem e Entrevista Jornalística I
História das Mídias	História da Comunicação
Introdução ao Audiovisual	Técnica de Produção de Som e Imagem
Planejamento Gráfico	Planejamento Gráfico
Fotojornalismo I	Introdução à Fotografia

TABELA V: Equivalência entre componentes curriculares do terceiro período

Nesse período, observamos na grade nova a diminuição de 2 créditos e 30 horas para as disciplinas História das Mídias e Introdução ao Audiovisual. Em contrapartida, a disciplina de Planejamento Gráfico passa conter carga horária de 90 horas e 6 créditos, enquanto a mesma disciplina na grade anterior possuía carga horária de 60 horas e 4 créditos. As demais mantêm carga horária de 60 horas e 4 créditos. Observa-se, nesse sentido, o acréscimo da carga horária prática da formação acadêmica, preocupação evidente nas novas diretrizes curriculares.

No que tange à terminologia, a disciplina Técnicas de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística recebe um plural e a adição do termo “Pesquisa” em relação à equivalente na grade antiga, Técnica em Reportagem e Entrevista Jornalística I, bem como a supressão da segunda parte desta, como observaremos no período seguinte. As novas diretrizes evidenciam, também, certa preocupação com a pesquisa em Jornalismo.

A disciplina História da Comunicação na grade de 2001 dá lugar para a disciplina História das Mídias, ressaltando a necessidade de se observar os avanços tecnológicos e a evolução das mídias no processo de comunicação. Além disso, a carga horária e o número de créditos da disciplina diminui pela metade. O mesmo ocorre com a disciplina Introdução ao Audiovisual na grade nova. Nesse caso, ocorre a mudança na terminologia, sem maiores impactos no objeto de estudo da disciplina (som e imagem correspondem a audiovisual).

A disciplina Introdução à Fotografia na grade de 2001 dá lugar à primeira parte da disciplina Fotojornalismo, que terá seqüência no período posterior, conforme tabela a seguir:

DISCIPLINA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR - GRADE 2013	DISCIPLINA EQUIVALENTE - GRADE 2001
4º Período	
Produção em Jornalismo	Técnica em Reportagem e Entrevista Jornalística II

Radiojornalismo	Fundamentos Teóricos da Produção de Rádio e Radiojornalismo
Jornalismo e Cidadania	Comunicação Comunitária
Fotojornalismo II	Fotojornalismo
Análise de Dados Estatísticos em Jornalismo	Estatística

TABELA VI: Equivalência entre componentes curriculares do quarto período

Nesse período observamos a alteração da disciplina Técnica em Reportagem e Entrevista Jornalística II da grade antiga pela disciplina Produção em Jornalismo na grade de 2013. Além da mudança na terminologia e abrangência do conteúdo, observamos uma alteração na carga horária e número de créditos também. Enquanto a disciplina da grade de 2001 possuía carga horária de 60 horas e 4 créditos, a nova disciplina contempla uma carga horária de 90 horas e 6 créditos. Mais uma vez a ênfase na parte prática da formação profissional.

Além disso, observa-se, ainda, que duas disciplinas da grade de 2001 (Fundamentos Teóricos da Produção de Rádio e Radiojornalismo) se fundem na disciplina Radiojornalismo na grade nova. Além disso, a nova disciplina contempla a carga horária e os créditos das duas anteriores.

A disciplina Comunicação Comunitária na grade de 2001 passa a se chamar Jornalismo e Cidadania, abrangendo nesse termo um aspecto mais amplo.

Já a disciplina de Fotojornalismo na grade de 2001 passa a corresponder à segunda parte da disciplina Fotojornalismo na grade de 2013, mantendo carga horária e número de créditos.

Outra alteração significativa nesse período, diz respeito à disciplina Estatística na grade de 2001, substituída pela disciplina Análise de Dados Estatísticos em Jornalismo na grade de 2013. Além da substituição da terminologia, especificando os dados estatísticos em Jornalismo, ocorre a diminuição pela metade da carga horária e número de créditos na transição das grades; de 60 horas na grade

antiga passa para 30 horas na grade nova e de 4 créditos passa para 2, respectivamente.

Ao observarmos a composição do quinto período e as respectivas disciplinas equivalentes entre as duas grades, observamos a seguinte composição

DISCIPLINA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR - GRADE 2013	DISCIPLINA EQUIVALENTE - GRADE 2001
5º Período	
Ética no Jornalismo	Legislação e Ética em Jornalismo
Telejornalismo I	Fundamentos Teóricos da Produção em TV
Edição em Jornalismo	Oficina de Jornalismo Impresso
Gestão em Jornalismo	Introdução às Relações Públicas

TABELA VII: Equivalência entre componentes curriculares do quinto período

Nesse quinto período, observamos a supressão do termo “legislação” na disciplina Legislação e Ética no Jornalismo na grade de 2001 quando a disciplina é substituída por Ética no Jornalismo, não havendo alteração de carga horária e número de créditos. A eliminação do termo pode acarretar em mudança de objeto de estudo da disciplina. Os termos da legislação não estão garantidos como antes pela terminologia.

Além disso, a disciplina Fundamentos Teóricos da Produção em TV na grade de 2001 passa a corresponder à primeira parte da disciplina Telejornalismo, que terá sequência no período seguinte, sem alteração de carga horária e número de créditos nessa equivalência.

A grande diferença nesse período fica por conta da disciplina Oficina de Jornalismo Impresso na grade de 2001, substituída pela disciplina Edição em Jornalismo na grade de 2013, com um acréscimo no número de créditos e carga horária, de carga horária de 60 horas, a disciplina passa a conter carga horária de 150 horas e dos 4 créditos na grade antiga passa para 10 créditos na grade nova. Mais uma vez a ênfase na parte prática da formação.

Além disso, a disciplina Introdução às Relações Públicas de 2001 passa a compreender a disciplina Gestão em Jornalismo em 2013. Percebemos uma possível mudança de foco e abrangência da disciplina em questão, bem como a diminuição pela metade da carga horária e número de créditos: de 60 horas e 4 créditos na grade antiga para 30 horas e 2 créditos na grade nova.

Com relação ao sexto período observamos a seguinte equivalência:

DISCIPLINA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR - GRADE 2013	DISCIPLINA EQUIVALENTE - GRADE 2001
6º Período	
Telejornalismo II	Telejornalismo
Assessoria de Comunicação	Comunicação Organizacional
Jornalismo Comunitário	Comunicação Comunitária
Metodologia do Trabalho Científico	Metodologia e Técnica de Pesquisa
Webjornalismo	Jornalismo Online e Novas Tecnologias da Sociedade Informacional
Jornalismo Regional I	Estudos Contemporâneos

TABELA VIII: Equivalência entre componentes curriculares do sexto período

Nesse período, observamos que a disciplina de Telejornalismo na grade de 2001 equivale à segunda parte da disciplina Telejornalismo na grade de 2013. Não há alteração de carga horária e número de créditos nesse sentido.

No entanto, ocorre a substituição da disciplina Comunicação Organizacional da grade de 2001 para a disciplina Assessoria de Comunicação na grade de 2013, também sem alteração de carga horária e número de créditos. Observando os vieses das disciplinas, percebemos uma correspondência ou certa convergência no que tange objeto de estudo ou conteúdo.

Outra alteração nesse período é a terminologia da disciplina Comunicação Comunitária, da grade curricular de 2001 para Jornalismo Comunitário, na grade de 2013. A variação da expressão

“Comunicação” por “Jornalismo” pode representar uma mudança de concepção no objeto de estudo ou conteúdo da disciplina. Não ocorre alteração na carga horária nem número de créditos da disciplina.

Ainda nesse sentido, a disciplina Metodologia e Técnica de Pesquisa da grade antiga passa a equivaler pela disciplina Metodologia do Trabalho Científico, o que não representa, necessariamente, variações de conteúdo ou objeto, considerando que o trabalho científico é, por natureza, uma pesquisa. Também não ocorre alteração de carga horária nem número de créditos nessa correspondência.

Uma alteração significativa, por sua vez, ocorre com a fusão das disciplinas Jornalismo Online e Novas Tecnologias da Sociedade Informacional da grade de 2001 para a disciplina Webjornalismo na grade de 2013, ocorrendo, assim, uma diminuição da carga horária e número de créditos de 60 horas e 4 créditos para cada uma das primeiras para 60 horas e 4 créditos na segunda.

Ainda, a disciplina Estudos Contemporâneos da grade de 2001 é substituída pela primeira parte da disciplina Jornalismo Regional na grade de 2013. Percebemos, assim, a ênfase sobre os aspectos locais (ou regionais) do Jornalismo como componente curricular propriamente dito. Cabe destacar que a segunda parte dessa disciplina (Jornalismo Regional II) é ofertada como optativa para os acadêmicos.

O sétimo período apresenta o seguinte comparativo de equivalência:

DISCIPLINA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR - GRADE 2013	DISCIPLINA EQUIVALENTE - GRADE 2001
7º Período	
Trabalho de Conclusão de Curso I	Projeto Experimental I
Jornalismo Multimidia	Novas Tecnologias e Sociedade Informacional ou Comunicação Comparada
Jornalismo Especializado I	Introdução à Economia

Assessoria de Imprensa	Introdução às Relações Públicas ou Assessoria de Imprensa
------------------------	---

TABELA IX: Equivalência entre componentes curriculares do sétimo período

Percebemos que nesse sétimo período o Projeto Experimental (componente curricular na grade de 2001) dá lugar ao Trabalho de Conclusão de Curso I (componente curricular na grade de 2013), sem haver alteração na carga horária total, nem número de créditos para as disciplinas correspondentes.

Outra alteração nesse sentido, diz respeito às duas disciplinas de 2001, Novas Tecnologias e Sociedade Informacional ou Comunicação Comparada, que são equivalentes à disciplina Jornalismo Multimídia, não havendo alteração significativa sobre o objeto de estudo ou conteúdo nessa correspondência.

Ocorre, no entanto, a substituição da disciplina Introdução à Economia da Grade de 2001 pela disciplina Jornalismo Especializado I na grade de 2013. Pela terminologia, podemos inferir mudanças no objeto de estudo ou conteúdo da nova disciplina, uma vez que Jornalismo Especializado nos remete a uma abrangência maior de conteúdos em relação somente à Economia.

Por fim, cabe observar que, nesse período, outras duas disciplinas da grade curricular de 2001 (Introdução às Relações Públicas ou Assessoria de Imprensa) podem ser equivalentes à disciplina Assessoria de Imprensa, na grade de 2013, havendo, também, uma diminuição pela metade da carga horária e número de créditos. Dos 4 créditos e carga horária de 60 horas de ambas as disciplinas da grade antiga, passamos para 2 créditos e carga horária de 30 horas na nova grade curricular.

O oitavo e último período do Curso de Jornalismo da UFT apresenta a seguinte relação de equivalência:

DISCIPLINA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR - GRADE 2013	DISCIPLINA EQUIVALENTE - GRADE 2001
8º Período	
Trabalho de Conclusão de Curso II	Trabalho de Conclusão de Curso II ou

	Projeto Experimental II
Crítica da Mídia	Comunicação Comparada ou Sociologia da Comunicação
Jornalismo Especializado II	Política Brasileira

TABELA X: Equivalência entre componentes curriculares do oitavo período

Nesse período observamos a equivalência do Trabalho de Conclusão de Curso II ou Projeto Experimental II da grade de 2001 pela disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II na grade de 2013. Ou seja, o projeto experimental deixa de existir, dando lugar apenas ao Trabalho de Conclusão de Curso, com um aumento significativo na carga horária total da disciplina, bem como número de créditos. Na grade de 2001, a disciplina Projeto Experimental II corresponde a uma carga horária de 180 horas, com 12 créditos e a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, por sua vez, corresponde a 120 horas com 8 créditos. Já na grade de 2013, a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso corresponde a uma carga horária de 300 horas e um total de 20 créditos.

Outra mudança significativa, diz respeito a duas disciplinas da grade antiga equivalerem a uma da grade curricular de 2013. As disciplinas Comunicação Comparada ou Sociologia da Comunicação, de 2001, são equivalentes à disciplina Crítica da Mídia, de 2013. Notamos, nesse caso, uma diminuição da carga horária, uma vez que as duas disciplinas de 2001 correspondem a uma carga horária de 60 horas e um total de 4 créditos, enquanto a disciplina Crítica da Mídia, em 2013 corresponde à metade, uma carga horária de 30 horas e um total de 2 créditos. Não apenas por esses dados, mas a mudança de objeto de estudo também é um fato a se considerar. Mais uma vez a mídia passa a ser objeto de análise e não mais o viés da comunicação comparada ou da sociologia da comunicação propriamente dita.

Ainda, cabe observar que a disciplina Política Brasileira, na grade de 2001, dá lugar à disciplina Jornalismo Especializado II. A exemplo de Economia no período anterior, a disciplina, pelo menos

do ponto de vista da terminologia, passa a ser mais abrangente. O viés “Jornalismo Especializado” pode representar um objeto de estudo muito mais abrangente do que apenas o elemento “política brasileira”. Não há, nesse caso, alteração na quantidade de carga horária da disciplina, tampouco do número de créditos, em ambas as grades a carga horária total corresponde a 60 horas, com um total de 4 créditos.

Assim, a equivalência entra as disciplinas da grade antiga e a nova estrutura curricular do curso observará as disciplinas apresentadas, e será feita a equivalência no sistema SIE e a migração curricular dos alunos.

As disciplinas, nesse sentido, apontam justamente nessa perspectiva que o documento destaca, observando que o currículo do Curso está em acordo com as novas diretrizes para o Curso de Jornalismo, propostas pelo Ministério da Educação através do Parecer CNE/CES N^o: 39/2013, de 20 de fevereiro de 2013; Resolução CNE/CES 01/2013, de 27 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 1^o de outubro de 2013 – Seção 1, p. 26.

Cabe destacar que essas diretrizes, como mencionamos anteriormente, não fazem referência específica a disciplinas, mas sim a eixos temáticos. Diante disso, os conteúdos curriculares do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins seguem esse pressuposto e se organizam a partir dos seguintes eixos:

Eixo de fundamentação humanística: O eixo tem por objetivo capacitar o jornalista a exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política, suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições, arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como aqueles fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos, as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento;

o acesso aos bens culturais da humanidade, sem descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades peculiares ao local, ao comunitário e à vida cotidiana.

Disciplinas: Filosofia; Sociologia; Comunicação e Psicologia; Antropologia; Jornalismo Regional; Crítica da mídia; Optativa I.

CRÉDITOS: 24 créditos (420 Horas) (UFT, 2014, P. 29)

Nesse sentido, corresponde ao primeiro Eixo disposto no Artigo 6º da Resolução N° 1, já mencionado anteriormente também.

Seguindo à lógica do disposto na Resolução N° 1, Artigo 6º, o segundo eixo corresponde ao eixo de fundamentação específica, nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da UFT destaca que

Eixo de fundamentação específica. O eixo tem por objetivo proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de auto-regulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes.

Disciplinas: Introdução ao Jornalismo; História das Mídias; Jornalismo Comunitário; Ética no Jornalismo; Gestão em Jornalismo; Metodologia do Trabalho Científico; Optativa II.

CRÉDITOS: 20 (360 horas) (UFT, 2014, p. 29)

Percebemos a preocupação e o rigor estabelecidos pelo Curso em seguir de fato as determinações.

Com relação ao terceiro eixo, a Resolução N° 1 em seu Artigo 6º aponta o eixo de fundamentação contextual, ao que o Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da UFT define como

Eixo de fundamentação contextual. O eixo tem por objetivo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e sócio-culturais, inclusive as rotinas de produção e os processos de

recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.

Disciplinas: Teorias da Comunicação; Teorias do Jornalismo; Cultura, Estética e Mídia; Narrativas Jornalísticas; Introdução ao Audiovisual.

CRÉDITOS: 18 (270 horas) (UFT, 2014, p. 29).

Um quarto eixo determinado pela Resolução N^o 1 em seu Artigo 6^o, trata do eixo de fundamentação profissional, ao que o Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da UFT responde como

Eixo de formação profissional. O eixo tem por objetivo embasar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com o universo dos processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, fomentando a investigação dos acontecimentos relatados pelas fontes, bem como a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, como os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas.

Disciplinas: Leitura e Prática da Produção de texto I; Leitura e Prática da Produção de texto II; Técnicas de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística Análise de dados estatísticos em jornalismo; Jornalismo Especializado I; Jornalismo Especializado II;

CRÉDITOS: 24 (360 horas) (UFT, 2014, p. 30)

O quinto eixo proposto pelas novas diretrizes trata de aplicação processual. Semelhantemente aos anteriores, o Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da UFT responde, ao definir

Eixo de aplicação processual, que tem por objetivo proporcionar ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, garantindo coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso radiojornalismo, fotojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.

Disciplinas: Produção em Jornalismo; Fotojornalismo I; Telejornalismo I; Webjornalismo; Planejamento Gráfico;

Assessoria de Comunicação. Assessoria de Imprensa; Trabalho de Conclusão de Curso I, Optativa III.
CRÉDITOS: 34 (570 horas) (UFT, 2014, p. 30)

Por fim, o último eixo que a Resolução N° 1, em seu artigo 6° aponta, diz respeito ao eixo de prática laboratorial, ao que o Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da UFT define como

Eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo desenvolver conhecimento e habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores, integrando os demais eixos, alicerçados em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro reportagem, jornal mural, radiojornal telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros.

Disciplinas: Edição em Jornalismo; Fotojornalismo II; Telejornalismo II; Radiojornalismo; Jornalismo multimídia; Trabalho de Conclusão de Curso II; Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, Optativa IV.

CRÉDITOS: 50 (1020 horas) (UFT, 2014, p. 30)

Assim, atendendo ao disposto nas novas diretrizes curriculares do Ministério da Educação, o Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins perfaz uma carga horária total de 3.000 horas, com um total de 200 créditos totais, sendo 168 (o que corresponde a uma carga horária total de 2.520 horas) destes de caráter obrigatório, sem a possibilidade de escolha do acadêmico; 16 créditos, correspondentes a uma carga horária de 240 horas, optativos, que são definidos como sendo aquelas disciplinas optativas ofertadas pelo curso, ou ainda, as atividades complementares, que podem ser incluídas de acordo com a regulamentação interna constante no próprio Projeto Pedagógico do Curso e, ainda, 8 créditos, com uma carga horária de 120 horas, de caráter eletivos, “que podem ser cursados em outros cursos e constarão no histórico escolar do aluno como disciplinas de outros

curso com suas respectivas denominações. Essas disciplinas podem ser aproveitadas como optativas, dentro da carga horária total do curso” (UFT, 2014, p. 31)

Considerações finais

O que se observa nessa proposta curricular é um novo olhar sobre a formação acadêmica e a atividade profissional dos jornalistas. Atentas às constantes mudanças na sociedade e à dinâmica da atividade do fazer jornalístico, as novas diretrizes curriculares dos cursos de jornalismo no País referenciam um novo perfil profissional diante das convergências digitais. Assim sendo, o pressuposto das diretrizes propostas recai sobre o preparo do profissional para atuar num contexto de constantes transformações tecnológicas, em que não basta apenas dominar as técnicas e as ferramentas disponíveis, mas, sobretudo, conhecê-las em seus princípios para que se possa transformá-las na medida em que o contexto atual exige. Esse princípio fica evidente no que expressa o inciso V do Artigo 4º da Resolução Nº 1 do Conselho Nacional de Educação, de 27 de setembro de 2013, que institui as novas diretrizes curriculares dos cursos de Jornalismo no Brasil.

Ao analisarmos as novas diretrizes curriculares propostas, percebemos referências mais concretas nos processos didático-pedagógicos do Curso de Jornalismo. Os processos dialógicos entre teoria – reflexões ou estudos acerca da comunicação – e a prática – a atividade profissional em suas mais diversas possibilidades de mídia – ganham corpo, uma estrutura definida através de disciplinas que compõem o novo currículo.

Quando aplicamos esses conceitos a um objeto específico, ou seja, quando observamos as recentes transformações na sociedade da informação e comunicação e analisamos novas diretrizes curriculares a partir do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), essas definições ficam ainda mais evidentes.

Criado para atender a demanda do mercado de comunicação

do Estado do Tocantins, o Curso de Jornalismo da UFT tem como objetivo principal, no texto do próprio Projeto Pedagógico do Curso “preparar jornalistas capazes de sistematizar, organizar e divulgar as informações de interesse público, atuando em diversos meios de comunicação com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética e crítica” para o exercício da profissão.

Diante disso, o jornalista formado pela Universidade Federal do Tocantins deve ter competências suficientes para se adequar às situações e peculiaridades da sociedade em que vai atuar. E esse preparo, construído ao longo da sua formação acadêmica, tem por base, como prevê o documento oficial do próprio Curso, “fundamentos teóricos e técnicos especializados que proporcionem clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, da sua identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social”.

Parece um tanto óbvio afirmar que existe relação entre a formação acadêmica e a atividade profissional. Certamente, pode até ser óbvio em qualquer outra área, no entanto, no caso específico do Jornalismo esse fato precisa ser reiteradamente expresso. Tivemos no Brasil uma discussão recente sobre a exigência ou não de diploma para a profissão de jornalista. O equívoco em dispensar diploma para o exercício profissional dos jornalistas poderia ter colocado em xeque a formação acadêmica desse profissional e, sem dúvidas, tal compreensão evidencia a não compreensão da relação intrínseca entre formação acadêmica qualificada e exercício profissional.

Assim sendo, percebemos que a Universidade Federal do Tocantins, através do seu Curso de Jornalismo, vem contribuindo sobremaneira para o mercado de comunicação do Tocantins, formando profissionais de excelência e, principalmente, avaliando constantemente o seu processo de formação. As competências e habilidades fundamentais para o exercício profissional de jornalista são contempladas na forma e nos conteúdos ministrados pelas disciplinas do Curso, em observância às novas diretrizes curriculares nacionais.

Referências

ANTONIOLI, Maria E. **Diretrizes curriculares e cursos de jornalismo: a formação do jornalista à luz da legislação educacional.** Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v. 4, n 15, p. 182-197 jul/dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rceso01-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 28 maio 2016.

COSTA, Carlos. **A formação do jornalista: olhar crítico e contemporaneidade.** In: Revista Eletrônica de pós-graduação da Cásper Líbero. Vol 7, nº 3, 2015. Disponível em: <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/2.-A-forma%C3%A7%C3%A3o-do-jornalista.pdf>. Acesso em 02 maio 2016.

DEWEY. J. **Como Pensamos.** São Paulo: Nacional, 1959.

GOODLAD, J.I. **Curriculum Inquiry.** New York: Mc Graw-Hill Book Company, 1979. In: PASSONI, Taisa P.; AUDI, Luciana C. da Costa; D’ALMAS, Juliane; GAMERO, Raquel. Um olhar sobre currículo: ferramenta para empoderamento do professor. **Revista X**, [S.I.], v. 1, nov. 2010. ISSN 1980-0614. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/17381/12963>. Acesso em 05 Junho 2016.

MEDINA, Cremilda. **Profissão Jornalista: responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1982.

MEDITSCH, Eduardo. **Novas e velhas tendências: os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação.** REBEJ – Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v.1, n.1, p.41-62, abr./jul. 2007.

MELO, José Marques de. **História do pensamento comunicacional.** São Paulo, Paulus. 2003.

MORIN, Edgar. **Complexidade e Transdisciplinaridade** - A reforma da Universidade e do Ensino Fundamental. Natal: UFRN, 2000

PEREIRA, Isabel Cristina Auler. **Perspectivas resilientes: currículo e linguagem mediada pelas tecnologias digitais**. In: SANTANA, Jocyléia; APOLINÁRIO, Juciene; ROCHA, Damião; ROLIM, Carmem (orgs). **Resiliências Educativas**. 1. ed. Goiânia: Ed. América, 2013.

PICONI, L. B. **Formação de Professores de Língua Inglesa numa Abordagem Sócio-Histórico-Cultural: A Produção do Currículo em Questão**. 30/01/2008. 1v. p.158. Mestrado: Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Entre comunicação e educação: o processo de Bolonha e as ações formativas em cursos de Comunicação Social/Jornalismo em Portugal**. 2012. 614 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) - UFBA/Faculdade de Comunicação, Salvador, 2012.

_____. Novas geografias curriculares na União Europeia: o processo de Bolonha e a formação em Comunicação Social/Jornalismo. **Revista Interin**. Curitiba, v. 17, n.1, p. 11 - 95, jan. /jun. 2014.

_____. Processos de investigação/pesquisa em Comunicação Social/Jornalismo: pistas sobre as mudanças pós-Bolonha. **Contemporânea** (UFBA. Online), v. 14, p. 269-285, 2016a.

_____. Implementação do quadro de qualificações europeu na formação e no ensino de comunicação social e jornalismo: Estudo das estratégias de aplicação em Portugal. **Revista Estudos de Jornalismo**, v. 6, p. 7-21, 2016b.

SCHWARTZMAN, S. **Universalidade e crise das universidades**. Estudos Avançados. São Paulo: USP, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

UFT. Fundação Universidade Federal do Tocantins. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. 83 f. Palmas, 2014.